

Relatório e Contas 2014

Handwritten signature
RF

EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.

Relatório e Contas 2014

11 de Março de 2015



R M
RAT

CORPOS SOCIAIS DA EDM
(Mandato 2013-2015)

Mesa da Assembleia Geral

Presidente – Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor Morais
Secretário – Maria Manuela Marçal Batista Salvador

Conselho de Administração

Presidente – Carlos Augusto Amaro Caxaria
Vice-Presidente – Ricardo do Amaral e Belino Pinto
Vogal – Jorge Manuel Ferreira de Carvalho

Fiscal Único

ROC – “RSM – Patrício, Moreira, Valente & Associados”, SROC representada por Joaquim Patrício da Silva (ROC 320)
ROC Suplente – Dr. José Carlos Nogueira Faria Matos (ROC 1034)

Contribuinte n.º 501 692 983; Cons. Reg. Com. Lisboa n.º 979
Capital social: € 30.000.000,00

Sede: Rua Sampaio Pina, 1-3º dtº – 1070-248 LISBOA
Telef. (351) 21 385 91 21/7 – Fax (351) 21 385 63 44



RJR
RAR

INDICE	Pág.
MENSAGEM DO PRESIDENTE	5
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7
I. ENVOLVENTE EXTERNA	8
1.1 Conjuntura macroeconómica internacional	8
1.2 Envolvente sectorial	12
II. ANÁLISE GLOBAL – SÍNTESE	20
III. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	25
3.1 No domínio técnico ambiental	25
3.1.1 Concessão	25
3.1.2 Outras atividades no domínio ambiental	29
3.2 No domínio dos recursos minerais	31
3.2.1 Ações de valorização do potencial atividades de prospeção, pesquisa e reconhecimento	32
3.2.2 Outras Atividades no Domínio dos Recursos Minerais	43
3.2.3 Promoção e Dinamização dos Recursos Geológicos	44
3.2.4 Promoção de Parcerias no exterior	45
3.3 Atuações diversas	46
3.3.1 Protocolo DGEG/EDM	46
3.3.2 Stock urânio	48
3.3.3 Caracterização radiológica do parque habitacional da ex-ENU/Urgeiriça	49
3.4 Participada EDMI - Empresa de Projetos Imobiliários	50
IV. RECURSOS HUMANOS	51
V. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	52
VI. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	54
VII. PERSPETIVAS FUTURAS	83
VIII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	88
IX. AGRADECIMENTOS	89

h
jij
BR



R.M.
R.A.R.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

No ano de 2014 desenvolveu-se dentro das linhas de ação que vêm do passado, nomeadamente a que respeita à atividade de recuperação ambiental de minas abandonadas e à área dos recursos minerais, tendo sido apresentado um resultado líquido positivo de € 539.035,56.

No que respeita à atividade de recuperação de minas abandonadas, para além de se ter garantido e melhorado a continuidade das ações que transitavam de anos anteriores, a principal preocupação do CA foi de garantir, em alinhamento com o Governo Português, a continuidade do trabalho de missão no âmbito da concessão de recuperação ambiental, ao abrigo do novo quadro comunitário de apoio Portugal 2020 bem como a gestão do desenvolvimento, melhoria da taxa de execução e finalização das ações em curso de anos anteriores, bem como da concretização das candidaturas da 4ª fase lançadas no último trimestre de 2013 em regime *overbooking* e que entretanto foram aprovadas, garantindo a sua execução ainda dentro dos prazos do atual quadro comunitário.

Foram ainda efetuadas diversas diligências, que se esperam resultados concretos a curto/médio prazo, no sentido de internacionalizar o conhecimento da EDM nesta vertente potenciando a abertura de novas receitas para a empresa.

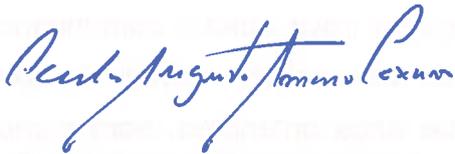
No que respeita à área dos recursos minerais, e na linha da estratégica que foi definida para 2014, apesar da retração que o setor tem vivido em termos de investimento, a EDM pôs em prática o papel que lhe foi atribuído no âmbito da Estratégia Nacional para os Recursos Minerais aprovada pelo governo em 2012, isto é, dinamizar e atrair investimentos para o setor da prospeção e pesquisa mineira em Portugal, através da constituição de parcerias com empresas nacionais e estrangeiras. As ações de promoção efetuadas trouxeram em 2014 alguns investidores a Portugal, de que resultaram negociações que ainda estão a decorrer e que, em caso de acordo, poderão culminar na confirmação de investimentos significativos em prospeção e pesquisa. A continuação desta estratégia terá necessariamente de passar pela EDM deter um portfólio de áreas de prospeção que, após uma primeira de fase de estudos técnicos efetuados

Handwritten initials and signature in the top right corner.

internamente, será o catalisador para a atração de novos investimentos para Portugal.

Foram ainda aprofundados contactos com alguns PALOP, cuja continuidade em 2015 estará centrada em Moçambique.

A finalizar, uma palavra de reconhecimento ao importante papel desempenhado pela DGEG através do protocolo de cooperação assinado há já alguns anos entre as duas entidades e que tem permitido à EDM cumprir um programa ambicioso de recuperação ambiental das minas abandonadas, hoje reconhecido internacionalmente como uma boa prática ambiental.



Carlos Augusto Amaro Caxaria

Presidente



Handwritten initials: "JR" and "RAF" in blue ink.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., apresenta, para apreciação da Assembleia Geral de Acionistas, o Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício de 2014.



P
JY
RAP

I. ENVOLVENTE EXTERNA

1.1 Conjuntura macroeconómica internacional

De acordo com as últimas projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) o crescimento da economia mundial, em 2014, aponta para valores de 3,3%, idênticos a 2013 e para uma ligeira melhoria em 2015 de 3,8%. O comércio mundial de bens e serviços deverá registar em 2014 um crescimento médio anual de 4,4%, em volume, um valor superior ao crescimento de 3,0% registado em 2013, mas inferior ao valor médio registado na década de 2000 (5%).

Esta instituição considera também que face a julho de 2014, estas previsões constituem uma revisão em baixa do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial para 2014 e 2015, conforme se pode ver no quadro abaixo.

Crescimento Económico Mundial (taxa de crescimento real em %)

	2012	2013	Projeções Atuais	
			2014	2015
Produto Interno Bruto (mundial)	3.1	3.3	3.3	3.8
Economias Avançadas	1.4	1.4	1.8	2.3
E.U.A.	2.8	2.2	2.2	3.1
Zona Euro	-0.7	-0.4	0.8	1.3
Alemanha	0.9	0.5	1.4	1.5
França	0.0	0.3	0.4	1.0
Itália	-2.5	-1.9	-0.2	0.8
Espanha	-1.6	-1.2	1.3	1.7
Japão	1.4	1.5	0.9	0.8
Reino Unido	0.3	1.7	3.2	2.7
Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento	4.9	4.7	4.4	5.0
Brasil	-	2.5	0.3	1.4
Rússia	3.4	1.3	0.2	0.5
China	7.7	7.7	7.4	7.1
India	3.2	5.0	5.6	6.4

Fonte: FMI, World Economic Outlook, Outubro 2014

R
de
DAP

Este facto deve-se sobretudo porque existem perspetivas de um crescimento menos forte das economias em desenvolvimento, com particular destaque para o Brasil (efeito de uma política monetária restritiva na procura global com consequências para a estabilidade política e social do país), para a deterioração significativa da economia da Rússia, na sequência do agravamento das tensões geopolíticas em torno da Ucrânia e para a Região do Médio Oriente e do Norte de África, particularmente acentuada para 2015. Quanto às economias avançadas, a previsão do PIB manteve-se inalterada para 2014, mas enquanto a dos EUA foi revista em alta, a do Japão e das principais economias da área do euro (Alemanha, França e Itália) registaram uma revisão em baixa.

Para 2015, prevê-se uma melhoria do desempenho da economia mundial, assente no reforço do crescimento das economias avançadas, onde se espera um crescimento relativamente forte dos EUA; uma melhoria da economia da União Europeia (UE), embora com uma evolução muito distinta entre os Estados-membros, esperando-se um crescimento mais forte do Reino Unido, Suécia, de alguns países do Centro e Leste da Europa e dos países bálticos, mais fraco para o conjunto da área do euro. Relativamente ao conjunto dos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente asiáticos, designadamente a Índia, a economia irá acelerar, devendo resultar do melhor desempenho das exportações. A incerteza associada às perspetivas económicas mundiais permanece elevada para isso contribuindo o aumento das tensões geopolíticas na Rússia com a imposição de sanções por parte dos EUA e da União Europeia (UE) e do embargo desse país às importações de determinados produtos alimentares da área do euro e dos países que impuseram sanções. Esses fatores podem afetar a recuperação do crescimento económico mundial através dos canais comerciais e financeiros bem como dos relacionados com a confiança, com maior impacto nas economias do Centro e Leste da Europa. Adicionalmente, os conflitos geopolíticos instalados nos principais produtores de petróleo poderão igualmente provocar perturbações na oferta do petróleo e alterar os preços, no sentido da sua subida, contrariando a atual tendência descendente.

Por outro lado, nos EUA, tem-se assistido no decurso do ano de 2014, a uma redução gradual dos estímulos monetários por parte da Reserva Federal ao ritmo mensal de uma diminuição de 10 mil milhões de dólares. Contudo, para 2015,

✓
✓
P&A

ainda não está totalmente definida a orientação da política monetária, desconhecendo-se a futura evolução da taxa dos fundos federais que tem estado perto de zero desde 2008.

No caso da área euro, em 2014 ocorreu uma diminuição dos riscos financeiros associados às dívidas soberanas, devido, em parte, à persistência de uma política monetária marcadamente conservadora do Banco Central Europeu (BCE) através da aplicação de instrumentos convencionais e de medidas não convencionais de cedência de liquidez mediante a aquisição de ativos do sector privado não financeiro, evitando a escassez de financiamento das diferentes economias.

A economia portuguesa

O programa de ajustamento económico acordado entre o governo português e o FMI e a União Europeia foi encerrado em maio de 2014 e desenrolou-se num contexto macroeconómico internacional particularmente desfavorável, nomeadamente com uma situação recessiva na área do euro, que só começou a dar sinais de retoma em meados de 2013 e que condicionou fortemente a economia portuguesa nestes últimos anos.

Os progressos alcançados nos últimos três anos em todas as vertentes permitiram ultrapassar a situação de emergência e recuperar a credibilidade do País: o défice orçamental foi reduzido para menos de metade; o ajustamento externo foi efetuado de forma eficaz, resultando no registo de uma capacidade de financiamento líquida face ao exterior; o Tesouro concretizou o regresso ao pleno acesso a financiamento de mercado; e os primeiros resultados do abrangente programa de reformas estruturais começam a ser evidentes sendo evidente que a execução do PAEF lançou as bases para correção progressiva e articulada dos desequilíbrios macroeconómicos, criando as condições para a recuperação gradual da atividade económica, no entanto o país ainda tem um longo caminho pela frente até atingir a consolidação total.

Os dados mais recentes divulgados pelo INE apontam para um crescimento económico de 0,9% em termos homólogos no primeiro semestre de 2014 (1% e 0,9%, no 1.º e 2.º trimestres respetivamente), após a quebra de 1,4% da atividade



R Jg
RAP

económica verificada no ano de 2013. Esta evolução é explicada por um comportamento positivo da procura interna, cujo contributo médio de 2,6 p.p. compensou o contributo negativo da procura externa líquida, situado em -1,6 p.p.. Este movimento foi convergente com um aumento da taxa de poupança dos particulares. Durante o período de ajustamento, o peso do consumo privado no PIB diminuiu em termos reais, corrigindo parcialmente a trajetória de subida da década anterior, ao mesmo tempo que o endividamento das famílias diminuiu, situando-se atualmente em 116% do rendimento disponível.

No mercado de capitais, assistiu-se a uma forte volatilidade do índice PSI-20 (englobando atualmente 18 instituições). Em particular, o índice apresentou uma desvalorização acentuada a partir do 1.º semestre de 2014: registou, no final de setembro, uma variação de -12,5% face ao final do ano de 2013 (que compara com crescimentos homólogos de 3% e 16% em 2012 e 2013, respetivamente).

Para o próximo ano prevê-se um fortalecimento da procura externa relevante para Portugal, em consequência da melhoria da atividade económica dos principais parceiros comerciais, com reflexos na evolução das suas importações. Prevê-se a manutenção das taxas de juro de curto prazo num nível baixo, bem como uma diminuição do preço do petróleo e uma ligeira depreciação do euro face ao dólar.

Após uma virtual estabilização do nível da atividade durante o ano de 2014, as atuais projeções do Banco de Portugal apontam para a continuação da trajetória de recuperação gradual da atividade iniciada em 2013. Esta evolução deverá traduzir-se numa taxa de variação média anual do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,9 por cento em 2014 e de 1,5 e 1,6 por cento em 2015 e 2016, respetivamente, o que configura um crescimento médio neste período ligeiramente superior ao projetado para a área do euro. Estas projeções contemplam a manutenção de um crescimento robusto das exportações e uma aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em 2015-2016, a par de alguma desaceleração do consumo privado. A evolução da procura interna deverá continuar condicionada pelo ainda elevado nível de endividamento do setor privado e pelo processo de consolidação orçamental.

O dinamismo das exportações, num contexto de melhoria dos termos de troca, deverá favorecer a manutenção de excedentes da balança corrente e de capital

ao longo do horizonte de projeção, permitindo uma melhoria da posição de investimento internacional.

INDICADORES DA EVOLUÇÃO DA ECONOMIA PORTUGUESA

Indicadores Económicos	Taxas de variação em volume (%)									
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 (*)	2015 (*)
Consumo Privado	1,9	2,5	1,3	-2,3	2,1	-3,6	-5,2	-1,4	1,8	2,0
Consumo Público	-1,4	0,5	0,3	4,7	0,9	-3,2	-4,3	-1,9	-0,6	-0,5
Investimento	-0,7	2,6	-0,3	-8,6	-4,1	-11,2	-15,0	-6,3	1,5	2,0
Exportações de bens e serviços	8,7	7,6	-0,1	-10,9	8,8	7,3	3,1	6,4	3,7	4,7
Importação de bens e serviços	5,2	5,5	2,3	-10,0	5,4	-4,3	-6,6	3,6	4,7	4,4
Produto Interno Bruto (PIB)	1,4	2,4	0,0	-2,9	1,4	-1,6	-3,3	-1,4	1,0	1,5

Fonte: Banco de Portugal

(*) últimas estimativas disponíveis (BP)

1.2 Envolvente sectorial

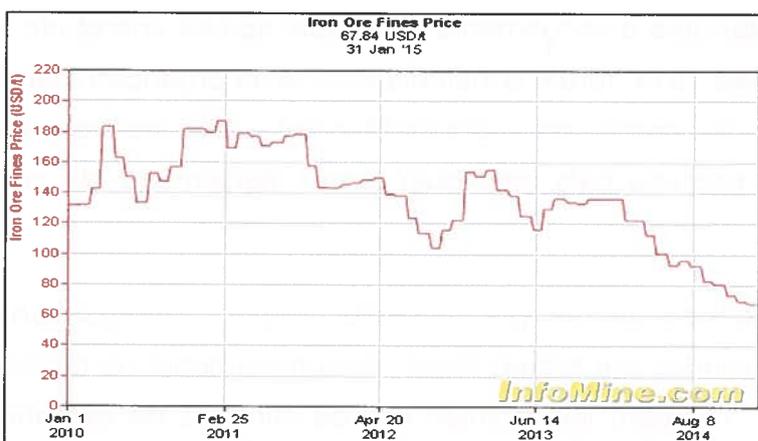
Tendo em atenção o reportado pelo Fundo Monetário Internacional, a economia mundial durante 2014 ficou marcada por sinais de lenta recuperação relativamente à crise financeira e consequente crise económica que presidiu aos anos anteriores. Essa recuperação que se caracterizou por assimetrias regionais relevantes, foi suportada pelas políticas monetárias adotadas pelos países com economias mais avançadas e desenvolvidas, designadamente através da injeção de capital nos mercados por parte dos respetivos bancos centrais.

Ainda de acordo com o FMI, embora essas políticas monetárias tenham contribuído para a lenta retoma económica, os riscos do mercado financeiro aumentaram, justificando a necessidade de colocar em prática táticas que promovam a transmissão das políticas monetárias para a economia real, ou, por outras palavras, que promovam a transmissão do risco financeiro para o setor económico a fim de evitar os desequilíbrios que se verificaram no passado.

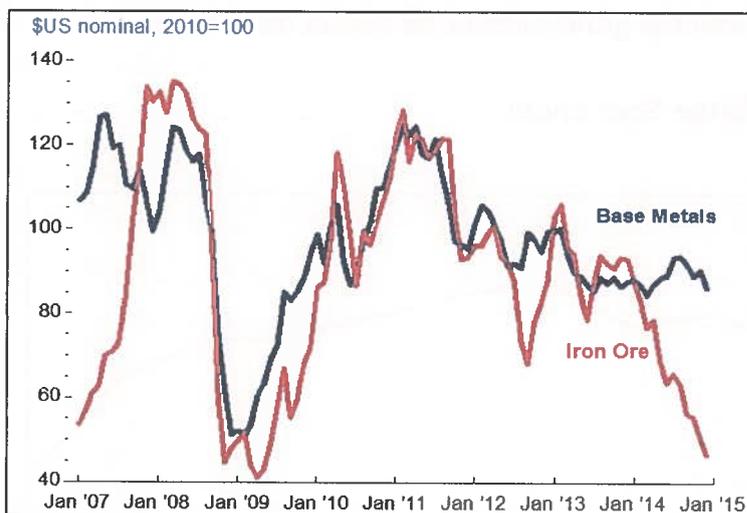
Foi este contexto de lenta e desigual retoma económica que condicionou o mercado mundial das matérias-primas minerais durante 2014, na continuação da incerteza de evolução económica que caracterizou o ano de 2013 e que prevalece desde fevereiro de 2011, altura em que foi alcançado o mais recente pico de cotações dos metais. Com efeito, e como apontado pelo Banco Mundial (*Commodity Markets Outlook, January 2015*), o mercado global de matérias

h
RAP

primas minerais tem vindo a ser marcado por uma diminuição de preços desde 2011, embora os principais produtores tenham mantido os mesmos índices de produção. Por vezes, essa diminuição foi mesmo bastante acentuada, como é o caso paradigmático verificado para o ferro durante 2014, em que a sua cotação passou para metade entre o início e o final do ano.



Este comportamento é justificada pelo Banco Mundial pelo grande volume de investimentos realizados pelos principais produtores de matérias-primas minerais durante o período de elevadas cotações que perdurou até Fevereiro de 2011 e que apenas foi interrompido pela crise financeira de 2008.



Fonte: Banco Mundial



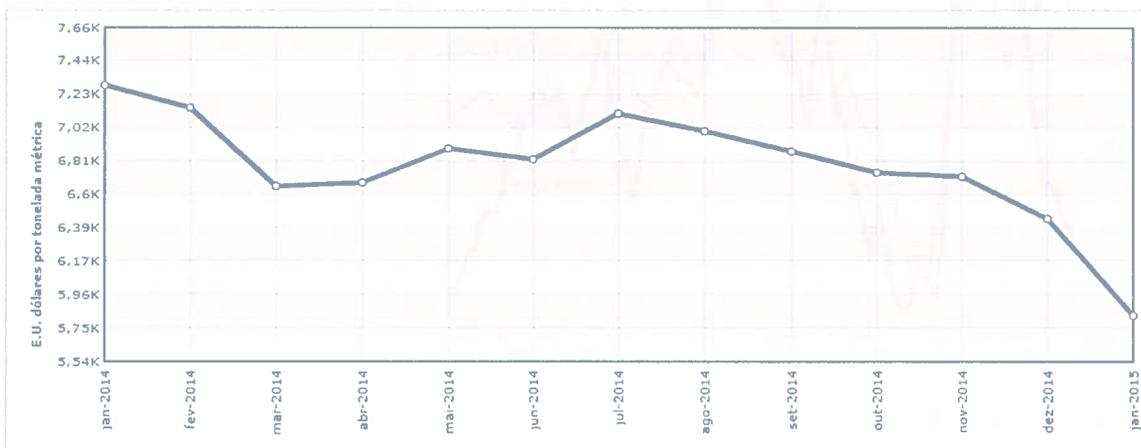
Tal longo período de investimentos no sector resultou num forte aumento da capacidade produtiva, tendo o escoamento da matéria-prima sido suportado pela diminuição das cotações, tal como se verifica até hoje. Em particular, a forte queda ocorrida em 2014 nos preços do ferro reflete a expansão de empresas com baixo custo de produção no Brasil e na Austrália num mercado saturado.

À semelhança dos anos anteriores o escoamento de metais deu-se sobretudo em direção à China onde, durante 2014, foram consumidos 47% da produção mundial de metais. Contudo e ainda de acordo com o Banco Mundial, uma desaceleração no crescimento económico naquele país contribuiu para o decaimento do preço dos metais.

De entre as matérias-primas minerais, as que mais relevam para Portugal são as que tipicamente são referenciadas por Metais Base, designadamente os minérios de cobre, chumbo e zinco. Também importantes são os minérios de estanho e tungsténio e os metais preciosos, ouro e prata. Esta relevância para o país decorre, não só do elevado valor económico que estes metais assumem, mas também das potencialidades que o país detém nestas matérias-primas.

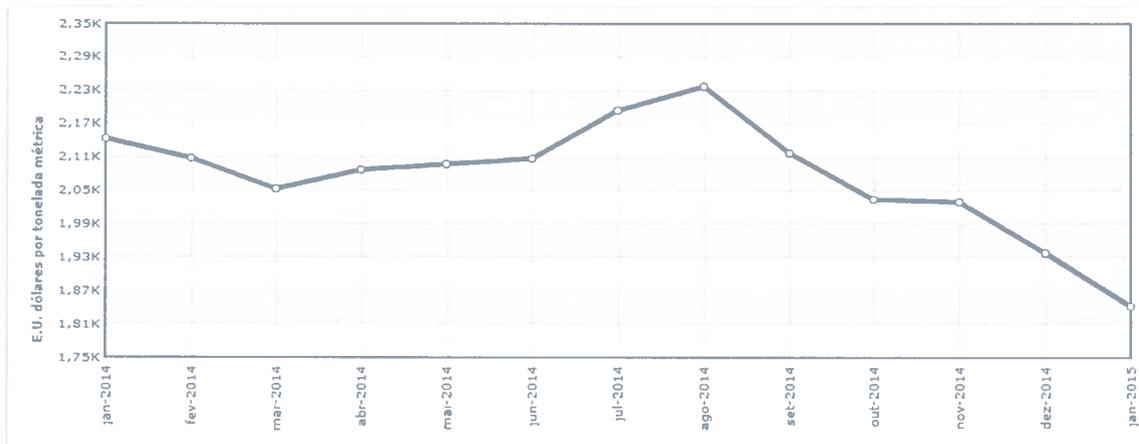
No que respeita aos metais base os gráficos apresentados relativamente à variação de preços durante 2014, a partir de dados do Banco Mundial, são elucidativos da já referida tendência generalizada de queda da cotação.

COBRE (London Metal Exchange Spot price)

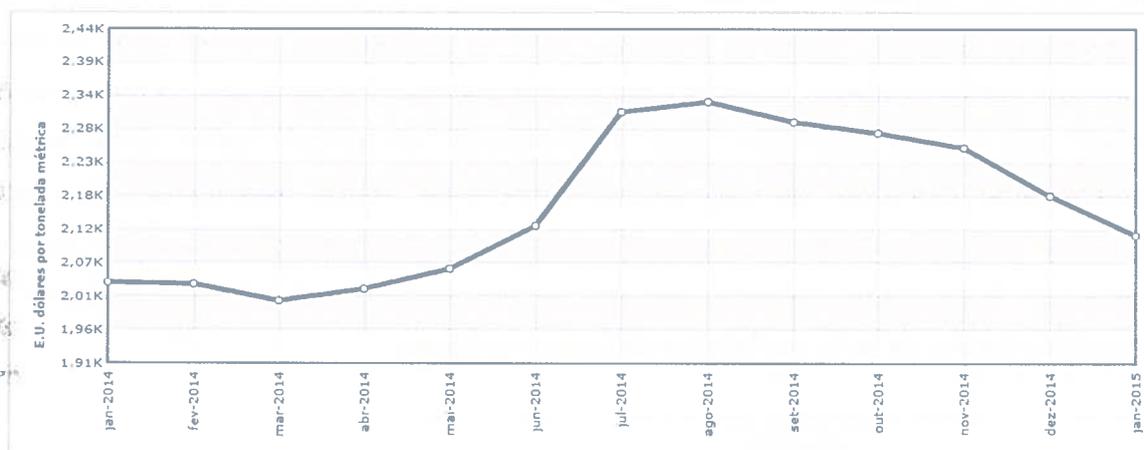


RAP

CHUMBO (LME Spot price)



ZINCO



A variação dos minérios de cobre e chumbo é atribuída pelo Banco Mundial à diminuição da procura por parte da China. Relativamente ao zinco verifica-se que o valor da cotação subiu no primeiro semestre do ano e depois iniciou uma descida gradual mas chegando ao fim do ano com ganhos. Esta variação particular do zinco é atribuída a dificuldades ocorridas no suprimento do mercado.

Quanto ao comportamento da variação dos preços do estanho verifica-se que acompanha o do cobre e do chumbo mas, à semelhança do que se verificou para o ferro, o decréscimo da cotação está associado ao excesso de oferta.



L Joy
RAP

ESTANHO (LME Spot price)



No que respeita aos minérios de volfrâmio, a produção chinesa representa cerca de 80% da produção mundial, pelo que esta matéria prima é considerada estratégica, fazendo parte da chamada lista de matérias-primas críticas ao nível europeu. Neste contexto, no início de 2014 a maioria dos analistas de mercado do preço dos metais admitiam que a tendência de preços seria uma subida consolidada. Contudo, tal não veio a verificar-se, tendo mesmo ocorrido uma descida dos preços, embora pouco acentuada. De acordo com Metal Bulletin Research este comportamento resulta de um excesso de oferta associado ao comportamento do ferro no fabrico de ligas metálicas.



No que respeita aos metais preciosos, ouro e prata, o ano de 2014 ficou também marcado por uma descida generalizada dos preços. De acordo com análises do

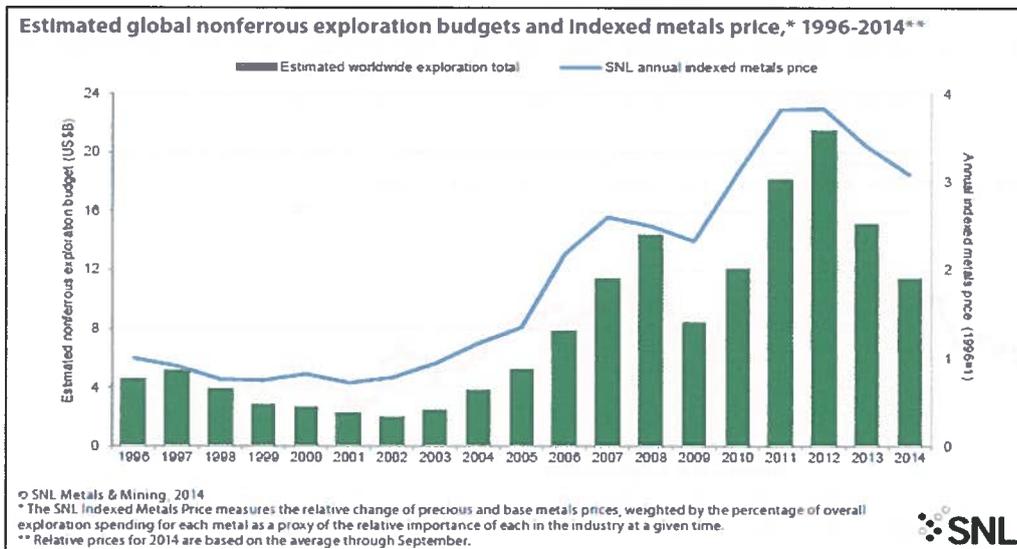


Banco Mundial, esta quebra de preços resulta de ajustamentos do mercado após as altas cotações atingidas em 2011 e do recuo verificado na procura física de ouro e prata por parte dos compradores chineses e indianos tradicionais. Analistas económicos de revistas da especialidade referem ainda que a queda na cotação do ouro está associada aos mercados financeiros, nomeadamente como resposta ao fim da política americana de quantitative easing.



A quebra das cotações internacionais das matérias-primas metálicas foi a principal responsável pelos reduzidos investimentos realizados em atividades de prospeção de novos depósitos minerais que se verificou em 2014. Com efeito, e de acordo com um estudo realizado pela SNL Metals & Mining (SNL Metals & Mining's 25th annual "Corporate Exploration Strategies"), no que respeita ao comportamento mundial da atividade de prospeção e pesquisa de minérios metálicos, a falta de liquidez financeira que se regista nos mercados bolsistas da

especialidade, nomeadamente de Toronto e de Vancouver no Canadá, levou a que o ano de 2014 tenha terminado com um desempenho muito negativo, no seguimento do que se vinha verificado em 2013.



O mesmo estudo revela que os investimentos em prospeção foram realizados sobretudo por 39 grandes empresas mineiras, tendo estas contribuído com cerca de 40% do total de 4,33 mil milhões de dólares americanos investidos em prospeção. Desses, 41% foram investidos na prospeção de ouro, outros 41% em metais base (em cobre 32%), 7 % em diamantes e o restante noutros alvos.

Tradicionalmente as grandes empresas mineiras apostam em projetos de prospeção que revelam elevado grau de maturidade e mesmo já em estádios avançados de pré-viabilidade económica, deixando para as pequenas empresas (juniors) o desenvolvimento inicial de projetos de prospeção. Porém, no seguimento de 2013, a queda do preço dos metais afetou os mecanismos de financiamento tradicionais que suportavam o grande número de pequenas empresas que se dedicam a esta atividade por todo o mundo, designadamente o financiamento em bolsa, com particular relevo para as bolsas de Toronto e Vancouver, e o financiamento através de mecanismos de private equity, como reportado recentemente por revista da especialidade (Commodity News, 23/02/2015).

R J
RAR

Essa mesma revista aponta uma nova tendência para os próximos anos e que se iniciou em 2014, designadamente a procura de financiamento junto de atores não tradicionais como sejam grandes empresas de engenharia e de construção civil, em particular da China e da Coreia do Sul, por intermédio de parcerias de investimento diversas.

Tendo em conta as incertezas que dominam a economia mundial, as previsões do Banco Mundial para 2015 apontam para o continuar generalizado na queda das cotações dos metais e sempre muito dependentes da evolução do crescimento económico da China. Neste contexto, a maioria dos analistas não espera que as formas alternativas de financiamento que vão sendo encontradas sejam suficientes para o relançar da atividade de prospeção por parte das empresas juniores. Admite-se que os investimentos em prospeção nos próximos anos sejam cada vez mais realizados de forma seletiva, em projetos com algum grau de amadurecimento e que esses investimentos sejam sobretudo provenientes de diversas fontes desligadas do setor financeiro.

Em Portugal o cenário da prospeção e pesquisa em 2014 assumiu os mesmos contornos do verificado a nível mundial. A prospeção no nosso país é realizada maioritariamente por empresas nacionais de pequena dimensão, normalmente associadas a outras internacionais, também de pequena dimensão, e que dependem de financiamento em bolsa para a realização das suas atividades. A característica inexistência em Portugal de financiamento para atividades de prospeção e, sobretudo, a ausência de financiamento nos mercados internacionais, tiveram como consequência o período de atividade reduzida que caracterizou 2014.

Cotações dos metais não ferrosos

O arrefecimento da economia mundial tem provocado uma quebra no consumo das principais matérias-primas não ferrosas, em especial nos países emergentes da Ásia, situação esta que se acentuou durante o ano de 2014, provocando uma quebra, quase generalizada, das cotações internacionais dessas matérias-primas. Da análise dos quadros que se seguem, é facilmente perceptível o comportamento das cotações que se revelam sensíveis à quebra de consumo,

P. J. J.
R. R.

que se traduz pelo aumento dos stocks das respetivas matérias-primas nos mercados internacionais.

No que respeita às matérias-primas de maior potencial em Portugal, o ano de 2014 foi pois marcado pelo enfraquecimento dos preços dos metais, como se pode ver pelos quadros que a seguir se apresentam, o que desmotiva os investidores a fazer investimentos na prospeção e pesquisa, em especial os que operam em bolsa.

II. ANÁLISE GLOBAL – SÍNTESE

O atual Conselho de Administração da EDM iniciou funções em 19 de julho de 2013, com o Presidente e Vice-Presidente tendo sido completado com a nomeação do Vogal em falta que se concretizou já no decorrer de 2014, em 27 de março.

O Plano de Atividades e Orçamento para 2014, apresentado no final de 2013, traça os grandes eixos de atuação estratégica assim como as linhas de ação detalhadas para o seu mandato, triénio 2013-2015, as quais foram submetidos ao Acionista. Desta forma, prosseguiram no ano em apreço, as atividades de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, no âmbito do Contrato de Concessão com o Estado bem como a atuação na vertente dos recursos geológicos inseridas na “**Estratégia Nacional dos Recursos Geológicos**”, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 78/2012, de 11 de setembro. Nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 133/2013 de 3 de outubro, e, por indicação do acionista, a aprovação do Plano de Atividades foi incluída na ordem de trabalhos da Assembleia Geral Anual, situação que condicionou a atuação do Conselho no período que mediou até 30 de junho, data em que o mesmo foi aprovado mas com condicionantes. Estas condicionantes consubstanciam-se na necessidade de autorização casuística da tutela acionista e sectorial, nos termos da legislação aplicável, nomeadamente no que respeita à participação em novos investimentos, na contratação de recursos humanos, utilização e afetação de receitas e recursos financeiros bem como na celebração de novos consórcios. Neste enquadramento foram oportunamente apresentados à



Handwritten initials and signature in blue ink.

tutela setorial todos os projetos e prestadas todas as informações e esclarecimentos solicitados.

De entre as **orientações gerais** há a referir:

- A atuação seletiva de modo a aumentar o conhecimento e promover o aproveitamento dos recursos geológicos na ótica do desenvolvimento sustentado, compatibilizando as vertentes ambiental, de ordenamento do território, económica e social;
- A recuperação, monitorização e controlo das antigas áreas mineiras abandonadas, visando anular ou mitigar riscos para a segurança de pessoas e bens, muito em particular nas situadas próximo de aglomerados populacionais, com especial atenção para as antigas minas de urânio. Estas atividades, no que respeita à recuperação ambiental são desenvolvidas no âmbito do “Contrato de concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas” aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 93/2001, de 9 de agosto, cuja renovação foi aprovada pela RCM n.º 62/2011, de 15 de dezembro, tendo sido assinada a 21 de agosto de 2012 e que constitui a referência fundamental na prossecução da missão da empresa neste domínio, sendo as demais atuações desenvolvidas ao abrigo do Protocolo com a DGEG.

Neste contexto, a **estratégia** da EDM passou a ser orientada para a consecução dos seguintes objetivos:

- Prosseguir, no quadro do contrato de concessão, as ações de recuperação ambiental das áreas mineiras abandonadas, maximizando o número e montante de candidaturas aos fundos comunitários face aos recursos nacionais afetos;
- Desenvolver as atuações ao nível da segurança em antigas zonas mineiras de acordo com o plano estabelecido pela DGEG, enquanto entidade com competência na matéria;

- Promover o reforço da intervenção na fase de prospeção e pesquisa de recursos minerais preferencialmente através da participação em consórcios com empresas nacionais e internacionais;
- Desenvolver iniciativas na fase de valorização e aproveitamento económico dos recursos minerais, preferencialmente através de consórcios, apostando na avaliação de projetos com potencial identificado e na participação em investimentos com sustentabilidade demonstrada;
- Promover a celebração de convénios, designadamente com universidades, orientados para a realização de projetos de I&D sobre novas técnicas de tratamento de minérios;
- Acompanhar, no âmbito dos mecanismos de financiamento e de capitalização que venham a estar disponíveis, iniciativas estruturantes orientadas para as fases mais exigentes dos projetos de prospeção e pesquisa, em particular na Faixa Piritosa e para a internacionalização;
- Participar em ações de promoção do património geológico-mineiro nacional.

Em termos de **atividades desenvolvidas**, descritas em termos detalhados neste relatório, destaca-se o seguinte:

- *No domínio técnico-ambiental*

- Realização de investimentos no âmbito da concessão para a recuperação ambiental no valor de € 6.252.421,74;
- Realização de investimentos no âmbito da segurança e manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas no valor de € 177.023,25;
- Aprovação da 4ª fase de 5 novas candidaturas ao domínio de intervenção “Recuperação do Passivo Ambiental”, Eixo Prioritário II – “Sistemas Ambientais, incluindo Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos”, do Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT);

R
BAR
Joy

- Desenvolvimento de ações para promover a internacionalização do conhecimento técnico da EDM desenvolvido nos trabalhos de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, nomeadamente nos PALOP's.

– *No domínio dos recursos minerais*

- Conclusão das negociações com a Somincor com vista à prorrogação do prazo do Acordo de Parceria celebrado em princípios de 2005 com aquela empresa, que culminaram na assinatura de um Aditamento ao referido acordo em 1 de julho, nos termos do qual a EDM exerceu o direito de opção definitivo de participação em 15% no projeto Semblana (identificado ao abrigo deste acordo) nos termos da legislação aplicável, após ter obtido a necessária autorização do Acionista;
- Apresentação de pedidos para atribuição de áreas de prospeção e pesquisa, Alcácer, São Pedro das Cabeças, Macedo de Cavaleiros tendo sido assinado o contrato relativo à área da Escádea Grande/Góis (ouro), cujo pedido tinha sido apresentado em 2013;
- Realização dos trabalhos contratualizados relativamente às áreas de prospeção e pesquisa do Monte das Mesas, Argozelo e Escádea tendo sido realizados investimentos de € 78.509,93, € 121.731,56 e € 29.123,13, respetivamente;
- Acompanhamento da evolução do projeto do Gavião no âmbito do consórcio celebrado com a Almina em 2012, decorrendo nesta fase os encargos por conta daquela empresa; já no final de 2014 a Almina em face dos resultados obtidos com os trabalhos desenvolvidos, comunicou à EDM e ao Governo Português, o seu interesse em adquirir os direitos da EDM sobre esta concessão nos termos do acordo de consórcio assinado, sendo que se prevê a conclusão deste processo que aponta para um investimento global na ordem dos 60M€ durante 2015 após autorização do acionista;

AP
JAP
DAP

- Continuação da participação no consórcio formado com a Almada Mining para a realização dos trabalhos relativamente às áreas de prospeção e pesquisa e de concessão experimental da Gralheira/Jales. Dada a frágil situação financeira do seu parceiro de consórcio que tem de forma recorrente incumprido com as suas obrigações não só ao nível do contrato de consórcio e dos compromissos assumidos com o Estado Português mas também com os seus fornecedores, a EDM deu um prazo ao seu parceiro para regularizar as situações em falta até ao final de 2014 ou, em alternativa, para transmitir a sua posição para outra empresa que esteja disponível para cumprir com os compromisso em vigor. No final do ano de 2014 o valor investido pela EDM nestes projetos ascendia a € 276.251,20;
- Acompanhamento dos trabalhos no âmbito do consórcio com a Redcorp para a valorização de uma área denominada de Lagoa Salgada, decorrendo nesta fase todos os encargos de investimento por conta daquela empresa.

Finalmente e no que respeita à **atividade operacional** destaca-se:

- Distribuição de Dividendos ao Acionista Único da EDM – Foi deliberada, na Assembleia Geral realizada em 31 de março de 2014, a entrega de dividendos, no montante de € 215.198,10;
- Fornecimentos e Serviços Externos ligeiramente abaixo do orçamento (13%), o que reflete não só o abrandamento na atividade relacionada com novos projetos no âmbito da concessão de recuperação ambiental e na vertente de manutenção e monitorização, mas também a prioridade conferida ao aumento da eficiência da sua atividade e o esforço para o cumprimento das orientações definidas para o Setor Empresarial do Estado;
- Gastos de pessoal em consonância com as determinações para as empresas do Setor Empresarial do Estado, com a aplicação de reduções remuneratórias decorrentes da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, e da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2014), o pagamento do subsídio de Natal em duodécimos e reposição do subsídio de



h
RAP

férias. A partir de 1 de junho e de acordo com o Acórdão do Tribunal Constitucional nº 413/2014 foram suspensas as reduções remuneratórias fixadas no Orçamento de Estado para 2014. Com a publicação da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, foram repostas, a partir de 13 de setembro, as reduções da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro mantidas pela Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do OE 2013).

- Resultados Líquidos – A sociedade apresentou no exercício o resultado líquido positivo de € 539.035,56.

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social da sociedade era de € 30.000.000,00, detido na totalidade pelo Estado Português, sendo sua única participada (a 100%), a sociedade EDMI – Empresa de Projetos Imobiliários, SA.

III. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

3.1 No domínio técnico ambiental

3.1.1 Concessão

A atividade da empresa no âmbito da concessão para a “Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Degradadas”, serviço tido por público, atribuído pelo Estado Português, sob a forma de Concessão e em regime de exclusividade, à EXMIN/EDM por Decreto-Lei n.º 198-A/2001, de 6 de julho, com uma duração inicial prevista de 10 anos, foi renovada por mais 4 anos por Resolução de Conselho de Ministros n.º 62/2011, de 22 de dezembro, reafirmando desta forma o interesse do Governo de Portugal no prosseguimento daquele Plano de Recuperação Ambiental.

O desenvolvimento do plano de atuação, oportunamente estabelecido e em cada ano adaptado aos meios disponibilizados pelo Concedente, através da realização de um conjunto de projetos de Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Abandonadas, tem vindo a contar com o apoio dos fundos comunitários,



 R JOP

designadamente do Quadro Comunitário de Apoio III (QCA III 2000-2006) / Programas Operacionais da Economia (POE) e Ambiente (POA) e do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2013) / Programa Operacional Temático de Valorização do Território (POVT).

Desde o início da concessão, em 2001, até ao final de 2014, foram submetidas 51 candidaturas aos fundos comunitários, 29 das quais obtiveram aprovação do QCA III e 22 do QREN. De destacar ainda que, neste período, foram concretizados, com fundos próprios, 2 relevantes projetos para o desenvolvimento e cumprimento dos objetivos da concessão, designadamente o “Estudo Base para a Reabilitação de Áreas Mineiras Degradadas” e a “Recuperação da Escombreira da Barragem Velha da Área Mineira da Urgeiriça”.

Até ao final de 2014, o investimento acumulado nos projetos especificamente associados à concessão ascende a M€ 64, sendo que em 2014 o investimento realizado totalizou €6.252.421,74 distribuído pelos seguintes projetos:

Investimentos da Concessão Realizados em 2014

Designação dos Projetos/Candidaturas	Valor dos Investimentos
euros	
Recuperação de Antigas Áreas Mineiras Abandonadas de Sulfuretos Polimetálicos	
Recuperação Ambiental da Área Mineira do Lousal (2ª Fase)	1.605.226,87
Recuperação na Área Mineira de Aljustrel (3ª e 4ª Fases)	1.494.348,98
Recuperação de Antigas Áreas Mineiras Abandonadas de Urânio	
Obras de Remediação Ambiental na Área Mineira da Bica	426.566,69
Remediação Ambiental na Área Mineira da Cunha Baixa	282.100,90
Trabalhos na Ribeira da Pantanha e Selagem Final da Barragem Nova – Mina da Urgeiriça	1.613.279,53
Obras remediação Barrôco	360,00
Monitorização Ambiental nas Áreas Mineiras dos Radioativos 2012-2014	281.865,66
Obras de Remediação Ambiental nas Áreas Mineiras de Prado Velho, Forte Velho e Barracão	172.379,67
Obras de Remediação Ambiental na Área Mineira de Fontinha	33.099,76
Obras de Remediação Ambiental na Área Mineira de Freixinho	17.832,25
Remediação ambiental Área Mineira Castelejo	20.910,00
Obras de Descontaminação nas Envolv. Escombreiras p/Requalificação Amb.Final da Urgeiriça	304.451,43
Total Investimentos da Concessão	6.252.421,74

Nas áreas mineiras associadas aos sulfuretos polimetálicos, os investimentos da concessão realizados em 2014 correspondem ao início das fases



R
JY
RAP

complementares das obras de recuperação ambiental das áreas mineiras do Lousal (2ª Fase) e Aljustrel (4ª Fase).

A 2ª Fase das obras na área mineira do Lousal visa a realização de trabalhos de recuperação ambiental nas zonas do couto mineiro onde ainda se regista contaminação, em consequência dos resultados obtidos após a realização de trabalhos anteriores e de ocorrências naturais, designadamente exsurgências que vieram a ser detetadas ao longo da Ribeira de Corona.

A recuperação ambiental e paisagística do extenso e importante conjunto de áreas mineiras integradas no complexo mineiro de Aljustrel – Algares, S. João e Pedras Brancas, é o objeto da 4ª Fase das obras em Aljustrel, a qual visa implementar as medidas de operacionalização do processo de tratamento dos efluentes ácidos, acondicionar e selar as áreas suscetíveis de produzir efluentes lixiviados, melhorar as condições hidrológicas e ambientais da atual ribeira e promover um circuito de visitação arqueológico-mineiro, isto para além da realização das obras de reabilitação da galeria de mina por baixo da estrada de acesso ao bairro de Vale d'Oca.

No que respeita às áreas mineiras de urânio, locais de antigas explorações mineiras de minérios radioativos, após conclusão das obras de remediação ambiental nas áreas mineiras de Cunha Baixa e Bica, houve necessidade de realização de trabalhos complementares de melhoria do funcionamento dos sistemas passivos e de tratamento radiológico complementar da área mineira da Cunha Baixa e trabalhos de drenagem complementar e de construção de sistema de colecta e tratamento de águas exsurgentes de mina, nas minas de Bica e Vale D'Arca.

Na área mineira da Urgeiriça foram concluídas as obras de renaturalização do leito da Ribeira da Pantanha, assim como a selagem final e recuperação ambiental da Barragem Nova.

Deu-se continuidade ao cumprimento das atividades de monitorização das áreas mineiras dos radioativos, necessárias garantir durante o desenvolvimento dos



RAP

respetivos projetos e até que a remediação ambiental nelas seja garantida e demonstrada. Os trabalhos envolvem campanhas de caracterização e de monitorização especificamente direcionadas para os dois principais compartimentos ambientais - Meio Hídrico e Solos, isto para além do acompanhamento técnico ao funcionamento das novas estações de tratamento passivo. A atividade de monitorização ambiental reveste-se da maior importância, pois permite dotar o país de um registo histórico de dados fundamentais para acompanhar a eficácia das ações de remediação ou recuperação ambiental desenvolvidas e que são periodicamente acompanhadas pela Comissão Europeia, ao abrigo do Artigo 35º do Tratado EURATOM.

Os projetos apresentados na 4ª fase de candidaturas ao Eixo Prioritário II do POVT, para a realização de obras de remediação ambiental nas áreas mineiras de Fontinha, Freixinho, Prado Velho, Forte Velho, Fábrica de Rádio do Barracão, Urgeiriça (áreas envolventes) e monitorização ambiental nas áreas mineiras dos radioativos (2012-2014), obtiveram Decisão Favorável de Financiamento, da Comissão Directiva do POVT, em 31 de outubro de 2014. A aprovação das candidaturas foi em regime de *overbooking* em relação à dotação do Eixo Prioritário II, sendo que as operações candidatas apenas serão cofinanciadas na medida dos recursos que vierem a ficar disponíveis para o efeito.

De acordo com o Regulamento Geral do QREN, o termo do período de elegibilidade das despesas pagas pelos beneficiários aquando da execução das operações, está fixado em 31 de dezembro de 2015, pelo que se admite a conclusão física das obras da 4ª fase de candidaturas durante o próximo ano.

No início de 2014, Portugal assinou com a Comissão Europeia o Acordo de Parceria para o período 2014-2020, designado por Portugal 2020. No final do ano foram publicadas as regras gerais de aplicação dos programas operacionais financiados pelos fundos europeus estruturais e de investimento. Neste quadro, volta a ser criado um Programa Nacional Temático dedicado ao Ambiente – o Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR).



P. J.
RA

O PO SEUR contempla 3 eixos temáticos, sendo que o objetivo temático da concessão se enquadra no Eixo Prioritário 3 – Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência dos Recursos – Recuperação de Passivos Ambientais. As intervenções neste âmbito deverão dar continuidade aos processos de remediação e recuperação dos locais mais problemáticos, alguns dos quais já iniciados nos anteriores quadros comunitários, para benefício da qualidade de vida das populações próximas dos ecossistemas associados e das regiões envolvidas.

A seleção e priorização dos passivos ambientais foi efetuada no âmbito do Grupo de Trabalho de Passivos Ambientais, do qual resultou a elaboração pela APA do Documento Enquadrador relativo à recuperação de passivos ambientais. Foram identificados como prioritários 74 antigos locais de exploração mineira, correspondentes a 26 áreas de extração de minérios radioativos, bem como às demais áreas mineiras associadas à exploração de sulfuretos polimetálicos que apresentam fortes impactes ambientais, no total de 48.

A EDM já planeou e preparou as intervenções a realizar no âmbito do Portugal 2020, sendo que a continuidade deste apoio comunitário impõe ao país o dar cumprimento ao Plano de Recuperação de Áreas Mineiras Abandonadas que vem sendo prosseguido, e que permitirá, chegados a 2020, que Portugal tenha resolvido os principais e mais graves problemas associados à exploração mineira do passado.

3.1.2 Outras atividades no domínio ambiental

Em 2014 foram desenvolvidas outras atividades na área ambiental, as quais contemplaram a realização de trabalhos de segurança em locais mineiros abandonados e intervenções de manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas.

- **Ações de Segurança, Controlo e Manutenção** - Esta atividade foi desenvolvida ao abrigo do Protocolo de Cooperação estabelecido em 2007 entre a DGEG e a EDM, linha de Ação 1 – Trabalhos de Segurança, que visa o anular ou mitigar riscos para pessoas e bens, relacionadas com antigas

h jz
RAF

explorações ou trabalhos mineiros, muito em particular das situadas junto a aglomerados populacionais. Nesta temática pontificam as intervenções que são em cada ano implementadas, e que ao longo do território potenciam situações de risco. Integrada nesta linha de ação releva-se, também, a missão de vigilância regular para a deteção de anomalias no domínio da segurança nas 61 antigas minas de radioativos existentes no país.

No ano de 2014 foram realizados trabalhos de selagem de poços nas áreas mineiras de Barrigão, Argozelo e São Pedro da Cova, tendo-se procedido a trabalhos de limpeza de mato na Barragem Velha da área mineira da Urgeiriça e na estação de tratamento de efluentes e zonas limítrofes da área mineira de Jales. Na área mineira da Cunha Baixa foram realizados trabalhos de preservação da estrutura da antiga estação de tratamento de efluentes. No período foram ainda iniciados levantamentos topográficos na área mineira de Mata da Rainha com vista à redefinição de projeto de execução para lançamento de intervenção de segurança nesta área mineira.

Realce também para o desenvolvimento de ações de segurança, controlo e remediação ambiental nas áreas mineiras dos radioativos, nomeadamente com a continuação dos trabalhos de descontaminação do Parque Habitacional da ex-ENU ao abrigo do Protocolo assinado com a respetiva Comissão de Moradores.

No período foram prestados serviços de assessoria técnica especializada em instalações e equipamentos eletromecânicos e de controlo de processo, isto para além de ter sido dada continuidade ao desenvolvimento de ações de controle de segurança, através do reforço das ações periódicas de visitaçao para acompanhamento do pós-obra de anteriores intervenções de segurança, no sentido de se verificar o estado em que se encontram, por forma a promover a realização de correções pontuais que garantam a manutenção desses espaços.

Com o objetivo de atualização da informação disponível sobre o estado de conservação das áreas intervencionadas e das restantes áreas ainda não intervencionadas, foi iniciado em 2014 um plano de observações, tendo sido observadas 112 antigas áreas mineiras e produzidos os respetivos “Relatórios de Observação”.



Ação 1 - Trabalhos de Segurança
Financiamento por via do Protocolo DGEG/EDM

Designação dos Projetos	Valor
Intervenções de Segurança em Minas Abandonadas	163.669,68

- **Manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas.** Esta atividade, a que corresponde a linha de Ação 2 – Minas Abandonadas, do Protocolo de Cooperação, estabelecido em 2007 entre a DGEG e a EDM, pretende garantir o adequado desempenho das obras de recuperação ambiental desenvolvidas nos últimos anos no âmbito da Concessão, por via da sua manutenção, correção e beneficiação, atividades estas não financiadas por fundos comunitários.

No ano de 2014 foram iniciados trabalhos de limpeza e remoção de lamas do sistema passivo de tratamento de efluentes da área mineira de Jales, assim como deu-se continuidade ao acompanhamento das condições de funcionamento da estação de tratamento.

Ação 2 – Minas Abandonadas
Financiamento por via do Protocolo DGEG/EDM

Designação dos Projetos	Valor
Trabalhos de Conservação, Correção e Beneficiação	13.353,57

3.2 No domínio dos recursos minerais

No domínio dos Recursos Minerais, a atuação da EDM durante 2014 passou por uma consolidação do seu enquadramento na Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos – RM (RCM nº 78/2012) como instrumento setorial para o Fomento Mineiro, nomeadamente pelo desenvolvimento de iniciativas concorrentes para várias das medidas preconizadas nos eixos B

(Desenvolvimento do Conhecimento e Valorização do Potencial Nacional) e C (Divulgação e Promoção do Potencial Mineiro Nacional) dessa Estratégia. Neste âmbito de atuação transversal, a EDM centrou as atividades da sua área técnica dos Recursos Minerais no desenvolvimento de projetos de prospeção e pesquisa de recursos minerais em áreas específicas do território nacional, na assunção de que estes constituem mecanismos eficazes para a valorização do potencial dessas áreas e para a apresentação de oportunidades concretas a investidores.

As restantes atividades, também enquadradas na ENRG-RM, incidiram em atividades para a valorização e aproveitamento económico de jazigos minerais conhecidos no território nacional em parceria com outros agentes e em atividades no âmbito da promoção e dinamização dos recursos geológicos.

3.2.1 Ações de valorização do potencial atividades de prospeção, pesquisa e reconhecimento

Avaliação dos Recursos Passíveis de Exploração

No âmbito desta ação deu-se continuidade ao que vinha sendo feito no ano transato no que respeita à avaliação contínua dos recursos minerais existentes em território nacional, tendo em vista a identificação de oportunidades que merecessem ser valorizadas economicamente. Esta avaliação incidiu sobretudo nos recursos que detém, por diferentes razões, carácter estratégico para Portugal, designadamente:

- Matérias-primas minerais críticas para o abastecimento europeu, nas quais se inclui o tungsténio e a que normalmente estão associados minérios de estanho;
- Minérios de ouro, pelo seu elevado valor e número de ocorrências conhecidas em Portugal, algumas delas exploradas no passado;
- Minérios de cobre, chumbo e zinco em jazigos de sulfuretos maciços da Faixa Piritosa Ibérica, como província metalogenética que suporta jazigos de classe mundial.

A Jy
PAR

Os resultados desta atividade contínua serviram de suporte, em 2014, a novos requerimentos para a elaboração de contratos de concessão de prospeção e pesquisa para as áreas de Alcácer, de S. Pedro das Cabeças e do Rosário na Faixa Piritosa, e para a Área de Macedo dos Cavaleiros (minerais de ouro, prata, antimónio, estanho e volfrâmio).

A decisão para tais novos requerimentos foi condicionada e ponderada em função de, respetivamente:

- Nível de conhecimento técnico e potencial das áreas em níveis ainda não atrativos para potenciais empresas e/ou promotores privados;
- Necessidade da EDM manter um *portfolio* de oportunidades concretas para apresentar a potenciais investidores no âmbito das atividades de promoção e dinamização dos recursos geológicos.
- Não substituição da normal atividade dos agentes privados.

Com efeito, as áreas requeridas para a Faixa Piritosa foram requeridas na iminência dos primeiros contatos estabelecidos com empresa turca interessada na descoberta e exploração de minérios de cobre em Portugal.

A notificação por parte da DGEG a indeferir um antigo pedido de prospeção e pesquisa para minerais de estanho e volfrâmio em Tuela, na região de Bragança, por se sobrepor a outros pedidos, razão para a imediata não contestação por parte da EDM justificou o requerimento apresentado para a mesma região a fim de se manter um *portfolio* de oportunidades naquelas substâncias minerais, já que se aproxima o término do contrato para a área detida pela EDM em Argozelo.

Paralelamente, mas condicionada pelas disponibilidades do corpo técnico, deu-se início à organização do espólio documental da EDM sobre recursos minerais. Essa organização assentou na digitalização de documentos e sua integração em base de dados e SIG (*ArcGis*).

Projetos de Prospeção e Pesquisa

Projeto Argozelo

Este projeto desenvolve-se numa área com cerca de 212 km² na região de Bragança e abrange as antigas minas de Ribeira, Paredes e Argozelo. Tem correspondência direta com o contrato de prospeção e pesquisa celebrado com o



Estado em Dezembro de 2011 visando depósitos minerais de Sn, W, Au, Ag, Cu e sulfuretos associados. Durante 2014 e cumprindo-se o estipulado contratualmente, as principais atividades realizadas na Área de Argozelo consistiram na:

- Descrição e amostragem de sondagens efetuadas no ano anterior na zona das minas de Ribeira e Paredes;
- Cartografia geológica dos setores das minas de Ribeira e Argozelo e da região entre esses dois setores;
- Reconhecimentos geológico-mineiros nas regiões de Candedo, Vale Mulher, Pinelo, Pica Porcos e Carocado, bem como no setor intermédio da área de prospeção e pesquisa;
- Elaboração de modelo 3D das minas de Argozelo e Ribeira;
- Amostragem de solos nos sectores centrais e sudeste da área de prospeção e pesquisa;
- Análise geoquímica das amostras recolhidas nos trabalhos de cartografia e reconhecimento geológico-mineiro.
- Caracterização preliminar das escombreliras da mina da Ribeira através da sua cartografia e amostragem expedita.

Deu-se ainda continuidade à integração de todos os dados geológicos históricos em SIG, bem como dos adquiridos no decorrer das atividades realizadas.

Quanto aos principais resultados alcançados, eles reportam-se a:

- Reconhecimento à superfície das estruturas mineralizadas da mina de Argozelo, para norte e sul;
- Identificação, a oeste da mina de Argozelo, de uma nova estrutura potencialmente portadora de mineralização e que até hoje ainda não foi testada;
- Identificação de mineralizações de antimónio (estibina) no setor de Candedo;
- Identificação, a sudeste das minas de Ribeira, de afloramentos graníticos correspondentes a cúpula granítica que poderá estar na origem das mineralizações da região;
- Identificação e delimitação de um horizonte de rochas calcossilicatadas às quais poderão estar associadas mineralizações de estanho (scheelite).

RJR
RAF

Portanto, os principais resultados alcançados mostram que as potencialidades da área não foram esgotadas pelas antigas minas que aí operaram. Com efeito, essas potencialidades mineiras residem na continuação lateral das principais estruturas mineralizadas, em particular as correspondentes às minas da Ribeira e de Argozelo, bem como nas estruturas e horizontes antes apontados, algumas delas com correspondência nas anomalias geofísicas e geoquímicas já anteriormente identificadas e cujo significado ainda não está totalmente compreendido.

Tendo em conta estes resultados e terminando o período inicial contratualizado para prospeção e pesquisa em Dezembro de 2014, decidiu-se requerer a sua prorrogação por mais um ano, tendo-se, para o efeito, procedido a uma redução da área contratualizada em 50%, conforme previsto no Contrato de Prospeção e Pesquisa.

Projeto Monte das Mesas

Este projeto tem correspondência com o contrato de prospeção e pesquisa celebrado em Julho de 2012 com o Estado. Refere-se a uma área com 58,6 km², localizada a noroeste de Aljustrel, na Faixa Piritosa Ibérica e que visa, essencialmente, minerais de Cu, Pb e Zn. Os trabalhos realizados nesta área durante 2014 correspondem, em grande parte, ao desenvolvimento dos iniciados em anos anteriores, designadamente:

- Continuação da compilação da informação geológica e geofísica histórica, sua digitalização e sua integração em SIG e software de modelação geológica *Geosoft*;
- Re-logging das sondagens realizadas e reinterpretação das sequências atravessadas.

Em termos de atividades iniciadas no decorrer do presente ano, procedeu-se a:

- Cartografia geológica detalhada de afloramentos paleozoicos na área em estudo;
- Estudo palinológico de unidades meta-sedimentares;
- Interpretação geológica e geofísica da área com recurso à construção de cortes geológicos e à elaboração de um modelo geológico tridimensional;

R
M
RA

- Reprocessamento de dados gravimétricos por intermédio de empresa especializada contratada para o efeito;
- Definição de locais para a realização de novos levantamentos geofísicos (gravimétricos e eletromagnéticos);
- Definição preliminar de novos locais para realização de sondagens.

Algumas destas atividades têm o duplo caráter de também corresponderem a resultados alcançados ou constituírem passos necessários à realização de outras. É o caso específico da elaboração do modelo geológico tridimensional da Área de Monte das Mesas que, sendo uma tarefa é, também e por si só, um resultado. Para além disso, esta modelação permitiu identificar a ocorrência na Área de Monte das Mesas do horizonte geológico portador da mineralização do Gavião. Permitiu ainda identificar dois setores onde se admite a ocorrência de rochas vulcânicas do Complexo Vulcano-Sedimentar a profundidades passíveis de caracterização por métodos indiretos. Este resultado conduziu, assim, à necessidade de definição de novos locais para este tipo de estudos.

Projeto Escádia Grande

O projeto de prospeção e pesquisa de Escádia Grande para depósitos minerais de Au, Ag, Cu, Pb, Zn, Sn, Sb, e W foi atribuído à EDM em 23 de Setembro de 2014. A área em causa, com 252,752 km², abrange parte dos concelhos de Góis, Pampilhosa da Serra, Castanheira de Pêra, Pedrogão Grande e Arganil.

Os trabalhos desenvolvidos nesta área no decorrer de 2014 constituem-se nos que tipicamente correspondem ao início e montagem de projeto e compreenderam recolha bibliográfica da informação geológico-mineira existente, sua compilação e sua digitalização.

A avaliação e interpretação dos dados recolhidos, bem como a sua integração em SIG e software de modelação geológica permitiu uma primeira modelação tridimensional da antiga mina de ouro de Escádia Grande e o aperfeiçoamento da abordagem a tática a tomar para o desenrolar dos trabalhos previstos. Assim, essa abordagem passará numa fase inicial por:



R. Jir
RAP

- Análise e processamento de imagens de satélite com o objetivo de identificar e interpretar alinhamentos que possam estar relacionados com as estruturas mineralizadas;
- Colheita e posterior análise químico-mineralógica de amostras de sedimentos de linhas de água e de amostras de rochas em afloramentos e em sondagens antigas.
- Cartografia geológica de detalhe na envolvente das antigas minas e indícios mineiros existentes na área em apreço.
- Levantamentos geofísicos por metodologias que se mostrem compatíveis com a deteção das estruturas mineralizadas características da região

Outros projetos de prospeção e pesquisa

Para além dos projetos que a EDM desenvolveu por si só em 2014, participou também em consórcio noutros dois projetos, nomeadamente, o de Lagoa Salgada e o de Jales-Gralheira.

Projeto Lagoa Salgada

O projeto Lagoa Salgada desenvolve-se numa área situada no Alentejo, no concelho de Grândola e visa valorizar o depósito de sulfuretos maciços que aí está reconhecido. Este depósito integra-se em rochas paleozoicas da Faixa Piritosa Ibérica que aqui se encontra coberta por sedimentos arenosos de idade terciária.

A participação da EDM neste projeto resulta de uma parceria estabelecida em Setembro de 2013 com a empresa portuguesa Redcorp. A EDM detém uma participação de 15%, os quais não envolvem investimento, tendo apenas correspondência com a colaboração prestada em acompanhamento técnico dos trabalhos a efetuar.

No âmbito da parceria estabelecida foi requerida uma prorrogação de 3 anos ao contrato inicialmente estabelecido apenas entre a Redcorp e o Estado português. Tal prorrogação foi aprovada, em adenda ao contrato inicial, em 20 de Junho de 2014.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Projeto Jales-Gralheira

O projeto de prospeção e pesquisa de Jales-Gralheira está intimamente associado ao contrato de exploração experimental com o mesmo nome e que mais à frente se abordará. Resulta de um procedimento concursal em que a EDM, em consórcio com a Almada Mining, Lda., obteve, em 31 de Julho de 2012, os direitos de prospeção e pesquisa para minérios de ouro, prata, cobre, chumbo, zinco e minerais associados numa área de 79,478 km² situada nos concelhos de Vila Pouca de Aguiar e de Murça. A participação nos investimentos neste consórcio por parte da EDM é de 15%, os quais integram participação direta nos trabalhos geológicos a desenvolver.

A área em apreço envolve a área concessionada para exploração experimental já referida e enquadra-se na região mineira auro-argentífera de Jales, Gralheira e Tresminas.

Por força da fragilidade financeira do parceiro de consórcio, o programa de trabalhos e de investimentos contratualizados com o Estado não tem vindo a ser cumprido na sua íntegra para além de outros incumprimentos devidamente identificados. Desta forma a EDM, que cumpriu com a sua quota-parte dos investimentos efetuados, tomou uma posição junto do seu parceiro para que o mesmo resolvesse as questões pendentes quer ao nível dos compromissos assumidos com o Estado Português quer ao nível do consórcio com especial relevância para os compromissos que assumiu com fornecedores a quem adjudicou trabalhos e serviços. Caso não tenha capacidade para resolver as questões referidas, a EDM concedeu um prazo para que o parceiro identificasse uma terceira entidade que tivesse condições para cumprir com os compromissos assumidos e dê continuidade ao plano de trabalhos e investimentos definido.

Atualmente foram realizados até à data cerca de 630m de sondagens de superfície, efetuada a colheita de 95 amostras para litogeoquímica (mas não enviadas para laboratório) e realizada cartografia geológica de detalhe



2 Jay
RAP

Projetos de Valorização e Aproveitamento Económico

Gavião

O depósito mineral de sulfuretos maciços do Gavião localiza-se na Faixa Piritosa Ibérica, sob cobertura terciária, a cerca de 3 km a oeste de Aljustrel. É alvo de uma concessão mineira detida pela EDM, tendo o respetivo contrato sido celebrado com o Estado em 15 de Julho de 1992.

Este jazigo foi alvo de diversos estudos de reconhecimento geológico e valorização económica que incluíram a realização de 22 sondagens. Contudo, tais estudos mostraram-se insuficientes para uma efetiva avaliação da sua potencialidade para exploração mineira por intermédio de um estudo de viabilidade económica.

Visando a valorização económica deste jazigo e o seu desenvolvimento para estádios mais avançados de conhecimento efetivo das suas potencialidades económicas, a EDM estabeleceu uma parceria com a Almina – Minas do Alentejo, SA a fim de minimizar os investimentos próprios e partilhar os riscos para além de dar sequência ao memorando de entendimento assinado entre o Estado Português e a MTO SGPS, SA (agora designada por I'M Mining SGPS, SA) que prevê no seu número 1 a transferência para a MTO ou para uma sociedade detida ou controlada pela mesma, em condições a acordar com a EDM, do direito de exploração do complexo mineiro do Gavião. O acordo, celebrado em Julho de 2012, estabelece que a Almina assume a realização dos trabalhos e investimentos necessários para o desenvolvimento mineiro preconizado até ao montante investido anteriormente pela EDM, no montante de 6,6M€.

Esse acordo estipulou, para além da realização de estudos mineralógicos e mineralúrgicos necessários, a realização de cerca de 30 mil metros de sondagens por parte da Almina, bem como o acompanhamento por parte da EDM ao nível da interpretação e modelação geológica tridimensional.

O acompanhamento realizado pela EDM durante 2014 consistiu no *re-logging* e homogeneização de dados de antigas sondagens e sua integração em SIG e software de modelação geológica e no tratamento estatístico de dados geoquímicos. O principal resultado traduz-se na elaboração de um modelo

jr
PA

geológico tridimensional do jazigo do Gavião a integrar com a modelação dos teores e cálculo de reservas realizados pelo parceiro Almina.

Em 12 de Novembro de 2014, em reunião extraordinária do COF (Conselho de Orientação e Fiscalização) solicitada pela Almina, esta submeteu à avaliação da EDM um estudo conceptual sobre a viabilidade económica da exploração do jazigo em função do conhecimento existente à data. Para além disso, submeteu à consideração da EDM e do Governo Português o seu interesse em adquirir a totalidade dos direitos sobre o jazigo do Gavião, a fim de levar a cabo a sua exploração, interesse esse que veio a formalizar por carta endereçada à EDM, datada de 11 de Dezembro de 2014.

O estudo conceptual mencionado aponta que, embora ainda com bastantes incertezas, o jazigo do Gavião apresenta algum interesse económico desde que a sua exploração se realize de modo integrado na atual estrutura mineira da Almina.

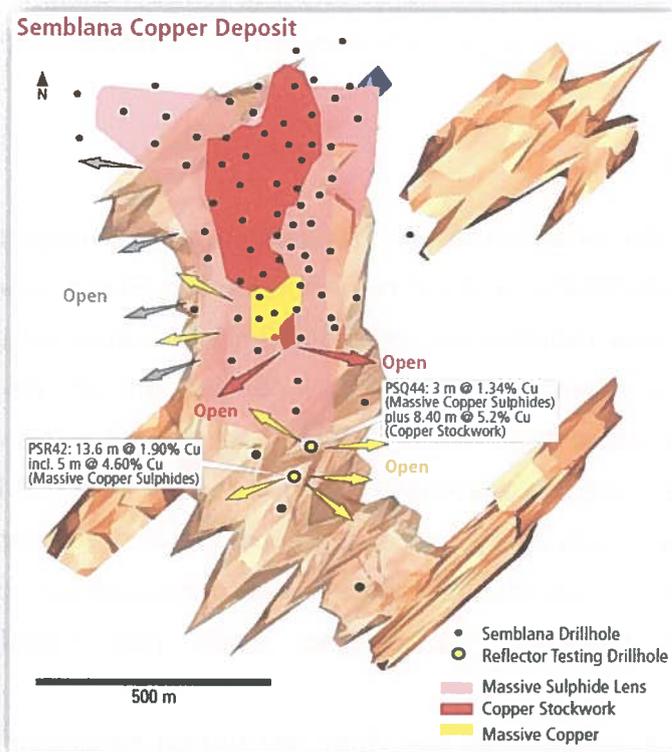
Aponta ainda que:

- Para a rentabilidade da exploração o minério do Gavião deverá ser processado juntamente com o dos restantes jazigos em exploração pela Almina a fim de atingir produções anuais entre 1,8 e 2,5 Mt/ano com elevadas recuperações de cobre, mas obrigando ao não aproveitamento do minério rico em zinco;
- Investimento inicial de 65 milhões de euros cujo retorno se inicia ao fim de 5 anos (com o início da produção), gerando um cash flow acumulado de 142 milhões ao fim de 22 anos;
- O período previsto para o retorno do investimento é de cerca de 11 anos, mas variável entre os 7 e 25 anos, em função da variação do preço do cobre, o que representa risco significativo

Semblana

No âmbito da privatização da Somincor, foi estabelecido com esta empresa um “Acordo de parceria em futuros investimentos relacionados com direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais”, válido por um período de 10 anos o qual conferia à EDM o direito à detenção de 15% nos jazigos que a Somincor viesse a descobrir na Faixa Piritosa Alentejana, no âmbito dos contratos de prospeção fora da concessão de Neves-Corvo.





Massa da Semblana. Adaptado de www.lundinmining.com

Os trabalhos desenvolvidos de forma autónoma pela Somincor levaram à identificação da massa mineral da Semblana que se perspectiva ser um forte ativo mineiro., tendo a Somincor apresentado em outubro de 2013 à EDM o estudo de pré-viabilidade.

No início de 2013 surgiu a possibilidade de renegociar o acordo de parceria existente e os moldes em que a EDM poderia acompanhar o desenvolvimento do referido projeto tendo estas negociações culminado na assinatura, em 1 de julho de 2014, dum Aditamento ao Acordo através do qual o prazo de vigência é alargado até 2020, alteradas as áreas de intervenção e definidos os moldes do financiamento da participação da EDM no projeto Semblana e outros projetos que se venham a identificar.

A EDM submeteu ao Acionista o pedido de autorização para exercer o direito de opção de participação em 15% no projeto Semblana, sendo que nos termos do Aditamento atrás referido, a Somincor financia esta participação que será reembolsada pela EDM exclusivamente através dos cash-flows futuros gerados

Pr
JGJ
RAT

pelo projeto. Este pedido mereceu a aprovação do Acionista, consubstanciado numa Deliberação Social Unânime por Escrito tendo a EDM notificado a Somincor do exercício do direito de opção definitivo em 31 de dezembro de 2014.

Jales-Gralheira

Tal como referido anteriormente, paralelamente ao projeto de prospeção e pesquisa de Jales-Gralheira, decorre um projeto de Exploração Experimental com o mesmo nome que resultou de um procedimento concursal em que a EDM, em consórcio com a Almada Mining, Lda., obteve, em 31 de Julho de 2012, a concessão para exploração experimental para minérios de ouro, prata, cobre, chumbo, zinco e minerais associados numa área de 1540,69 hectares situada no concelho de Vila Pouca de Aguiar e a que corresponde o número de cadastro C-106. A participação nos investimentos neste consórcio por parte da EDM é de 15%, os quais integram participação direta nos trabalhos geológicos a desenvolver.

O alvo mineiro é constituído por duas estruturas filonianas reconhecidamente mineralizadas em ouro, nomeadamente o Filão da Gralheira e o Filão do Campo. Estas estruturas filonianas são constituídas por veios e filonetes de quartzo com possanças variáveis, centimétricas a métricas, mais ou menos ricos em pirite, arsenopirite, galena, blenda, calcopirite e sulfossais de chumbo, zinco e prata.

Por força da fragilidade financeira do parceiro de consórcio, o programa de trabalhos e de investimentos contratualizados com o Estado não tem vindo a ser cumprido na sua íntegra para além de outros incumprimentos devidamente identificados e comprovados ao nível do consórcio. Desta forma a EDM, que cumpriu com a sua quota parte dos investimentos efetuados, tomou uma posição junto do seu parceiro para que o mesmo resolvesse as questões pendentes quer ao nível dos compromissos assumidos com o Estado Português quer ao nível do consórcio com especial relevância para os compromissos que assumiu com fornecedores externos. Caso não tenha capacidade para resolver as questões referidas, a EDM concedeu um prazo para que o parceiro identificasse uma terceira entidade que tivesse condições para cumprir com os compromissos assumidos e dê continuidade ao Plano de Trabalhos e Investimentos definido, o que foi efetuado estando agora entregue para decisão do concedente.



h
17
EAP

Atualmente foram realizados até à data cerca de 13.568,85 m de sondagens de superfície, 1.272,35 m de sondagens a partir de galeria para além de diversos estudos e modelos geológicos da estrutura existente.

Embora tal não venha estipulado no contrato celebrado, foi realizada amostragem sobre os testemunhos das sondagens realizadas, num total de 1436 amostras. Destas, 174 foram analisadas, tendo 54 revelado teores de ouro superiores a 1 g/t.

Os trabalhos realizados pelo consórcio até ao momento permitiram confirmar a extensão da estrutura de Gralheira, quer em profundidade, quer lateralmente.

Projeto Concentração de Unidades de Tratamento de Minérios

Algumas empresas a atuar em Portugal na prospeção e pesquisa e na exploração experimental de recursos minerais têm vindo a expressar nos anos mais recentes que a existência de um centro unificado de anexos mineiros para o tratamento de minérios contribuiria para a viabilidade económica de alguns dos depósitos minerais existentes em Portugal, nomeadamente de ouro e de estanho e tungsténio que, tipicamente no nosso país, são de pequena dimensão. No seguimento de algumas abordagens para que a EDM se constituísse como entidade dinamizadora de tal centro, foram mantidos os contatos com essas empresas e realizadas algumas diligências no sentido de selecionar um local estrategicamente situado na região centro ou norte do País que servisse tais propósitos.

3.2.2 Outras Atividades no Domínio dos Recursos Minerais

Ainda com enquadramento na Área Técnica de Recursos Minerais, realizou-se uma caracterização preliminar de lamas de rejeitados mineiros de sulfuretos polimetálicos. Esta atividade decorreu em Aljustrel, na Barragem de Águas Fortes, paralelamente com a atividade de recuperação ambiental aí desenvolvida e que passou pela secagem da barragem. Tal possibilitou a realização de uma amostragem sistemática das lamas aí existentes para caracterização química. Algumas das amostras destas lamas foram disponibilizadas à Universidade de Coimbra para realização de trabalhos de investigação preliminar quanto às

caraterísticas do seu conteúdo bacteriológico, em particular no que respeita à sua capacidade para a fixação de metais.

A divulgação das atividades da Área Técnica de Recursos Minerais foi realizada em dois eventos, nomeadamente na Universidade Lusófona e num seminário dedicado à Faixa Piritosa Ibérica organizado pelos colégios de minas de Espanha e Portugal e que decorreu no Consulado de Portugal em Sevilha.

Acolheram-se dois alunos do Instituto Superior Técnico para a realização de estágios curriculares de curta duração, tendo-lhes sido prestado formação por enquadramento com as atividades da empresa no âmbito da prospeção e pesquisa.

3.2.3 Promoção e Dinamização dos Recursos Geológicos

No enquadramento do Eixo C - Divulgação e Promoção do Potencial Nacional da ENRG-RM e ao abrigo do protocolo celebrado entre a DGEG e a EDM em 2007 a EDM deu continuidade a iniciativas para a promoção e dinamização dos recursos minerais nacionais tendo em vista a importância que o aproveitamento destes recursos de forma sustentada pode ser estruturante económica e socialmente para o desenvolvimento do país.

As iniciativas da EDM durante 2014 para a Promoção e Dinamização dos Recursos Geológicos estruturaram-se sobretudo ao nível da promoção do património geológico-mineiro nacional considerado aqui no seu sentido mais abrangente, visando a divulgação do potencial geológico e, sobretudo, a captação de investidores para o setor.

Assim sendo e decorrente das linhas de atuação referidas anteriormente, a EDM, manteve a presença habitual no maior encontro mundial do setor mineiro em Toronto, Canadá – PDAC 2014, acompanhou as missões portuguesas aos eventos Mines and Money 2014, em articulação com a ASSIMAGRA – Associação para os Recursos Minerais e participou a convite da AICEP em algumas ações de promoção e divulgação do país em representação do setor mineiro. Estas participações visaram o desenvolvimento de ações com vista à divulgação do potencial geológico e mineiro do país bem como realizar reuniões com potenciais investidores para o setor mineiro português.



h
EDP

3.2.4 Promoção de Parcerias no exterior

Países CPLP

Tendo presente as sinergias criadas por uma língua, uma história e uma cultura comuns, a EDM deu continuidade aos contatos preliminares com algumas entidades e empresas presentes em alguns dos países da CPLP no sentido de promover oportunidades na vertente dos recursos minerais nomeadamente na prestação de serviços.

Assim continuaram-se os contatos em Angola, para prestação de serviços a projetos mineiros, e em Timor, no sentido de vender os serviços de consultoria da EDM sobre os estudos efetuados pela EDM no período 2000-2002 que visava avaliar a viabilidade de aproveitamento de várias nascentes para produção e engarrafamento de águas minerais e respetivo modelo de exploração, projeto este devidamente validado pela tutela setorial e que se prevê que se venha a concretizar em 2015.

Realização do Estudo “Geologia e Recursos Minerais de Moçambique”

Em 2012 foi iniciado um projeto de colaboração com as autoridades Moçambicanas, Direção Nacional de Geologia (DNG), que passa pelo financiamento e pelo lançamento de uma nova edição atualizada de um livro técnico com o título “Geologia e Recursos Minerais de Moçambique”, publicado pela primeira vez em 2004 apenas em versão inglesa, sendo a autoria de um geólogo alemão, Siegfried Lächelt e cuja finalização se prevê para 2015. A gestão e financiamento deste projeto foi assumido em 2012 perante as entidades moçambicanas, de forma conjunta pela EDM e DGEG.

O projeto deste livro, cuja atualização foi feita pelo autor sem qualquer custo, e cuja versão revista já está na posse da EDM, passa pela atualização da versão inglesa, pela sua tradução para português, pela republicação do livro nas versões inglesa e portuguesa, e ainda pela sua apresentação pública em Moçambique, por força do apoio conseguido junto do Banco de Desenvolvimento Africano (BDA).

iv
RAP

O seu atraso relativamente à data inicialmente prevista para a sua finalização resulta do facto de a EDM ter apresentado em 2014 uma candidatura ao BDA, no sentido de conseguir um apoio internacional ao financiamento deste projeto. Essa candidatura foi formalmente aprovada pelo BDA em janeiro de 2015, sendo expectável se consiga um apoio que poderá atingir um máximo de 80.000,00€, permitindo custear uma parte significativa do projeto.

3.3 Atuações diversas

Foram continuadas ou desenvolvidas atuações noutros domínios, de que se destacam:

3.3.1 Protocolo DGEG/EDM

No âmbito do protocolo existente entre a DGEG/EDM e na persecução dos objetivos que constam na Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos, para além das ações já descritas no capítulo referente à atividade no domínio técnico-ambiental, continuaram a ser desenvolvidas um conjunto de atividades de dinamização e promoção do setor dos recursos geológicos e de que se destacam:

Cluster da Pedra Natural

Trata-se de um projeto dinamizado pelo CEVALOR, envolvendo diversas entidades a nível nacional. A EDM apoiou a criação da “Associação Valor Pedra” constituída em 2009, sendo um dos associados fundadores da mesma. Em 2014 a EDM manteve a sua colaboração com esta entidade com o objetivo de dinamizar o setor.

Roteiro de Minas

O “Roteiro das minas e pontos de interesse mineiro e geológico de Portugal”, uma iniciativa enquadrada no protocolo assinado entre a EDM e a DGEG,



dr
RA

estabelecidos e aprofundados os contatos com outras entidades externas ao Roteiro, onde podemos destacar o Turismo de Portugal IP e as Entidades Regionais de Turismo e a UTAD. Destaca-se a atualização e a preparação da edição em papel da publicação “Geologia e Minas a Norte de Portugal”, a sair no início de 2015;

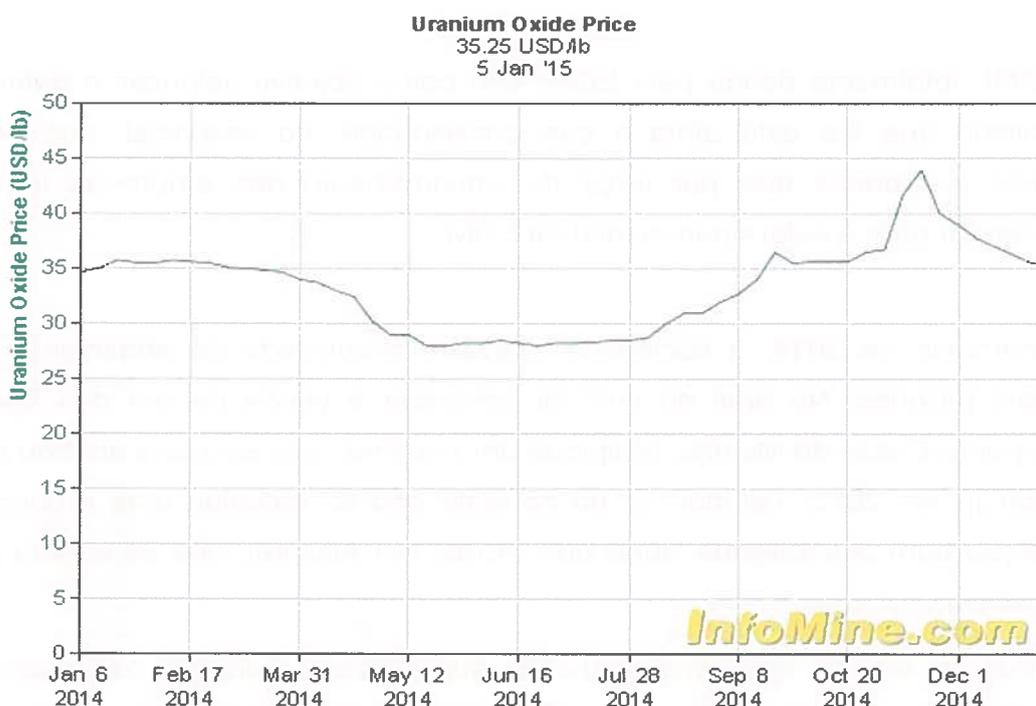
- Presença em congressos e seminários científicos: foram efetuadas diversas apresentações e distribuído material de informação do “Roteiro das Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal” em congressos e seminários científicos, onde podemos destacar, no ano de 2014: “II Congresso Internacional - Património, Museus e Turismo Industrial: uma oportunidade para o século XXI” (Univ Católica); “Congresso Mineração Romana em Valongo”; “Simpósio Internacional Territorium Metallorum TresMinas / Jales”; “Simpósio Internacional sobre paisagens mineiras”; “Jornadas “Memórias do carvão””; “Feira Ibérica da Industria Mineira de Aljustrel”; “Conferencia Geoturismo motor de desenvolvimento territorial”.

3.3.2 Stock urânio

Na sequência da decisão do Estado em transferir os concentrados de urânio do LNEG para a EDM, nos termos do disposto no artigo 15º do Decreto-Lei 145/2012, de 11 de julho e de acordo com o relatório de avaliação do ROC elaborado nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais, a EDM, agora na sua qualidade de proprietária, continua a assegurar o armazenamento em condições de segurança do stock de concentrados de U_3O_8 . Este stock de concentrado de U_3O_8 , que à data, totaliza 198,5 toneladas, vem sendo objeto de visitas aleatórias para controlo, quer do EURATOM quer da AIEA, tendo a inspeção referente a 2014 sido realizada em 18 de setembro com a presença de ambas as entidades internacionais, tendo ainda sido colhidas amostras que foram posteriormente enviadas para a AIEA em Viena de Áustria. No que toca à cotação do urânio, registou-se o início do movimento ascendente das cotações antecipando em cerca de um ano a previsão de mercado atingindo

JP
RAP

cerca de 37.5USD/lb em dezembro. A EDM recebeu ainda algumas propostas de guarda e/ou aquisição do referido stock por parte de uma empresa credenciada na AIEA sendo que a ultima proposta recebida valorizava o stock num montante global líquido de transporte e comissões superior ao montante registado contabilisticamente no balanço da empresa. Desta forma o CA decidiu não alterar a valorização do mesmo com base no valor previsível de venda aferido através desta ultima proposta.



3.3.3 Caracterização radiológica do parque habitacional da ex-ENU/Urgeiriça

Na sequência da assinatura de Protocolo com a Comissão de Moradores dos Bairros Mineiros da Urgeiriça, em 14 de abril de 2008, com vista à medição dos níveis de radão nas habitações e a eventuais intervenções, e após definição dos tipos dessas intervenções em sequência do estudo de caracterização radiológica efetuado pelo Departamento de Ciências da Terra, da Universidade de Coimbra, desencadeou-se em 2012 o processo de realização de obras nas 3 casas piloto previstas no protocolo.

P. J. RAR

No decorrer do ano de 2014 concluiu-se a remediação da primeira habitação, tendo sido iniciada e concluída a remediação da segunda habitação piloto. A EDM tem mantido a este respeito um contato permanente com a Comissão de Moradores tendo sido ainda solicitado que sejam definidas as habitações para as intervenções seguintes.

3.4 Participada EDMI - Empresa de Projetos Imobiliários

A EDMI, totalmente detida pela EDM, tem como objetivo valorizar o património imobiliário que lhe está afeto e que corresponde, no essencial, aos prédios rústicos e urbanos que por força do encerramento das empresas mineiras, transitaram para a esfera patrimonial da EDM.

No exercício de 2014, a sociedade manteve a atividade de administração de imóveis próprios. No final do ano foi aprovada a venda de um dos lotes do loteamento Casas do Moinho, Malpique em Aljustrel, cuja escritura acabou por se realizar já em 2015. Também já no corrente ano foi recebida uma proposta de aquisição dum dos lotes da Horta das Noras, em Aljustrel, que se espera poder concretizar em breve.

No final do ano foi feita uma avaliação dos imóveis, incluindo os loteamentos urbanos, que conduziu a um valor global de € 8. 047.302,80, valor superior aos valores de registo, que por prudência se mantiveram. Este valor de avaliação serve para aferir da possibilidade de reembolso da dívida à EDM. Esta avaliação justificou-se pela reserva colocada na Certificação Legal de Contas relativa às contas da EDM do exercício de 2013.

Os resultados da empresa foram penalizados pela dívida de um inquilino, já com ação em tribunal, o que justificou a contabilização de imparidade.

Relativamente às contas do exercício de 2014, destacam-se os valores relativos a Ativo Total (€6.639.584,11), Resultados Líquidos (€-27.425,17), Capital Próprio (€ 903.652,66). O valor do Passivo (€5.735.931,75) engloba o valor da dívida à EDM (€ 5.715.808,71), resultante da venda de imóveis e de suprimentos.



16
R. DAP

IV. RECURSOS HUMANOS

O número médio de trabalhadores da EDM durante 2014 foi de 19, dos quais 6 com contrato a termo. Em 2014 não foram efetuadas quaisquer valorizações remuneratórias.

Foram aplicadas as reduções salariais decorrentes da Lei nº da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, e da Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2014). Estas últimas traduzem-se na redução de 2,5% das remunerações acima de 675,00 euros por mês, de forma progressiva até 12%; no congelamento das promoções e progressões; na contenção das ajudas de custo, horas extraordinárias e acumulação de funções e na reposição do pagamento do subsídio de férias e de Natal.

Nos termos do Acórdão do Tribunal Constitucional nº 413/2014 foram suspensas as reduções remuneratórias fixadas no Orçamento de Estado para 2014. Com a publicação da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro, foram repostas, a partir de 13 de setembro, as reduções da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro mantidas pela Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do OE 2013). O subsídio de Natal foi pago em duodécimos.

Foi preocupação da empresa o desenvolvimento da formação profissional contínua dos seus colaboradores designadamente nas áreas técnicas.

R
J
PAT

V. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Os aspetos mais relevantes do exercício de 2014 foram os seguintes:

- Distribuição de resultados líquidos ao acionista, no montante de € 215.198,10, efetuada em abril de 2014, conforme deliberado na sessão da Assembleia Geral do dia 31 de março de 2014;
- Realização de investimentos no âmbito da concessão para a recuperação ambiental, no montante de € 6.252.421,74;
- Realização de investimentos no âmbito da segurança e manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas no valor de € 177.023,25;
- Recebimento do montante de € 2.264.530,24 do QREN, correspondente à comparticipação comunitária nos investimentos elegíveis dos projetos de recuperação ambiental;
- Pagamento à Caixa Geral de Aposentações do montante de € 159.482,95, relativo a pensões de ex-trabalhadores das extintas JEN e ENU.

Relativamente ao contencioso de IVA que a EDM tem mantido com a Administração Fiscal há duas décadas, a Empresa continuou a desenvolver esforços no sentido de poder recuperar o montante de € 972.586,60, pago em 2012, na sequência da notificação de pagamento sob pena de acionamento das garantias bancárias. Estes esforços não alcançaram sucesso tendo o Tribunal considerado não existir prescrição dos montantes reclamados.

Os documentos de prestação de contas do exercício, Balanço, Demonstração de Resultados, Fluxos de Caixa e Anexo, evidenciam:

- Resultado líquido positivo de € 539.035,56;
- Trabalhos para a própria entidade no valor de € 817.732,76, que se referem à componente interna dos projetos da área de recuperação ambiental, segurança e prospeção;



- Fornecimentos e Serviços Externos, no valor de € 561.479,78, em que se destacam as subcontas de trabalhos especializados (€ 145.524,05), de energia e fluidos (€ 71.830,78), vigilância e segurança (€ 77.944,35), rendas e alugueres (€ 58.862,53);
- Gastos com pessoal, no montante de € 1.125.830,81, que incluem as remunerações e encargos sociais dos membros dos órgãos sociais no montante de € 277.547,52 e as remunerações e encargos sociais do pessoal no montante de € 711.305,21; apesar das diversas alterações que se registaram ao longo do ano o valor registado é ligeiramente inferior ao valor de 2013 em consequência das alterações no quadro de pessoal;
- Outros rendimentos e ganhos, no montante de € 1.287.292,75 que compreendem rendimentos suplementares de € 54.029,11, outros proveitos operacionais de €151.901,76, rendimentos de alienações € 1.200,00 e outros rendimentos em ativos financeiros de € 1.080.000,00 relativo à contabilização da remuneração do capital afeto à concessão que em 2011 passou a ser contabilizada na subconta 7868 - Rendimentos e outros ganhos, por se considerar mais adequada à realidade da sua natureza de instrumento de financiamento da concessão da recuperação ambiental, tendo presente o enquadramento da remuneração bem como o SNC que entrou em vigor em janeiro de 2010;
- Outros Gastos e Perdas no montante de € 47.587,08 dos quais € 4.223,24 se referem a impostos e taxas, € 27.425,17 a perdas em associadas, € 8.028,39 a outros;
- Gastos de amortizações, no montante de € 50.141,11;
- Juros e rendimentos similares obtidos de € 370.885,27 relativos a rendimentos de aplicações financeiras;
- Juros e gastos similares suportados de € 113,00;
- Imposto sobre o rendimento do período no montante de € 151.723,44 relativo a IRC, tributação autónoma e derrama;

Handwritten initials and signature in the top right corner.

- Ativo não corrente, no valor de € 16.329.764,70, no qual se incluem os créditos sobre a EDMI (€ 5.715.808,71) e investimentos nos projetos de recuperação ambiental e prospeção (€ 4.505.859,64);
- Ativo corrente no montante de € 54.462.570,51;
- Passivo não corrente de € 1.925.049,61, dos quais € 1.804.549,92 relativos a provisões;
- Passivo corrente de € 14.764.816,12, dos quais € 14.160.711,86 respeitam a contas a pagar que se referem quase exclusivamente a adiantamentos recebidos para financiamento de investimentos a realizar;
- O Ativo Líquido em 31 de dezembro de 2014 é de € 70.792.335,21 e o Capital Próprio de € 54.102.469,48.

VI. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Objetivos de gestão, previstos no artigo 38º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, de forma quantificada, e metas a atingir em conformidade com o plano de atividades e orçamento aprovado

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista da sociedade EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A., não definiu os objetivos gerais de gestão ou as orientações estratégicas específicas dirigidas ao Conselho de Administração da sociedade que iniciou o mandato em 19 de julho de 2013.

A missão da empresa centra-se em duas vertentes principais: uma de recuperação ambiental de antigas áreas mineiras degradadas, com vista à sua reabilitação e valorização económica, atuação desenvolvida em representação do dono da obra, o Estado Português, regulada por concessão; e outra em que exerce, por si ou em associação, atividades de prospeção, pesquisa e valorização de recursos minerais, contribuindo para maximizar o conhecimento dos recursos minerais do País, a sua valorização e aproveitamento económico, por forma a otimizar e melhorar a gestão de ativos da empresa e criar valor para o acionista. A

h JV
RAP

empresa presta ainda serviços especializados nos domínios dos geo-recursos e do ambiente.

Assim foram prosseguidos os objetivos anteriormente definidos.

Objetivos Gerais

- Otimizar a gestão de ativos da empresa e criar valor para o acionista.
- Contribuir para maximizar o conhecimento dos recursos minerais do País, a sua valorização e aproveitamento económico.
- Recuperar e valorizar, na vertente ambiental, as antigas áreas mineiras degradadas e abandonadas, bem como monitorizar e controlar efluentes, em especial os das antigas minas de urânio, de molde a cumprir as normas internacionais que regulam o setor.

Embora não tendo sido celebrados contratos de gestão nem objetivos quantificados como referido atrás a apreciação da atividade desenvolvida em 2014 permite concluir, pelas candidaturas apresentadas aos Programas Comunitários e pelo volume de investimentos realizado e em curso face aos meios disponibilizados para o efeito pelo Concedente, e às condicionantes colocadas na aprovação do Plano de Atividades para 2014, que os objetivos foram alcançados.

Para além dos aspetos relacionados com os **princípios orientadores de gestão** que a empresa tem vindo a implementar e **das orientações gerais do setor** que o CA tem tido em consideração nas ações e atividades desenvolvidas, as **orientações específicas transmitidas** ao Conselho de Administração contemplam duas dimensões:

- Uma associada à recuperação e valorização na vertente ambiental das antigas áreas mineiras degradadas e abandonadas, envolvendo a monitorização e controle de efluentes em especial das antigas minas de urânio, de modo a cumprir com as normas internacionais;



2
3
EAT

- Outra orientada para contribuir para maximizar o conhecimento dos recursos minerais do País, a sua valorização e aproveitamento económico, por forma a otimizar a gestão dos ativos da empresa e a criação de valor para o acionista.

A atividade descrita neste Relatório e Contas comprova que a EDM deu cumprimento de forma eficiente e relevante durante o ano de 2014 às orientações fixadas naquelas duas dimensões destacando-se:

- No que respeita à **dimensão ambiental** da atividade da EDM a empresa tem em curso, no âmbito da concessão, um volume de investimentos para 2015 na ordem dos 18,4 milhões de euros, de um total de 74.8 milhões associados a candidaturas contratualizadas e apresentadas, no âmbito do QCAIII/POVT. O programa de investimentos no valor global de 16,603 milhões de euros relativos à 4ª fase de candidaturas submetido ao POVT em dezembro de 2013, aguarda ainda a totalidade da garantia de financiamento da contrapartida nacional das despesas elegíveis e das despesas não elegíveis.

Ainda no domínio ambiental a EDM desenvolve outras atividades na área da segurança cujos investimentos em 2014 ascenderam a cerca de € 163.669,68 euros.

- Na vertente dos **recursos minerais** prosseguiram os trabalhos relativos às áreas de prospeção e pesquisa de Argozelo e Monte das Mesas contratualizadas em 2011 e 2012 com o Estado Português.

Prosseguiram os trabalhos e atividades tendo em vista a viabilização económica da área de prospeção e concessão experimental de ouro em Gralheira/Jales, no âmbito do consórcio com a sociedade Almada Mining, SA (participada pela Petaquilla Minerals, Ltd.), acompanharam-se as atividades desenvolvidas pela Almina, SA, no âmbito do consórcio para prosseguir o estudo de avaliação da viabilidade económica do jazigo do Gavião, renegociou-se o acordo de parceria com a Somincor e retomaram-se contactos visando a internacionalização da empresa nos países da CPLP. Sublinhe-se, também neste domínio, o desenvolvimento de ações no âmbito

P
h
RAT

da Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos, nomeadamente através de ações de promoção e divulgação do potencial nacional com o intuito de alavancar este setor, de grande importância quer a nível nacional quer comunitário, tendo em consideração o elevado potencial geológico-mineiro do país.

Refira-se também que a EDM tem vindo a dar cumprimento aos deveres especiais de informação ao acionista previstos nas orientações aplicáveis através do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção Geral de Finanças dos planos e orçamentos anuais, planos de investimento, relatórios trimestrais de execução e envio de cópias das atas das Assembleias Gerais.

Em 2014 não foi feita a atualização salarial anual dos trabalhadores da EDM em consequência das disposições para o setor empresarial do Estado constantes da Lei do Orçamento de Estado para 2014 tendo sido aplicadas as reduções remuneratórias nele estabelecidas. O Acórdão 413/2014 do Tribunal Constitucional declarou inconstitucional a redução remuneratória do OE 2014, pelo que foram suspensos os cortes salariais até à entrada em vigor da Lei nº 75/2014, de 12 de setembro. Esta lei, que vigora desde 13 de setembro de 2014, veio repor as reduções remuneratórias que vigoraram nos anos anteriores (2011, 2012 e 2013).

Não foram pagos quaisquer prémios de gestão em 2014 aos membros do Conselho de Administração.

Foram pagos os subsídios de férias e de Natal, este último em duodécimos.

L
N
RA

Gestão do Risco Financeiro

Atualmente a EDM dispõe duma estrutura de capitais sólida, com um grau de autonomia financeira de 76,4%.

Não existe passivo bancário pelo que se considera prejudicada a informação sobre a gestão do risco financeiro a que se refere o despacho 101/2009-SETF, de 30 de janeiro.

Anos	2010	2011	2012	2013	2014
Encargos Financeiros (€)	3.990,5	3.965,1	2.351,8	838,2	113,0
Taxa Média de Financiamento (%)	4%	4%	4%	4%	1%

a) juros suportados

Passivo Remunerado (€)	2013	2014	Var. absol.	Var. %
Financiamentos obtidos (Correntes e Não Correntes)	9.640	0	-9.640	-100,0%
...dos quais concedidos pela DGTF	0	0	-	-
Aumentos de Capital por dotação	0	0	-	-
Aumentos de Capital por conversão créditos	0	0	-	-
Endividamento Ajustado	0	0	-	-

R. J. J.
RAP

Gestão de Risco Financeiro – Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento			N.A.	
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			N.A.	
Diversificação de entidades credoras			N.A.	
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			N.A.	
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			N.A.	
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			N.A.	
Mínimização da prestação de garantias reais			N.A.	
Mínimização de cláusulas restritivas (covenants)			N.A.	
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa				
Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			N.A.	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP			N.A.	
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			N.A.	
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos			S	
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos			S	
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			N.A.	

Legenda:

FC – Fundos comunitários

CP – Capital próprio

S – Sim

N – Não

N.A. – Não Aplicável

Evolução do prazo médio de pagamentos e atrasos nos pagamentos

A EDM tem cumprido com as orientações existentes no sentido de encurtar o prazo de pagamento aos fornecedores. Não existem situações de mora ou de contencioso. O esforço de redução do prazo de pagamento é uma preocupação permanente da empresa, sendo certo que este esforço está também condicionado quer pela natureza dos trabalhos faturados e conseqüente conferência quer pela data de apresentação das faturas pelos fornecedores. Em 2013 e 2014 o prazo médio de pagamentos teve a evolução que se apresenta no quadro abaixo.

PMP	2013	2014	Var. absol.	Var. %
Prazo (dias)	17	25	8	147,1%



R. H.
R.A.

Dívidas Vencidas (€)	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	0	0	0	0	0
Aq. de Capital	0	0	0	0	0
Total	0	0	0	0	0

Não existem pagamentos em atraso.

Recomendações do acionista na aprovação das contas de 2013

Relativamente às recomendações e deliberações do acionista, emitidas aquando da aprovação das contas de 2013 no sentido de que se desenvolvessem os ajustamentos contabilísticos conducentes à emissão duma Certificação Legal de Contas sem reservas, há a referir o seguinte:

- foi feita uma avaliação dos imóveis da EDM para aferir do valor investido pela EDM naquela empresa participada que conduziu a um valor superior aos valores registados. Tendo presente esta avaliação, o Conselho de Administração considerou não haver lugar a registar imparidade mas também, por prudência, não haver lugar a valorização;
- o valor de Inventários corresponde ao valor do stock de urânio transferido em 2012, por decreto-lei do LNEG para a EDM, que teve como contrapartida uma prestação acessória de capital de igual valor tendo sido avaliado por ROC independente nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais. As cotações de U3O8 iniciaram um movimento ascendente durante 2014 antecipando as expectativas de mercado que apontavam para que esta subida se iniciasse para o final de 2015. A EDM recebeu uma proposta de aquisição pelo referido stock que o valoriza num montante superior ao valor contabilístico registado quando da sua entrada no balanço da empresa tendo por isso sido decidido não alterar a sua valorização com base no valor previsível de venda.



R Jv
EAP

Os dividendos, no valor de €215.198,10, foram pagos no mês de abril, conforme aprovado na sessão da Assembleia Geral realizada em 31 de março de 2014. As aplicações financeiras estão concentradas no IGCP.

Modelo de governo e identificação dos membros dos órgãos sociais

O governo da sociedade está a cargo do Conselho de Administração. Os órgãos sociais são os seguintes:

- Mesa da Assembleia Geral
- Conselho de Administração
- Fiscal Único

Os órgãos sociais para o triénio 2013-2015 foram eleitos através da Deliberação Social Unânime por Escrito tomada pelo Acionista em 19 de julho de 2013, tendo o Conselho sido completado por Deliberação Social Unânime por Escrito de 27 de março de 2014:

Mesa da Assembleia Geral

- Presidente – Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Moraes
- Secretária – Maria Manuela Marçal Batista Salvador

Conselho de Administração

- Presidente – Carlos Augusto Amaro Caxaria
- Vice-Presidente – Ricardo do Amaral e Belino Pinto
- Vogal – Jorge Manuel Ferreira de Carvalho

Fiscal Único

- ROC Efetivo – “RSM - Patrício, Moreira, Valente & Associados”, SROC, representada por Joaquim Patrício da Silva
- ROC Suplente – José Carlos Nogueira Faria Matos

R JV
ER

Atribuições do Conselho de Administração

A gestão da sociedade está atribuída ao Conselho de Administração, cujas funções estão definidas no artigo 13º do contrato de sociedade e no Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho é composto atualmente por 3 membros, com funções executivas:

Presidente

- Estratégia e Coordenação Gerais;
- Representação Institucional;
- EDMI;
- Comunicação;
- Cumprimento de Deliberações.

Vice-Presidente

- Gestão Administrativa, Financeira e Recursos Humanos;
- Gestão da Área Técnico-Ambiental e da Concessão de Minas Abandonadas;
- Gestão de “Joint-Ventures”;
- Substituição do Presidente;
- Relações Institucionais na Vertente Ambiental.

Vogal

- Gestão da Área de Valorização e Promoção de Recursos Minerais;
- Projetos de Investigação;
- Relações Institucionais na Vertente dos Recursos Minerais.

Fiscal Único

A fiscalização da sociedade está atribuída a um Fiscal Único que é Revisor Oficial de Contas.

Auditor

O auditor externo da Empresa é a BDO & Associados.



Remunerações dos membros dos órgãos sociais

Nos mapas que se seguem apresentam-se informações sobre remunerações dos membros dos órgãos sociais, relativamente ao mandato atual, bem como de outros dados relevantes.

Mesa da Assembleia Geral

Aos membros da Mesa da Assembleia-Geral estão atribuídas senhas de presença, nos seguintes valores:

- Presidente - € 500,00 e Secretária - € 350,00, de acordo com a Deliberação Social Unânime por Escrito de 19 de julho de 2013.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2014 (€)		
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1)- (2)
2013-2015	Presidente	Teresa Flor Morais	500	1.000	60	940
2013-2015	Secretária	Manuela Salvador	350	700	42	658

Senhas relativas a 2 sessões, 31 de março e 30 de junho, uma com os valores fixados na DUE com redução de 12% e outra sem reduções

Fiscal Único/ROC

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação		Nº de Mandatos exercidos na sociedade	
		Nome	Número	Forma (1)	Data		
2013-2015	Efetivo	RSMI Patricio da Silva	320	DUE	19.07.2013	12.360	2
2013-2015	Suplente	N. Faria Matos	1034	DUE	19.07.2013		n.a.

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: (1) Indicar AG/DUE/Despacho (D)

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

Conselho de Administração

Em 19 de julho de 2013 através da Deliberação Social Unânime por Escrito tomada pelo Acionista nessa data, a qual também nomeou o novo Conselho de Administração, o Acionista procedeu à fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do DL n.º 71/2007, de 27/03, alterado e republicado pelo DL n.º 8/2012, de 18/01, que aprovou o Estatuto do Gestor Público (EGP), da RCM n.º 16/2012, de 9/02, e da RCM n.º 36/2012, de 15/03, como se segue:

Presidente

Valor mensal líquido: € 4.578,20, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de € 1.831,28, pago 12 vezes por ano;

Vice-Presidente

Valor mensal líquido: € 4.120,38, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de € 1.648,15, pago 12 vezes por ano;

Vogal

Valor mensal líquido: € 3.662,56, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de € 1.465,02, pago 12 vezes por ano.

Estes valores são líquidos, sendo-lhes aplicáveis as reduções previstas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, no n.º 1 e na alínea o) do n.º 9 do artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, bem como outras reduções que vierem legalmente a ser determinadas. A Lei do Orçamento de Estado de 2014 estabeleceu reduções remuneratórias de 12% para remunerações mensais acima de €2.000,00. O Acórdão nº413/2014 do Tribunal Constitucional veio suspender as reduções estabelecidas no OE, tendo posteriormente com a publicação da Lei nº75/2014, de 12 de setembro sido repostas as reduções de 10% para valores mensais iguais ou superiores a €4.165,00.



R
jy
RAP

Assim evidencia-se nos quadros seguintes as remunerações mensais, em euros, dos membros do Conselho de Administração de acordo com a legislação em vigor em cada período.

- de 1 de janeiro de 2014 até 31 de maio de 2014

	Vencimento	Despesas representação	Total
Presidente	3.827,38	1.530,95	5.358,33
Vice-Presidente	3.444,64	1.377,85	4.822,49
Vogal	3.061,90	1.224,76	4.286,66

(*) Valores reduzidos de acordo com o disposto no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e na Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro

- de 1 de junho de 2014 a 12 de setembro de 2014

	Vencimento	Despesas representação	Total
Presidente	4.349,29	1.739,72	6.089,01
Vice-Presidente	3.914,36	1.565,74	5.480,10
Vogal	3.479,43	1.391,77	4.871,20

- a partir de 13 de setembro de 2014 e até 31 de dezembro de 2014

	Vencimento	Despesas representação	Total
Presidente	3.914,36	1.565,74	5.480,10
Vice-Presidente	3.522,92	1.409,17	4.932,09
Vogal	3.131,49	1.252,60	4.384,09

(*) Valores reduzidos de acordo com o disposto no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho e na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro

Não foram pagos quaisquer prémios de gestão em 2014 aos membros do Conselho de Administração.

R. J. J.
B. A.**Auditor Externo**

A auditoria externa é efetuada pela sociedade BDO & Associados, SROC.

	2014	2013
Remuneração Anual (€)	16.440,00	16.440,00

Os quadros seguintes apresentam a informação anterior conforme orientações da DGTF.

	2014	2013
...
...
...

Apêndice 1

Mesa da Assembleia Geral

Em 2014 foram pagos aos membros da Mesa os seguintes valores de senhas de presença:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2014 (€)		
				Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1)- (2)
2013-2015	Presidente	Teresa Flor Morais	500	1.000	60	940
2013-2015	Secretária	Manuela Salvador	350	700	42	658

Valores correspondentes a 2 sessões, uma em março com redução e outra em junho sem redução.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração do mandato em curso foram nomeados através de deliberações do Acionista como se segue:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO	
			Forma (1)	Data	[Identificação Entidade]	Pagadora(O/D)
2013-2015	Presidente	Carlos A Caxaria	DUE	19.07.2013	-	-
2013-2015	Vice- Presidente	Ricardo A Pinto	DUE	19.07.2013	-	-
2013-2015	Vogal	Jorge F Carvalho	DUE	27.03.2014	-	-

Legenda: (1) indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

Nota: OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino

Os valores das remunerações de acordo com o estatuto do Gestor Público são as seguintes:

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Valores mensais Bruto €	
	[S/N]	[A/B/C]	Remuneração Base	Despesas Representação
Carlos A Caxaria	S	C	4.578,20	1.831,28
Ricardo A Pinto	S	C	4.120,38	1.648,15
Jorge F Carvalho	S	C	3.662,56	1.465,02

Nota: EGP - Estatuto do Gestor público

Os valores de remuneração anual processados em 2014 e os outros benefícios sociais foram os seguintes:

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Variável	Fixa **	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1)-(2)
Carlos A Caxaria	n.a.	86.070,16	86.070	10.584	75.486
Ricardo A Pinto	n.a.	77.463,12	77.463	9.525	67.938
Jorge F Carvalho	n.a.	54.157,02	54.157	6.600	47.557

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a nos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração + despesas de representação (sem reduções)

Membro do CA	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde	Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Valor			Identificar	Valor
Carlos A Caxaria	15	2.895	CGA/SS	19.389	1.184	a)	Acidentes pessoais	273
Ricardo A Pinto	15	3.345	SS	16.703	2.368	a)	Acidentes pessoais	273
Jorge F Carvalho	15	2.505	CGA	12.337	1.184	a)	Acidentes pessoais	273

a) A aguardar decisão da seguradora

Como referido anteriormente os membros do Conselho de Administração da EDM exercem também, em acumulação, as funções de membros do conselho de administração da EDMI sem qualquer remuneração.

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
	[identificar]	[identificar]	[Público / Privado]
Carlos A Caxaria	EDMI	Presidente CA	Público/Participada sem remuneração
Ricardo A Pinto	EDMI	Vogal CA	Público/Participada sem remuneração
Jorge F Carvalho	EDMI	Vogal CA	Público/Participada sem remuneração

Membro do CA	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Carlos A Caxaria		1.255	
Ricardo A Pinto		890	
Jorge F Carvalho		353	

Membro do CA	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[identificar]			[€]	[€]	[€]
Carlos A Caxaria		N	46.815	ALD/contrato terminado	2007	2011		0	0
Ricardo A Pinto		N	35.023	ALD/contrato terminado	2010	2014	978,5	1.958	0
Jorge F Carvalho		N	28.923	ALD/contrato terminado	2010	2014	863,49	7.771	0

Legenda: (1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

As viaturas indicadas são as que são predominantemente usadas no quadro do parque de viaturas da empresa e são usadas nas deslocações às várias zonas onde a EDM tem intervenções, projetos e património.

Membro do CA	Plafond Mensal definido para combustível	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Carlos A Caxaria		3.708	656.0	2.188	1.356	
Ricardo A Pinto		1.929	616.0	3.336	685	
Jorge F Carvalho		2.131	459.8	1.067	893	

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (Σ)
	Deslocações em Serviço (a)	Custo com Alojamento (a)	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Carlos A Caxaria	1.170		3.730			4.900
Ricardo A Pinto			969			969
Jorge F Carvalho			750			750

a) Custos com deslocações no âmbito da Promoção do Potencial Geológico Nacional e Cooperação com o Exterior são enquadrados ao abrigo do Protocolo de Cooperação com a DGEG.

Órgão de Fiscalização/ Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação			Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Forma (1)	Data	Contratada	
2013-2015	Efetivo	RSM -Patricio da Silva	320	DUE	19.07.2013	12.360	2
2013-2015	Suplente	N. Faria Matos	1034	DUE	19.07.2013		n.a.

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)

Legenda: (1) indicar AG/DUE/Despacho (D)

Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)			Data da Contratação		Remuneração Anual (€)		
Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Data	Período	Valor da Prestação de Serviços Contratada	Reduções Remuneratórias	Valor após Reduções
BDO	29	1122	2002		16.440		16.440



Restantes trabalhadores

Aos trabalhadores foram aplicadas as reduções remuneratórias estabelecidas no artigo 19º da Lei nº 83- C/2013, e as estabelecidas na Lei nº 75/2014, de 12 de setembro. Durante Junho, Julho, Agosto e até 12 de setembro, na sequência do Acórdão nº 413/2014 do Tribunal Constitucional, que considerou a redução remuneratória do OE 2014 inconstitucional, foram processadas as remunerações sem cortes.

Foram pagos os subsídios de férias e de Natal, este último em duodécimos.

Aplicação do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público

Relativamente ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, regista-se que os gestores não dispuseram de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa. Também não se registou qualquer reembolso de despesas englobadas no conceito de despesas de representação pessoal.

Orientações relativas a normas de contratação pública

Relativamente à contratação pública a empresa segue o disposto na legislação aplicável e nas orientações do acionista transmitidas através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. A empresa participada EDMI segue as mesmas orientações.

No âmbito dos projetos de recuperação ambiental a empresa seguiu os procedimentos relativos à legislação sobre contratação pública, os quais a partir de 29 de julho de 2008 seguem o disposto no novo Código dos Contratos Públicos.

Nas outras aquisições os procedimentos adotados seguem as orientações relativas à legislação sobre contratação pública e variam conforme a relevância das aquisições, sendo usadas quer a adjudicação precedida de consulta prévia, quer o ajuste direto.

No que se refere aos concursos públicos, os mesmos são objeto de adequada divulgação conforme estipula a legislação aplicável. A EDM aderiu à plataforma eletrónica de contratação pública SaphetyGov.

R
M
RAP

Não se celebraram atos ou outros contratos com valor superior a 5 milhões de euros.

Racionalização das políticas de aprovisionamento

A EDM tem vindo a implementar medidas de racionalização no aprovisionamento de bens e serviços, encontrando-se em análise a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas. A EDM não adquiriu nenhum veículo durante o ano de 2014, tendo vendido uma viatura.

Plano de redução de custos para 2014

Cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais

A EDM tem, nos últimos anos, vindo a reduzir os gastos operacionais. Relativamente a 2014 a previsão de gastos em Fornecimentos e serviços externos era de € 646 320 e o valor real foi de € 561.479,78 refletindo não só uma quebra na atividade da concessão mas também uma maior eficiência e racionalização na sua atividade, enquanto que na rubrica de gastos de pessoal foi previsto o montante de € 1.260.792 e o valor real registado foi de €1.125.830,81 pese embora esta redução seja derivada maioritariamente das diversas alterações no valor das remunerações que se registaram durante o ano de 2014 e dos movimentos de pessoal ocorridos.

- **Medidas no âmbito da redução dos gastos com comunicações**

A empresa tem nos últimos anos procurado otimizar os gastos em comunicações considerados operacionais dada a dispersão de locais onde tem operações e desenvolve projetos. Refira-se que, os gastos com transmissões de dados relativos a monitorizações de índole ambiental estão incluídos nas verbas indicadas. Nesta matéria foi racionalizado o sistema de comunicações que nesta fase se considera estabilizado.

- **Medidas no âmbito da redução das ajudas de custo e deslocações**



As ajudas de custo são uma componente dos gastos com pessoal daí que no mapa que se segue, o valor de gastos com pessoal está deduzido do valor das ajudas de custo para que não haja duplicação. A empresa tem vindo a racionalizar os gastos em deslocações otimizando a utilização das viaturas e a imputação a projetos.

PRC	Meta	2014 Exec.	2013 Exec.	2012 Exec.	2011 Exec.	2010 Exec.	Δ	Var.	Δ	Var.
							Absol.	%	Absol.	%
							2014/2013	2014/2010		
CMVMC										
FSE		561	624	520	581	788	-63	-10,1%	-227	-28,8%
Deslocações/Estadas	em linha com 2013	10	12	17	19	30	-2	-16,7%	-20	-66,7%
Ajudas de custo	em linha com 2013	8	5	4	4	3	3	60,0%	5	166,7%
comunicações	em linha com 2013	38	36	37	46	54	2	5,6%	-16	-29,6%
Gastos com o pessoal		1.126	1.139	1.003	1.126	1.383	-13	-1,1%	-257	-18,6%
Total		1.687	1.763	1.523	1.707	2.171	-76	-4,3%	-484	-22,3%
Volume de negócios		1.897	1.953	1.864	2.019	2.282	-56	-2,9%	-385	-16,9%
Peso dos Gastos/VN		0,89	0,90	0,82	0,85	0,95				
Número RH (exc. ROC)	-3% face 2012	22	21	22	23	n.a	1	4,8%	n.a	n.a
N.º Efetivos		19	19	19	20	n.a	0	0,0%	n.a	n.a
N.º Cargos de Direção		3	2	3	3	n.a	1	50,0%	n.a	n.a
N.º Efetivos/Cargos Direção		6,3	9,5	6,3	6,7					
Viaturas										
N.º de viaturas		7	8	n.a	n.a	n.a	-1	-12,5%	n.a	n.a
Gastos com as viaturas		35	39	n.a	n.a	n.a	-4	-10,3%	n.a	n.a

Nota: Volume de negócios- Vendas e prestação serviços +Trabalhos Própria Entidade+ Rendimento da remuneração de capital afeto à concessão

- **Da redução do número de efetivos e de cargos dirigentes**

A EDM tem uma dimensão pequena e apenas uma direção para fazer face aos compromissos no âmbito da concessão de recuperação ambiental atribuída pelo Estado Português. O Conselho de Administração foi nomeado

h
h
BAP

em 19 de julho de 2013 com 2 membros, tendo sido nomeado o terceiro em 27 de março de 2014. Nos valores de gastos com pessoal também estão considerados os valores do Fiscal Único.

Importa referir que entre 2010 e o final de 2014 registaram-se 15 saídas e 12 entradas, incluindo os movimentos ao nível de Conselho de Administração. Excluindo o CA, no mesmo período saíram da empresa 1 administrativo e 8 técnicos superiores e só foram admitidos 5 técnicos superiores, e daí a existência de uma grande lacuna ao nível de técnicos superiores para responder às necessidades dos projetos em curso e dos que se preveem até 2020, o que poderá comprometer a concretização do programa de reabilitação ambiental de minas abandonadas e a capacidade de utilizarmos as verbas comunitárias postas à disposição da EDM para esse efeito.

Princípio da unidade de tesouraria

Na sequência da publicação da Lei nº 55/2010 (Lei do Orçamento para 2011) e tendo presente o disposto no nº 5 do artigo 77, a EDM desencadeou junto do IGCP, no final de 2010, contactos sobre os procedimentos a adotar para cumprimento da referida disposição no quadro da aplicação do Princípio da Unidade de Tesouraria. A EDM tem as suas aplicações financeiras no IGCP, onde concentrou as suas disponibilidades (99,5%).

Recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias do Tribunal de Contas

Não há recomendações específicas de auditorias do Tribunal de Contas, entidade a quem a EDM envia, nos termos legais aplicáveis, os contratos para visto prévio.



P. Joz
RAP

Explicitação da divulgação da informação prevista na RCM nº 49/2007

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	2014	
Caracterização da Empresa	S	2014	
Função de tutela e acionista	S	2014	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
- Identificação dos órgãos Sociais	S	2014	
- Estatuto Remuneratório Fixado	S	2014	
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais		2014	
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	2014	
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	2014	
Esforço Financeiro Público	S	2014	
Ficha Síntese	S	2014	
Informação Financeira histórica e atual	S	2014	
Princípios de Bom governo			
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	2014	
- Transações relevantes com entidades relacionadas	S	2014	
- Outras transações	S	2014	
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	S	2014	
Económico	S	2014	
Social	S	2014	
Ambiental	S	2014	
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	2014	

Deveres especiais de informação

A EDM tem vindo a dar cumprimento aos deveres especiais de informação ao acionista previstos nas orientações aplicáveis e no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, através do reporte à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e Inspeção Geral de Finanças dos planos e orçamentos anuais, planos de investimento, relatórios trimestrais de execução e envio de cópias das atas das Assembleias Gerais.

Durante 2014 e face à aprovação genérica mas com limitações do Plano de Atividades para 2014 foram solicitadas ao Acionista as autorizações específicas conforme deliberado na sessão da Assembleia Geral de 30 de junho de 2014.

A Empresa reporta informação, nos prazos estabelecidos, através do portal SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira), no qual têm vindo a ser carregados os dados solicitados, nomeadamente, relatórios, contas trimestrais e anuais, planos e orçamentos, Fluxos de caixa, informação sobre esforço financeiro público, prazo médio de pagamentos e outros indicadores.

A empresa apresenta ainda no seu sítio da internet a informação referida anteriormente.

Cumprimentos das obrigações legais – Quadro síntese (Apêndice 2)

Conforme orientações da DGTF sobre a prestação de contas de 2014, apresenta-se de seguida, o quadro síntese:



Apêndice 2 - EPNF

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento	Quantificação/Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/N.A		
Objetivos de Gestão / Planos de Atividade e Orçamento			
Objetivo 1 e 2	N.A.		Não estão definidos
Gestão do Risco Financeiro	S	1%	
Limites de Crescimento do Endividamento	S	-100%	
Evolução do PMP a fornecedores	S	De 17 dias em 2013 para 25 dias em 2014	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	S	0	Não existem atrasos
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			
Recomendação 1- Ajustes contabilísticos tendentes a emissão de CLC sem reservas	S		Avaliação imóveis da EDMI e valorização urânio
Recomendação 2- Cumprimento da Unidade de Tesouraria	N	0.5%	a)
Remunerações			
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 41.º da Lei 83-C/2013	S	0	
Órgãos sociais - reduções remuneratórias vigentes em 2014	S	€ 26.709,57	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 73º da Lei 83-C/2013		na	
Restantes trabalhadores - reduções remuneratórias vigentes em 2014	S	€ 69.000	
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 39º da Lei 83-C/2013	S	0	
Artigo 32º do EGP			
Utilização de cartões de crédito	S	na	Não existem cartões de crédito
Reembolso de despesas de representação pessoal	S	n.a.	Não existem despesas de representação pessoal
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	A EDM aplica o Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável	
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S	A EDMI aplica o Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável	
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	2 contratos /€1.803.959,81 e € 3.342.357,14	
Auditorias do Tribunal de Contas			
Recomendação 1	N.A.		
Parque Automóvel			
N.º de Viaturas	S	-1	Venda de viatura
Gastos com Viaturas	S	7	
	S	35410	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 61.º da Lei nº 83-C/2013)	S	Quadro Anexo 1	Redução de 4,3% relativamente a 2013, diminuição atividade.b)
Redução de Trabalhadores (artigo 60.º da Lei n.º 83-C/2013)			
Nº de trabalhadores	S	0	Manutenção nº trabalhadores
Nº de cargos dirigentes	N.A.	1	Preenchimento vaga no CA
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 123.º da Lei 83-C/2013)			
Disponibilidades Centralizadas no IGCP	S	99,50%	a)
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	0	Não houve juros de disponibilidades

- a) Saldo remanescente de disponibilidades CGD de movimentos operacionais de passagem/contas projetos no sistema POVT
b) Deslocações + ajudas de custo + comunicações com ligeiro acréscimo relativo a 2013 resultante de atividade de promoção de recursos geológicos na angariação de novas receitas operacionais e custos com transmissão de dados do Plano Nacional de Monitorização no âmbito da Concessão Ambiental





Grelha de validação - Boas práticas de Governo Societário

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
I	Missão, Objetivos e Políticas	X		X		3	
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	X		X		3	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		3	
3.	Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar.	X		X		8	
4.	Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.	X		X		8	
II	Estrutura de Capital					10	
1.	Estrutura de capital	X		X		10	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	X		X		11	
3.	Acordos parassociais.	X		X		11	
III	Participações Sociais e Obrigações detidas					12	
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	X		X		12	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	X		X		12	
3.	A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.	X		X		12	
4.	Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		13	

R. Joy
RAP

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
5.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	X		X		13	
6.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses.	X		X		13	
IV	Orgãos Sociais e Comissões					14	
A.	Mesa da Assembleia Geral					14	
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		14	
2.	Identificação das deliberações acionistas.	X		X		15	
B.	Administração e Supervisão					15	
1.	Modelo de governo adotado	X		X		15	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		16	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	X		X		17	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	X		X		17	
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		18	
6.	Declaração de cada membro do CA ao órgão de administração, bem como à IGF de quaisquer participações que detenham na empresa	X		X		23	
7.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.	X		X		24	
8.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		24	
9.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	X		X		25	
C.	Fiscalização					27	
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição,	X		X		27	



jr
BAP

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
	indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes.						
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	X		X		28	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		28	
4.	Funcionamento da fiscalização.	X		X		29	
	D. Revisor Oficial de Contas					30	
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		30	
2.	Indicação das limitações, legais.	X		X		30	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	X		X		30	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	X		X		31	
	E. Auditor Externo					31	
1.	Identificação.	X		X		31	
2.	Política e periodicidade da rotação.	X		X		32	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.	X		X		32	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.	X		X		32	
	V. Organização Interna					33	
	A. Estatutos e Comunicações					33	
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X		X		33	
2.	Comunicação de irregularidades.	X		X		33	
3.	Indicação das políticas antifraude.	X		X		34	
	B. Controlo interno e gestão de riscos					35	
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X		X		35	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	X		X		35	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	X		X		36	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	X		X		37	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	X		X		37	
6.	Identificação principais tipos de riscos.	X		X		37	

R JGJ
BAP

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	X		X		38	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	X		X		39	
C.	Regulamentos e Códigos					39	
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X		X		39	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	X		X		40	
D	Deveres especiais de informação	X		X			
E	Sítio de Internet					42	
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		42	
F	Prestação de serviço público	X		X		43	
VI	Remunerações					44	
A.	Competência para a Determinação					44	
	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	X		X		44	
B.	Comissão de Fixação de Remunerações					45	
	Composição.						
C.	Estrutura das Remunerações					45	
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		45	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	X		X		48	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	X		X		48	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.					48	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.					48	
6.	Regimes complementares de pensões.	X		X		48	
D.	Divulgação das Remunerações					49	
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		49	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	X		X		50	
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	X		X		50	
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	X		X		50	
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da	X		X		50	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
	sociedade.						
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		50	
VII	Transações com partes Relacionadas e Outras					51	
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas.	X		X		51	
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		51	
VII I	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental					52	
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		52	
2.	Políticas prosseguidas.					54	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial: a) Responsabilidade social b) Responsabilidade ambiental c) Igualdade oportunidades d) Igualdade género e) Recursos humanos f) Responsabilidade económica.	X		X	X	55	
IX	Avaliação do Governo Societário					59	
1.	Cumprimento das Recomendações	X		X		59	
2.	Outras informações	X		X		61	

L J
RAF

VII. PERSPETIVAS FUTURAS

A atividade a prosseguir pela EDM e tal como consta do Plano de Atividades para 2014 oportunamente apresentado ao Acionista, traduz-se no prosseguimento, a par da atual da vertente de **recuperação ambiental** das antigas minas, no prosseguimento da nova área estratégica da EDM centrada na vertente dos **Recursos Minerais** reativada em 2010 de forma mais consolidada, com o objetivo de colocar a EDM a participar de forma efetiva e consistente em projetos de prospeção e pesquisa e de exploração.

Neste contexto a estratégia a desenvolver visa a consecução dos seguintes objetivos:

- Continuar a intervenção que vem sendo realizada na vertente técnico-ambiental, por forma a finalizar a recuperação ambiental das áreas mineiras abandonadas identificadas ao abrigo do contrato de concessão com o Estado Português no horizonte 2014-2020, desenvolvendo os esforços necessários no sentido de continuar a garantir a sustentabilidade desta atividade, condicionada aos meios postos à disposição da EDM para esse efeito pela tutela;
- Continuar as ações de valorização do conhecimento e potencial do território nacional ao nível de recursos minerais no sentido de promover esse potencial, dinamizar o setor e atrair investimento;
- Continuar as ações que visem a internacionalização dos serviços técnicos da EDM quer ao nível da atividade Técnico-Ambiental, quer ao nível da vertente dos recursos minerais rentabilizando o expertise adquirido através da venda de serviços;
- Garantir a adoção das melhores práticas de gestão, segundo os princípios de bom governo das empresas públicas;

As linhas de desenvolvimento a adotar que materializam a estratégia referida, inserem-se no âmbito da missão da empresa que, recorde-se, contempla duas dimensões: uma associada à recuperação ambiental das antigas áreas mineiras degradadas e abandonadas incluindo a monitorização e controle dos efluentes,

L J
RAR

em especial das antigas minas de urânio, de modo a cumprir as normas internacionais que regulam o setor; e outra orientada para a maximização do conhecimento dos recursos minerais do País, e para a sua valorização e aproveitamento económico, por forma a otimizar a gestão dos ativos da empresa e criar valor para o acionista.

O reforço da linha de desenvolvimento na área dos recursos minerais enquadra-se nas orientações recentes sobre o setor dos Recursos Geológicos que constam da RCM nº 78/2012 de 11 de setembro, que aprova uma “Estratégia Nacional dos Recursos Geológicos” (ENRG-RM), com o horizonte de 2020, com especial enfoque na área dos minérios metálicos, por ser o segmento com maior valor acrescentado, a qual constitui o referencial para todas as intervenções públicas que incidem sobre os recursos geológicos.

No quadro dos objetivos e contexto atrás referidos e agrupadas pelas 3 principais áreas de atuação da empresa, são as seguintes as linhas de desenvolvimento da atividade da EDM, no horizonte 2013-2016:

– No domínio técnico-ambiental:

- Prosseguir, no quadro do contrato de concessão, as ações de recuperação ambiental das áreas mineiras abandonadas, maximizando o número e montante de candidaturas aos fundos comunitários face aos recursos nacionais afetos;
- Desenvolver as atuações ao nível da segurança em antigas zonas mineiras de acordo com o plano estabelecido pela DGEG, enquanto entidade com competência na matéria;
- Identificar novos projetos e respetiva caracterização, designadamente em resposta a situações que venham a ser inventariadas;
- Acompanhar iniciativas de parcerias a nível nacional e externo;
- Promover a valorização e sustentabilidade económica das áreas recuperadas, por via do envolvimento de entidades e associações locais;



r jr
RA

- Desenvolver estudos e prestar serviços nos domínios das geociências, ciências da engenharia e ambiente, bem como cooperar com outras entidades, no país ou no exterior, numa ótica de exportação de serviços;
 - Internacionalização do conhecimento e experiência desenvolvida pela EDM ao longo dos últimos anos na área técnico-ambiental.
- No domínio dos Recursos Minerais:
- Promover o reforço da intervenção no aumento do conhecimento do potencial geológico nacional, na fase de prospeção e pesquisa de recursos minerais preferencialmente através da participação em consórcios com empresas nacionais e internacionais;
 - Desenvolver iniciativas na fase de valorização e aproveitamento económico dos recursos minerais, preferencialmente através de consórcios, apostando na avaliação de projetos com potencial identificado e na participação em investimentos com sustentabilidade demonstrada;
 - Promover a celebração de convénios, designadamente com universidades, orientados para a realização de projetos de I&D sobre novas técnicas de tratamento de minérios e de prospeção mineral;
 - Acompanhar, no âmbito dos mecanismos de financiamento e de capitalização que venham a estar disponíveis, iniciativas estruturantes orientadas para as fases mais exigentes dos projetos de prospeção e pesquisa, em particular na Faixa Piritosa e para a internacionalização;
 - Promoção de programas de formação especializada para a Indústria Extrativa;
 - Participar em ações de divulgação e promoção do património geológico-mineiro nacional;
 - Dinamizar iniciativas empresariais no exterior, com prioridade para projetos de prospeção e pesquisa e de valorização económica nos países da CPLP.
 - Promoção do Aproveitamento Integral dos Recursos e Reciclagem;

ir
RAP

À EDM que desenvolve a sua atividade no setor mineiro, cabe um papel fundamental na persecução dos objetivos definidos através de uma atuação transversal em todos os eixos de atuação que constam da referida ENRG-RM e cujas orientações gerais, relevantes para o caso específico da EDM, se sublinham os seguintes eixos:

Eixo B – Desenvolvimento do conhecimento e valorização do potencial nacional:

Eixo C – Divulgação e promoção do potencial nacional:

Eixo D – Sustentabilidade económica, social, ambiental e territorial:

– No domínio da estrutura e da organização da empresa:

- Melhorar a organização reforçando as competências técnicas e as "melhores práticas" de gestão;
- Identificar, desenvolver e implementar metodologias que permitam a otimização e simplificação do processo de gestão de projetos;
- Otimizar a gestão dos ativos;
- Desenvolver uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, tendo em atenção as dimensões económica, ambiental, social e ética.

O volume de investimentos previsto efetuar pela EDM no ano de 2015 ascende a 21.711.500 euros, repartido pelas diversas áreas conforme se segue:

- Técnico-ambiental – 19.280.000 euros
- Recursos minerais – 2.431.500 euros

As fontes de financiamento previstas para a execução deste plano de investimentos de 2015 e respetivas contribuições são as seguintes:

- Fundos comunitários – 12.086.000 euros
- Fundos nacionais Despacho SEAll nº88/2008 e outros – 6.515.000 euros
- Protocolo com a DGGE – 2.395.500 euros
- Meios Próprios – 715.000 euros

p JM
RAP

Registe-se o facto de alguns projetos na vertente dos Recursos Minerais estarem associados a consórcios que envolvem participações dos parceiros envolvidos no valor estimado de €11.471.834 e nessa medida, o investimento induzido pela atividade global será elevado a €33.183.334. Os investimentos estão equacionados numa perspetiva da sua minimização, imprescindibilidade e otimização do financiamento comunitário, refletindo uma estratégia de sustentabilidade quer no domínio ambiental e social (Recuperação Ambiental das Áreas Mineiras Degradadas) quer no domínio económico (Valorização dos Recursos Geológicos).

Neste enquadramento prevê-se que a EDM mantenha o seu posicionamento no domínio técnico-ambiental e reforce a atuação na área dos recursos minerais, assumindo-se como um centro de competências capaz de aplicar as melhores práticas de remediação ambiental nas áreas mineiras e de mobilizar os agentes internos para uma atuação mais ativa no conhecimento, aproveitamento e valorização dos recursos minerais nacionais.



l jr
RAP

VIII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Atendendo ao previsto na Lei e nos Estatutos e considerando o elevado esforço financeiro necessário para fazer face ao Programa de Investimentos de Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Degradadas, em especial das antigas minas de urânio da ex-ENU – Empresa Nacional de Urânio, SA, e tendo subjacente orientações do Governo no sentido da EDM proceder à afetação a esta atividade, por conta do Estado, de parte dos seus meios financeiros, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido positivo do exercício, no montante de € 539.035,56 (quinhentos e trinta e nove mil trinta e cinco euros e cinquenta e seis cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- €269.517,78 (duzentos e sessenta e nove mil euros quinhentos e dezassete euros e setenta e oito cêntimos) para dividendos;
- €269.517,78 (duzentos e sessenta e nove mil euros quinhentos e dezassete euros e setenta e oito cêntimos) seja transferido para a “Reserva Especial de Investimento de Recuperação Ambiental”.



IX. AGRADECIMENTOS

Da permanente disponibilidade do Acionista único e do seu contributo, bem como de outros Órgãos da Administração Pública, em particular a DGEG, para a resolução de problemas específicos que se colocaram durante o ano de 2014, cabe deixar aqui expresso o devido testemunho. Deseja-se ainda registar e agradecer o apoio e cooperação do Revisor Oficial de Contas e dos auditores externos.

Por último, deseja o Conselho de Administração manifestar o seu agradecimento aos quadros e demais colaboradores da EDM, pela dedicação com que desempenharam as suas funções.

Lisboa, 11 de Março de 2015

O Conselho de Administração



Carlos Augusto Amaro Caxaria, Presidente



Ricardo do Amaral e Belino Pinto, Vice-Presidente



Jorge Manuel Ferreira de Carvalho, Vogal

Handwritten signatures and initials in blue ink.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014

- **Balanço**
- **Demonstração dos Resultados por Naturezas**
- **Demonstração de Resultados por Funções**
- **Demonstração de Fluxos de Caixa**
- **Demonstração das Alterações ao Capital Próprio**
- **Anexo às Demonstrações Financeiras**

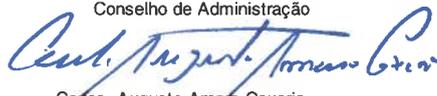
BALANÇO			
Euros			
RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2014	2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	804.228,84	852.648,29
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis	7	4.505.859,64	3.568.229,76
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	903.652,66	931.077,83
Participações financeiras - outros métodos	8	655.277,34	654.157,46
Acionistas/sócios	9	5.715.808,71	5.870.919,07
Outros ativos financeiros	10	3.424.553,23	3.466.073,40
Ativos por impostos diferidos	11	320.384,28	359.457,60
		16.329.764,70	15.702.563,41
Ativo corrente			
Inventários	12	13.731.185,00	13.731.185,00
Clientes	13	34.183,55	873,75
Adiantamento a fornecedores		2.199,01	817,95
Estado e outros entes públicos	14		7.338,26
Acionistas/sócios			
Outras contas a receber	15	2.288.453,82	1.862.949,29
Diferimentos	16	54.768,20	80.107,62
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	17	38.351.780,93	41.111.971,85
		54.462.570,51	56.795.243,72
Total do ativo		70.792.335,21	72.497.807,13
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	18	30.000.000,00	30.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	19	13.731.185,00	13.731.185,00
Reservas legais	20	6.000.000,00	6.000.000,00
Outras reservas	21	2.527.622,85	2.312.424,76
Resultados transitados	22	1.642.731,47	-117.151,34
Ajustamentos em activos financeiros	23	-499.512,95	-499.512,95
Excedente de revalorização	24	161.407,55	1.843.212,34
Outras variações no capital próprio			
		53.563.433,92	53.270.157,81
Resultado líquido do período		539.035,56	547.547,53
		54.102.469,48	53.817.705,34
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		54.102.469,48	53.817.705,34
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	25	1.804.549,92	1.964.032,87
Financiamentos obtidos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	27	120.499,69	120.499,69
		1.925.049,61	2.084.532,56
Passivo corrente			
Fornecedores	28	344.852,63	452.654,62
Adiantamento de clientes		3.198,00	3.505,50
Estado e outros entes públicos	14	255.421,41	59.789,40
Acionistas/sócios			
Financiamentos obtidos			9.639,81
Outras contas a pagar	27	14.160.711,86	16.069.353,87
Diferimentos	16	632,22	626,03
		14.764.816,12	16.595.569,23
Total do passivo		16.689.865,73	18.680.101,79
Total do capital próprio e do passivo		70.792.335,21	72.497.807,13

Técnico Oficial de Contas

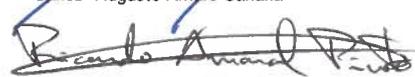


António Serrano

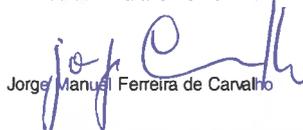
Conselho de Administração



Carlos Augusto Amaro Caxaria



Ricardo do Amaral e Belino Pinto



Jorge Manuel Ferreira de Carvalho

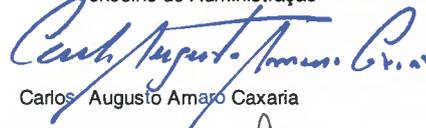
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA			
Euros			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	29	0,00	0,00
Subsídios a exploração			
Trabalhos para a própria entidade	30	817.732,76	873.900,91
Fornecimento e serviços externos	31	-561.479,78	-624.232,68
Gastos com o pessoal	32	-1.125.830,81	-1.139.837,12
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumento/reversões)	34	0,00	-80.000,00
Imparidade de invest.não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	35	1.287.292,75	1.329.433,68
Outros gastos e perdas	36	-47.587,08	-156.936,12
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		370.127,84	202.328,67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	37	-50.141,11	-96.369,98
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		319.986,73	105.958,69
Juros e rendimentos similares obtidos	38	370.885,27	615.149,00
Juros e gastos similares suportados	39	-113,00	-2.723,16
Resultado antes de impostos		690.759,00	718.384,53
Imposto sobre o rendimento do período	40	-151.723,44	-170.837,00
Resultado líquido do período		539.035,56	547.547,53
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		539.035,56	547.547,53
Interesses minoritários			
		539.035,56	547.547,53
Resultado por acção básico		0,0898	0,0913

Técnico Oficial de Contas

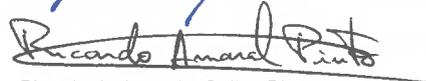


António Serrano

Conselho de Administração



Carlos Augusto Amaro Caxaria



Ricardo do Amaral e Belino Pinto



Jorge Manuel Ferreira de Carvalho

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES			
			Euros
RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2014	2013
Vendas e serviços prestados	29	0,00	0,00
Custo das vendas e dos serviços prestados		0,00	0,00
Resultado bruto		0,00	0,00
Outros rendimentos	30 e 35	2.105.025,51	2.203.334,59
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos		-1.737.451,70	-1.940.439,78
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos e perdas	36	-47.587,08	-156.936,12
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		319.986,73	105.958,69
Gastos de financiamento (liquidos)		370.772,27	612.425,84
Resultado antes de impostos		690.759,00	718.384,53
Imposto sobre o rendimento do período	40	-151.723,44	-170.837,00
Resultado líquido do período		539.035,56	547.547,53
Resultado das actividades descontinuadas (liquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		539.035,56	547.547,53
Interesses minoritários		539.035,56	547.547,53

Técnico Oficial de Contas



António Serrano

Conselho de Administração



Carlos Augusto Amaro Caxaria



Ricardo do Amaral e Belino Pinto



Jorge Manuel Ferreira de Carvalho

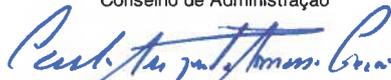
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA				
			Euros	
RUBRICAS	Notas	Períodos		
		2014	2013	
Fluxos de Caixa das actividades operacionais - método directo				
Recebimentos de clientes		29.483,30	172.667,02	
Pagamentos a fornecedores		-532.418,76	-650.683,22	
Pagamentos ao pessoal		-1.082.080,51	-1.146.032,90	
Caixa gerada pelas operações		-1.585.015,97	-1.624.049,10	
Pagamento/recebimento do imposto s/rendimento		-49.632,57	-27.082,75	
Outros recebimentos/pagamentos		-370.433,02	-397.924,12	
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-2.005.081,56	-2.049.055,97	
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis		-9.622,72	-48.430,41	
Activos intangíveis		-6.004.177,66	-6.121.706,78	
Investimentos financeiros		0,00	0,00	
Outros activos		0,00	-48.627,05	
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis			42.409,85	
Activos intangíveis		5.018.728,66	7.511.034,33	
Outros activos		102.719,33	0,00	
Subsídios ao investimento				
Juros e rendimentos similares		362.193,87	701.395,04	
Dividendos				
Fluxos de caixa das actividades de investimento(2)		-530.158,52	2.036.074,98	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos				
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio				
Cobertura de prejuizos				
Doações				
Outras operações de financiamento				
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos				
Juros e gastos similares		-112,93	-1.884,99	
Dividendos	5	-215.198,10	-450.402,44	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio				
Outras operações de financiamento		-9.639,81	-29.773,47	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento(3)		-224.950,84	-482.060,90	
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-2.760.190,92	-495.041,89	
Efeitos das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período		41.111.971,85	41.607.013,74	
Caixa e seus equivalentes no fim do período		38.351.780,93	41.111.971,85	

Técnico Oficial de Contas

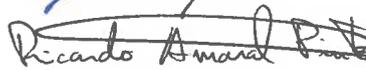


António Serrano

Conselho de Administração



Carlos Augusto Amaro Caxaria



Ricardo do Amaral e Belino Pinto



Jorge Manuel Ferreira de Carvalho

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2014

1. IDENTIFICAÇÃO

A EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA, NIPC 501692983, foi constituída em 18 de junho de 1986. A sociedade tem a sua sede na Rua Sampaio Pina, nº 1-3º andar direito, em Lisboa.

A sociedade tem por objeto a realização de estudos e a prestação de serviços nos domínios das geociências, ciências de engenharia e do ambiente natural, em particular no referente à recuperação ambiental de áreas degradadas pela exploração de recursos minerais; o exercício, por si ou em associação, de atividades de prospeção, pesquisa e exploração de recursos minerais; a gestão de patrimónios imobiliários e das participações sociais cuja titularidade lhe pertença ou cujos poderes de gestão lhe hajam sido confiados; bem como a realização de outras atividades industriais, comerciais e de serviços, quer diretamente quer em associação com terceiros, conexas com as atividades anteriores.

O capital social atualmente no montante de 30.000.000,00 euros é detido na sua totalidade pelo Estado Português através da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO

2.1 As demonstrações financeiras da EDM foram preparadas em conformidade com o Sistema Normalização Contabilística aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho.

2.2 No âmbito do objeto e dos projetos desenvolvidos pela EDM – e uma vez que a EDM atua por conta do Estado Português na recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas, serviço este considerado de utilidade pública, com a atribuição da concessão deste serviço pelo concedente (Estado Português) à EDM pelo Decreto-Lei nº 198-A/2011, de 6 de Julho – encontramos na presença de uma operação a efetuar pela EDM por conta do Estado. Tendo em vista a necessidade das demonstrações financeiras apresentarem uma imagem verdadeira e apropriada e dada a forma que veio a ser determinado pelo Estado o financiamento dos investimentos na recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas efetuados



pela EDM no âmbito da Concessão, i.e. através da obtenção de subsídios ao investimento, cofinanciados pela União Europeia, a Empresa reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como Investimento (ativos intangíveis), pese embora em propriedade alheia e em derrogação o previsto na NCRF 19. A registarem-se estes investimentos conforme a NCRF 19, contratos de construção, nenhum efeito resultaria para as demonstrações financeiras, resultados e/ou total do balanço, para além de eventuais reclassificações entre contas de balanço.

O registo contabilístico dos pedidos de reembolso solicitados e o registo do seu recebimento, não se enquadra no conceito restrito de um subsídio, antes configura uma forma de reembolso dos investimentos efetuados no âmbito da Concessão. Deste modo, a contabilização destes pedidos tem vindo a ser considerada um ativo financeiro.

De facto, e conforme referido, a Empresa entende que o critério de reconhecimento destes dispêndios/gastos, com intervenções efetuadas por conta do Estado, em investimento, embora não enquadrável no novo normativo contabilístico aplicável (SNC), é o mais adequado em termos de divulgação pública das intervenções e de enquadramento nos contratos de financiamento públicos e comunitários celebrados. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros durante o período de relato.

3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

Os principais critérios contabilísticos e valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras individuais encontram-se descritos abaixo.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são compostos essencialmente por terrenos, edifícios e outras construções. A generalidade dos ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, líquido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Considera-se, como custo de aquisição, os custos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos (soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para o colocar no seu estado atual e local de uso).




O imóvel da sede da empresa foi revalorizado em 2010 utilizando-se o modelo do justo valor que resultou da avaliação efetuada por entidade independente. No futuro será ajustado com a regularidade necessária para manter o seu valor atualizado. Os restantes imóveis não foram objeto de revalorização dado que não existe um mercado ativo.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período de vida como se segue:

	Vida útil
Edifícios e outras construções	10 a 39 anos
Equipamento básico	8 a 20 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	1 a 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 10 anos

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o montante líquido registado e são incluídos no resultado do exercício.

Ativos intangíveis

Dada a especificidade da atividade da EDM os dispêndios com investimentos realizados por conta do Concedente no âmbito do contrato de concessão são registados transitoriamente como ativos intangíveis em curso, ao custo, até à sua transferência para outros devedores, aquando da apresentação do pedido de reembolso dos custos de investimento (vide nota 2.2 anterior). Os restantes ativos intangíveis são contabilizados ao custo de aquisição.

Investimentos em empresas subsidiárias

O investimento da EDM na sua única empresa participada está contabilizado pelo método da equivalência patrimonial.

As outras participações financeiras são registadas pelo seu valor de aquisição. Relativamente a estas participações financeiras foi estimada em 2011 uma perda por imparidade no montante de €159.615,33.



Inventários

O registo dos inventários cumpre com o estabelecido Norma Contabilística de Relato Financeiro 18 do SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

Os registos são efetuados pelo custo ou pelo seu valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, considerando-se o valor realizável líquido como o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade menos os custos estimados de acabamento e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A valorização dos concentrados de urânio foi suportada pelo relatório de ROC independente, nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais, e, fundamentou-se num valor médio de mercado com base nas publicações especializadas (observatório de preços do EURATOM. Foi tomada deliberação social unânime por escrito, em 25 de março de 2013, pelo Acionista a aprovar os valores constantes do relatório bem como a forma de contabilização.

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são transpostas para o euro utilizando as taxas de câmbio à data da transação. As diferenças de câmbio em itens não monetários são relatadas em resultados como parte de um ganho ou perda ao seu justo valor.

Ativos e passivos financeiros

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre as partes interessadas em efetuar essa transação. O justo valor é determinado com base nos preços de um mercado ativo, ou em métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado ativo). Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

Estes ativos são desreconhecidos quando i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ii) a Empresa tenha transferido



substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou iii) não obstante, reter parte mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

A Empresa classifica os seus investimentos de acordo com as seguintes categorias: ativos financeiros detidos para negociação e outras contas a receber.

A empresa passou a reconhecer no exercício de 2012, como outros investimentos financeiros, um montante de 600.000,00 euros, aplicado em obrigações subordinadas da Caixa Geral de Depósitos. Nos exercícios anteriores este montante estava reconhecido em Caixa e Depósitos Bancários.

As contas a receber são ativos financeiros sem características de derivados com pagamentos determináveis e que não são cotados num mercado ativo. Este tipo de investimento surge quando o Empresa fornece bens ou serviços diretamente a um cliente sem a intenção de negociar esta dívida. Os devedores são incluídos no ativo corrente nas rubricas de Clientes e de Outras contas a receber, exceto para saldos com maturidade de mais de 12 meses da data de relato que são classificados como não correntes.

Impostos correntes e diferidos

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são calculados pelo método da responsabilidade, determinado pelas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as respetivas bases de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

008 JV - RA E



Locações

Os contratos de locação financeira celebrados em relação a bens de imobilizado tangível são registrados em contas de ativos tangíveis sempre que a EDM assuma substancialmente todos os benefícios e riscos associados à propriedade dos respectivos bens.

As locações nas quais uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade é detida pelo locador são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos efetuados nas locações operacionais, líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador, são registrados em resultados pelo método das quotas constantes durante o período da locação.

As locações financeiras são capitalizadas pelo princípio da locação ao valor mais baixo entre o justo valor do imobilizado corpóreo e o valor atualizado das rendas mínimas. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e os custos financeiros no sentido de calcular uma taxa constante de remuneração da dívida. As responsabilidades de locações correspondentes, líquidas de custos financeiros, são registradas no passivo corrente e não corrente. Os juros são registrados em resultados.

Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. A Empresa reconhece rédito quando o montante do rédito pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros.

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas na data da transação ou da prestação de serviços.

Benefícios a empregados

De acordo com a legislação vigente, os trabalhadores têm, anualmente, direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, os trabalhadores têm, anualmente,



direito a um mês de subsídio de Natal, direito adquirido ao longo do ano e liquidado por duodécimos em cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os trabalhadores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu pagamento.

Provisões

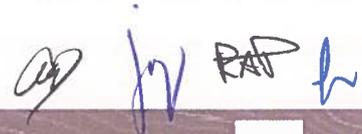
São constituídas provisões no balanço sempre que: i) tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um acontecimento passado; ii) seja provável que um exfluxo, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos seja exigido para liquidar esta obrigação e; iii) que o seu valor é razoavelmente estimável.

Juros

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Dividendos

A distribuição de dividendos a acionistas é reconhecida como um passivo na data em que é aprovada pelos acionistas.



4. Fluxos de Caixa

Os fluxos de caixa ocorridos em 2014 constam do quadro resumo que se segue:

	2014	213
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-2.005.081,56	-2.049.055,97
Fluxos de caixa das actividades de investimento	-530.158,52	2.036.074,98
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	-224.950,84	-482.060,90
Variação de caixa e seus equivalentes	-2.760.190,92	-495.041,89
Caixa e seus equivalentes no início do período	41.111.971,85	41.607.013,74
Caixa e seus equivalentes no fim do período	38.351.780,93	41.111.971,85

5. Partes relacionadas

A EDM é detida na totalidade pelo Estado Português através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças. Em 2014 foram pagos dividendos no montante de € 215.198,10.

A EDM tem uma única empresa participada, a EDMI – Empresa de Projetos Imobiliários, SA, na qual detêm a totalidade do capital, no montante de € 500.000,00. Relativamente ao exercício de 2014 a EDMI apresentou os seguintes valores:

Resultados líquidos	€ -27.425,17
Ativo líquido	€6.639.584,41
Capital próprio	€ 903.652,66

À data de 31 de dezembro de 2014 a EDM detinha um crédito sobre a EDMI no montante de € 5.715.808,71.

Os membros do Conselho de Administração, que exercem funções em acumulação com a EDM, não auferem qualquer remuneração. O Fiscal Único é remunerado de acordo com as disposições legais e as normas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

6. Ativos fixos tangíveis

Os movimentos da rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano de 2014, em base individual, são analisados como segue:

Ativos tangíveis	Sal.Inicial	Reav.Ajust.	Aumentos	Alienações	Trans/Abat/pp	Sal.Final
Terrenos e recursos naturais	279.468,36					279.468,36
Edifícios outras construções	807.752,65					807.752,65
Equipamento básico	155.260,00					155.260,00
Equipamento transporte	285.010,17				-22.381,60	262.628,57
Ferramentas e utensílios	2.592,55					2.592,55
Equipamento administrativo	451.185,59		9.622,72			460.808,31
Outros ativos tangíveis	127.515,30				13.099,89	140.615,19
Ativos fixos tangíveis curso						
Total	2.108.784,62	0,00	9.622,72	0,00	-9.281,71	2.109.125,63

Depreciações acumuladas

	Saldo inicial	Reforço	Anul./Reversãc	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios outras construções	408.813,72	16.789,66	9,22	425.594,16
Equipamento básico	53.571,26	13.517,66		67.088,92
Equipamento transporte	277.822,07	7.188,10	22.381,60	262.628,57
Ferramentas e utensílios	2.592,55			2.592,55
Equipamento administrativo	398.546,67	10.153,42		408.700,09
Outros ativos tangíveis	114.790,06	2.492,27	5.189,61	112.092,72
Total	1.256.136,33	50.141,11	27.580,43	1.278.697,01

Em 2010 foi feita a avaliação por entidade independente dum imóvel em Lisboa tendo o seu valor sido revalorizado em € 161.407,55.

7. Ativos intangíveis

Dada a especificidade da atividade da EDM os projetos realizados por conta do Concedente no âmbito do contrato de concessão são registados transitoriamente nesta conta até transferência para outros devedores após pedido de reembolso, conforme referido nos pontos 2.2 e 3.

09/10/14 J. P. A. P.



Os movimentos da rubrica de ativos fixos intangíveis durante o ano de 2014, são analisados como segue:

Activos Intangíveis	Sal.Inicial	Aumentos	Alien.	Trans/Abat	Sal.Final
Projectos concessão	1.886.671,98	6.252.421,74		-5.808.462,03	2.330.631,69
Projectos Protocolo	0,00	376.037,96		-376.037,96	0,00
Projecto Gavião e Outros	1.681.557,78	493.670,17			2.175.227,95
Total	3.568.229,76	7.122.129,87	0,00	-6.184.499,99	4.505.859,64

8. Participações financeiras

A participação financeira na EDMI está registada pelo método da equivalência patrimonial. As outras participações encontram-se registadas pelo custo de aquisição.

Investimentos financeiros	Saldo inicial	Reav. Ajustam	Aumentos	Alien.	Saldo final
Partes capital empr.grupo	931.077,83	-27.425,17			903.652,66
Titulos e outras aplic.fananc.	654.157,46		1.119,88		655.277,34
Total	1.585.235,29	-27.425,17	1.119,88	0,00	1.558.930,00

9. Acionistas

O saldo desta conta refere-se a créditos da EDM sobre a sua empresa participada EDMI. Estes créditos resultam de vendas de imóveis bem como de suprimentos efetuados. As avaliações recentes de um conjunto destes imóveis permitem concluir que o ativo da EDMI assegura, no essencial, a dívida à EDM.

10. Outros ativos financeiros

	2014	2013
Despacho 496/2004 SEAME-XV	3.311.269,53	3.311.269,53
IVA		
Outros devedores	113.283,70	154.803,87
Total	3.424.553,23	3.466.073,40

11. Ativos e passivos por impostos diferidos

	2014	2013
Activos por impostos diferidos	320.384,28	359.457,60
Origem: Provisão para encargos com pensões de reforma (ENU)		
Base	1.307.690,92	1.467.173,87
Taxa: IRC - 23%	300.768,91	337.449,99
Taxa: Derrama - 1,50%	19.615,36	22.007,61

12. Inventários - Mercadorias

Os inventários de mercadorias, no montante de €13.731.185,00 correspondem às existências de concentrados de urânio (U3O8) que nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de julho foram transferidos do LNEG para a EDM, e avaliados nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais.

No presente exercício a aferição da adequação deste valor baseou-se em estimativa devidamente fundamentada em proposta firme de compra da totalidade das existências de urânio por entidade independente e idónea.

13. Clientes

	2014	2013
Clientes c/corrente	34.183,55	873,75
Total	34.183,55	873,75

14. Estado e outros entes públicos

Os saldos das contas à data de 31 de dezembro de 2014 são os seguintes:

	Saldo Devedor	Saldo Credor
Pagamentos por conta IRC		
IRC a recuperar		58.366,45
Retenções impostos s/ rendimento		15.361,61
IVA		161.325,09
Contribuições segurança social e outros		20.368,26
Total	0,00	255.421,41

Handwritten signatures and initials in blue ink.

15. Outras contas a receber

	2014	2013
Juros a receber	183.105,44	154.414,14
Devedores diversos	12.644,48	7.106,52
Entidades financiadoras de projectos	2.092.703,90	1.701.066,13
Devedores diversos cauções		
Total	2.288.453,82	1.862.586,79

16. Diferimentos

O saldo devedor refere-se a gastos a reconhecer no montante de € 54.768,20 relativos a custos diferidos de fornecimentos externos.

O saldo credor refere-se a rendimentos a reconhecer de rendas no montante de € 632,22.

17. Caixa e depósitos bancários

	2014	2013
Caixa	5.000,00	5.000,00
Depósitos à ordem	2.690.502,93	1.600.693,85
Outros depósitos bancários	35.656.278,00	39.506.278,00
Total	38.351.780,93	41.111.971,85

18. Capital Social

O capital social da sociedade é de 30 000 000,00 euros, representado por 6 000 000 de ações de valor nominal de 5 euros cada uma, encontra-se integralmente realizado.

Ações/Tipo	Quantidade	%	Valor nominal
A	3 060 000	51	5 Euros
B	2 940 000	49	5 Euros

O capital da sociedade é detido em 100% pelo Estado Português através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

19. Outros instrumentos de capital próprio

A transferência dos concentrados de urânio (U3O8) do LNEG para a EDM nos termos do artigo 15º do Decreto-Lei nº 145/2012, de 11 de julho, foi feita a título de prestação acessória de capital do Estado Português, único acionista da EDM. O valor desta prestação foi fixado em €13.731.185,00, conforme relatório elaborado nos termos do artigo 28º do Código das Sociedades Comerciais

20. Reserva legal

Conforme dispõe a legislação em vigor, os valores englobados na reserva legal só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para outro fim.

De acordo com a legislação vigente, a EDM é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, no mínimo, 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja 20% do capital. A reserva legal, no montante de €6.000.000,00, está totalmente preenchida. Esta reserva não poderá ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, ser utilizada para absorver prejuízos.

21. Outras reservas

Em Outras reservas estão englobados os valores que anualmente o Acionista tem deliberado integrar na Reserva especial de recuperação ambiental.

No mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício figuram os movimentos ocorridos.

22. Resultados transitados

Os resultados transitados apresentam um saldo de € 1.642.731,47. No mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio do exercício figuram os movimentos ocorridos.

Durante o exercício, foi transferido para esta conta o montante de €1.681.804,79, resultante do saldo das contas de reservas de reavaliação em virtude dos ativos reavaliados já terem sido alienados.

Handwritten signatures in blue ink are visible above the EDM logo. The logo itself consists of the letters 'edm' in a stylized, lowercase font, with a small graphic element above the 'm'. Below the logo, the text 'EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineral, Lda' is printed in a smaller font.

23. Ajustamentos em ativos financeiros

O valor negativo de € 499.512,95 corresponde a ajustamento decorrentes do método de equivalência patrimonial.

24. Excedente de revalorização

Em 2010 foi feita a avaliação por entidade independente dum imóvel em Lisboa tendo o seu valor sido revalorizado em € 161.407,55. Este movimento consta no mapa Demonstração das Alterações no Capital Próprio.

25. Provisões

Nesta conta encontram-se registados;

- O valor atual com encargos com pensões de trabalhadores das extintas ENU – Empresa Nacional de Urânio e da JEN – Junta de Energia Nuclear. A EDM paga estes encargos mensalmente à CGA (Caixa Geral de Aposentações);
- Provisão relativa ao processo a correr no Tribunal de Pinhel;
- Foram feitas em 2014 regularizações decorrentes da utilização pelos pagamentos de encargos à Caixa Geral de Aposentações bem como por constituição de provisão para imparidades.

	2014
Saldo inicial	1.964.032,87
Regularizações	-159.482,95
Reforço	
Saldo final	1.804.549,92

26. Financiamentos obtidos

Não existem financiamentos.

27. Outras contas a pagar

	2014	2013
Remunerações a liquidar	114.216,18	96.088,94
Outros acréscimos custos	4.991,76	2.132,79
Credores diversos (a)	1.374.862,83	2.189.360,18
Verbas recebidas para investimentos a realizar	12.666.641,09	13.781.771,96
Total	14.160.711,86	16.069.353,87

(a) Inclui adiantamentos relativos ao mecanismo automático de top up do QREN no valor de € 1.362.655,58 a regularizar nos últimos pedidos de pagamento.

28. Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se às contas correntes no mercado nacional e de acordo com os prazos de pagamento estabelecidos.

	2014	2013
Fornecedores c/correntes	344.852,63	452.654,62
Total	344.852,63	452.654,62

29. Vendas e serviços prestados

	2014	2013
Prestação de serviços		
Total	0,00	0,00

30. Trabalhos para a própria entidade

	2014	2013
Investimento no âmbito ambiental e próprios	806.753,76	854.032,64
Projectos protocolo	10.979,00	19.868,27
Total	817.732,76	873.900,91

ap. jr RAA L



31. Fornecimentos e serviços externos

	2014	2013
Trabalhos especializados	145.524,05	183.131,67
Honorários	13.920,00	14.341,98
Energia e Fluidos	71.830,78	65.605,79
Vigilância e segurança	77.944,35	75.414,46
Comunicação	37.620,67	35.897,75
Outros Fornecimentos e serviços	35.263,33	69.938,37
Materiais	17.093,46	21.364,13
Rendas e Alugueres	58.862,53	60.496,24
Seguros	16.265,45	29.114,26
Deslocações e estadas	10.126,98	11.952,18
Conservação e reparação	48.623,87	31.982,44
Outros diversos	28.404,31	24.993,41
Total	561.479,78	624.232,68

32. Gastos com pessoal

	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	226.602,11	258.556,46
Remunerações do pessoal	579.780,88	563.789,24
Encargos sobre remunerações	182.469,74	171.633,94
Benefícios pós emprego	54.178,98	58.530,18
Seguro acidentes de trabalho	14.375,02	16.879,07
Gastos de acção social	51.958,76	42.292,62
Outros gastos	16.465,32	28.155,61
Total	1.125.830,81	1.139.837,12

O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante 2014 foi de 19 empregados, 3 Administradores e Fiscal Único.

33. Imparidades

	Valor bruto	Imparidade	Valor liquido
Estado e outros entes públicos	212.790,48	212.790,48	0,00
Devedores e credores	378.675,91	378.675,91	0,00
Outros investimentos financeiros	159.615,33	159.615,33	0,00
Total	751.081,72	751.081,72	0,00



34. Provisões

No exercício de 2010 foi feito o reforço da provisão relativa ao processo que corre no Tribunal de Pinhel no montante de € 316.859,00 adiante relatado.

35. Outros rendimentos e ganhos

	2014	2013
Rendimentos suplementares	54.029,11	25.542,04
Descontos obtidos	161,88	90,11
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos restantes activos financeiros (a)	1.080.000,00	1.080.000,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1.200,00	91.985,87
Outros proveitos e ganhos operacionais	151.901,76	131.815,66
Total	1.287.292,75	1.329.433,68

- (a) De acordo com o Plano Estratégico para o mandato de 2007-2009 apresentado pela EDM em 29 de junho de 2007, o montante de “*capital afeto à recuperação ambiental*”, foi fixado em € 12 000 000,00, o qual tem vindo a ser considerado desde 1 de julho de 2007. No exercício de 2011 o rendimento financeiro associado à concessão para a recuperação ambiental foi contabilizado nos rendimentos e ganhos.

36. Outros gastos e perdas

	2014	2013
Impostos directos	2.466,20	7.906,58
Impostos indirectos	1.265,69	1.349,75
Taxas	491,35	296,35
Gastos e perdas em subsidiárias e associadas	27.425,17	23.737,80
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	7.910,28	88.616,87
Outros	8.028,39	35.028,85
Total	47.587,08	156.936,20



37. Gastos de depreciação e amortização

Ativos tangíveis	2014	2013
Edifícios e outras construções	16.789,66	34.085,62
Equipamento básico	13.517,66	12.364,30
Equipamento de transporte	7.188,10	20.744,14
Equipamento administrativo	10.153,42	8.573,09
Outros ativos tangíveis	2.492,27	20.602,83
Total	50.141,11	96.369,98

38. Juros e outros rendimentos similares

	2014	2013
Juros obtidos	370.885,27	615.149,00
Dividendos obtidos		
Outros		
Total	370.885,27	615.149,00

39. Juros e gastos similares suportados

	2014	2013
Juros suportados	100,48	838,17
Diferenças de câmbio desfavoráveis	12,52	
Outros		1.884,99
Total	113,00	2.723,16

40. Imposto sobre o rendimento

	2014	2013
IRC	123.770,60	151.088,35
Tributação autónoma	19.880,84	9.318,30
Derrama	8.072,00	10.430,35
Total	151.723,44	170.837,00

41. Compromissos

Durante o exercício de 2014 a contribuição da Empresa para o Plano Complementar de Pensões de Reforma foi de € 54.178,98. Este plano foi alterado, com efeitos a 1

de outubro de 2006, para um plano de contribuição definida e simultaneamente contributivo, com contribuições dos trabalhadores e da Empresa. Em maio de 2007 e de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 71/2007, os membros do Conselho de Administração deixaram de integrar o Plano da empresa.

Em 31 de dezembro de 2014 a empresa tinha assumido responsabilidades por avales e garantias prestadas, como segue:

Em nome da EDM

a) Aval prestado à CGD, referente a duas garantias bancárias prestadas à participada EDMI, a favor da Câmara Municipal de Aljustrel, no montante de € 1 011 673,12, que foi reduzido para € 101 167,31 em 2011.

b) Ministério da Economia nº 914/004203/282/0019 15 079,00

Em nome da extinta ENU – Empresa Nacional de Urânio, SA:

Ministério da Economia	9 975,96
Ministério da Economia	12 469,95
Ministério da Economia	12 469,95
Ministério da Economia	6 484,37
Ministério da Economia	897,84
Ministério da Economia	14 963,94
Ministério da Economia	179,57
Ministério da Economia	179,57
Ministério da Economia	6 234,97
Ministério da Economia	9 975,96
Ministério da Economia	9 975,96
Ministério da Economia	9 975,96

42. Outras divulgações – Processos em tribunal

Em 31 de dezembro de 2014 a Empresa era interveniente no seguinte processo:

- O processo nº 208/08, que corre no Tribunal Judicial da Comarca de Pinhel, diz respeito a um pedido de indemnização motivado por morte em acidente de caça ocorrido num terreno, situado numa área onde as ex-JEN e ENU desenvolveram atividade mineira até 1982. A EDM é ré, conjuntamente com a Fábrica da Igreja

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Paroquial de Santa Eufémia, proprietária do referido terreno. Relativamente a este processo, relativamente ao qual é solicitada uma indemnização de € 416.859,00, havia já sido constituída em 2009 uma provisão no montante de € 100.000,00. A EDM considerou dever provisionar a totalidade do montante em causa no exercício de 2010.

Em junho de 2011 o Tribunal declarou improcedente a ação e em consequência absolveu a EDM do pedido de indemnização. Em 6 de julho de 2011 os autores da ação interpuseram recurso de apelação para o Tribunal da Relação de Coimbra que revogou a sentença do Tribunal de Pinhel e condenou a EDM e a Fábrica de Santa Eufémia a pagar-lhes solidariamente uma indemnização no valor total de € 249.280,00 (o pedido inicial era de € 416.859,00, acrescido de juros de mora).

A EDM, não conformada, recorreu desta condenação para o Supremo Tribunal de Justiça, que lhe deu razão, revogando o Acórdão da Relação e ordenando a repetição (parcial) do julgamento na 1ª Instância, para apuramento de diversas circunstâncias do acidente, alegadas pela EDM e não consideradas até aí pelas instâncias.

Efetuada segundo julgamento no Tribunal de Pinhel, a EDM voltou a ser totalmente absolvida do pedido mas os autores recorreram então, de novo, para a Relação de Coimbra, que proferiu, já em 2015, Acórdão que teve como Relator e 1º adjunto os mesmos desembargadores que tinham votado favoravelmente o Acórdão inicial condenando a EDM. Face a esta coincidência, o Acórdão ora em causa reproduz a argumentação anteriormente expandida, criticando a apreciação da prova fixada em 1ª Instância, alterando as respostas à matéria de facto (parte em que nada se poderá fazer, por insindicável pelo STJ), e concluindo pela condenação das recorridas nos mesmos e exatos termos do primitivo Acórdão.

Deste Acórdão e como é admissível recurso de revista para o Supremo Tribunal de Justiça, a EDM vai avançar com esse recurso.

- A EDM pagou o montante do valor em litígio relativamente ao processo de IVA reaberto em 2010. No entanto e apesar de todos os recursos apresentados a decisão não foi favorável à empresa.



43. Outras divulgações – Concessão para a recuperação ambiental

Reconhecendo-se que as atividades de recuperação e monitorização ambiental de áreas mineiras degradadas deveriam revestir a natureza de serviço público, a concessão exclusiva da atividade de recuperação ambiental foi atribuída, através do Decreto-Lei nº 198-A/2001 de 6 de julho (a que também se refere o Despacho Conjunto nº 242/2002 de 14.03.2002), por um prazo de 10 anos, à EXMIN, empresa, à data, detida pela EDM.

Em 2005, a EXMIN foi integrada na EDM, por fusão, transferindo-se para esta todo o património ativo e passivo da empresa fundida, incluindo direitos e responsabilidades existentes, prosseguindo a EDM com o desenvolvimento a atividade de recuperação ambiental.

O regime jurídico da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas, encontra-se definido no Decreto-Lei acima mencionado, sendo da responsabilidade do Estado os correspondentes encargos com a referida recuperação ambiental.

Deste modo a reabilitação ambiental de antigas áreas mineiras de radioativos tem vindo a ser efetuada e financiada no âmbito da Concessão, essencialmente, com recurso aos financiamentos comunitários, exceto quanto à modelação e selagem da Barragem Velha, na Urgeiriça, cujos encargos foram suportados por fundos próprios da empresa.

Em 22 de dezembro de 2011 foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº 62/2011 que aprova a renovação do contrato de concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas pelo período de 4 anos, a partir de 21 de agosto de 2012, data da assinatura da adenda.

A relação anual entre investimentos realizados, investimentos financiados e recebimentos está evidenciada no quadro que a seguir se apresenta.

(Handwritten signatures in blue ink)



	Investimentos realizados	Investimentos concessão	Recebimentos concessão
2005	2.123.178,65	1.859.284,84	755.613,28
2006	6.385.449,30	5.023.166,62	2.185.143,04
2007	12.107.435,11	7.480.866,79	2.814.143,54
2008	12.043.410,50	10.410.396,40	14.704.362,82
2009	4.656.760,64	2.004.405,82	4.540.427,00
2010	8.386.261,05	7.672.443,56	4.140.700,00
2011	7.869.464,84	7.011.776,54	5.377.360,55
2012	9.750.653,78	8.278.529,97	8.913.048,53
2013	7.366.713,03	6.250.559,02	3.879.824,98
2014	7.122.129,87	6.252.421,74	2.264.530,24

As verbas recebidas para contrapartida nacional dos projetos da Concessão e as verbas do Protocolo de Cooperação entre a DGEG e a EDM estão consideradas no passivo, em outras contas a pagar, como adiantamentos recebidos sendo utilizadas à medida que os projetos nele contemplados (nomeadamente os projetos relativos à segurança de antigas minas de radioativos) sejam realizados ou concluídos.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Exercício de 2014

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de balanço de 70.792.335 euros e um total de capital próprio de 54.102.469 euros, incluindo um resultado líquido de 539.036 euros) a Demonstração de resultados por natureza, a Demonstração de resultados por funções, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos, foi efectuado de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes a posição financeira da **EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.** em 31 de Dezembro de 2014, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para os seguintes pontos:
 - 9.1. Em conformidade com a deliberação do accionista Estado, foi concretizada em 2005, a fusão da EXMIN na EDM, tendo transitado para esta empresa a Concessão atribuída pelo Estado à ex-EXMIN de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas. De acordo com o Despacho SEAME-XV n.º 496/2004, de 9 de Julho, até à definição pelo Concedente da forma como certas despesas seriam financiadas e face à necessidade de reunião de fundos para cumprimento dos objectivos do Contrato de Concessão, a EDM disponibilizou à ex-EXMIN, por conta do Concedente, verbas afectas a despesas suportadas até ao final de 2004, no valor de 3.311.270 euros, referentes à remuneração do capital afecto à Concessão e a investimentos efectuados, considerados não elegíveis pelas entidades financiadoras, relativos a IVA e custos directos e indirectos.
Até à data não foi definido pelo Accionista Estado a forma de comparticipação, permanecendo este montante no activo da Empresa.
 - 9.2. Na Certificação Legal de Contas referente ao exercício de 2013 incluímos duas reservas, uma relativa à ausência de avaliações imobiliárias actualizadas da participada "EDMI - Empresa de Projectos Imobiliários, S.A." e outra relativa ao valor das existências de Urânio sendo que no decurso de 2014 ambas as situações foram regularizadas.
 - 9.3. Como evidenciado no Relatório do Conselho de Administração e na nota 7 do Anexo às Demonstrações Financeiras, os projectos próprios de prospecção e reconhecimento mineiro (Gavião, Gralheira Jales, Prospecção Estanho/Arcozelo, Monte das Mesas, Escadia Grande, São Pedro das Cabeças e Alcácer) apresentam em 31 de Dezembro de 2014 o valor global de 2.175.228 euros, escriturados como activo intangível. O montante dos trabalhos de reconhecimento e avaliação, visando a determinação da viabilidade económica de exploração do Jazigo do Gavião, perfazem investimentos no valor de 849.519 euros, registando em 2014 um acréscimo de 142 euros. Em conformidade com a NCRF 16, os projectos próprios devem ser objecto de testes de imparidade periódica.

17



RSM Patrício, Moreira & Valente

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- 9.4. Encontram-se registados em activos intangíveis em curso, dispêndios com projectos associados à concessão no valor de 2.330.632 euros. Dada a especificidade da actividade da EDM os projectos realizados por conta do Concedente, Estado Português, no âmbito do Contrato de Concessão são registados transitoriamente na conta Activos Intangíveis até transferência, após pedido de reembolso, para Outros Devedores, conforme divulgado nas Notas 2, 3 e 7 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 13 de Março de 2015

Joaquim Patrício da Silva

(ROC n.º 320)

em representação de

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE E ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 21

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exercício de 2014

1. No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade, o Fiscal Único da **EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.**, no exercício das suas competências, após ter procedido à análise do Balanço, da Demonstração dos Resultados e dos demais elementos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração, que acompanhavam o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao exercício de 2014, vem apresentar o seu Relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e dar Parecer sobre esses mesmos documentos de prestação de contas.
2. O Fiscal Único acompanhou ao longo do exercício, com a periodicidade conveniente, a actividade da EDM, através da análise da documentação produzida, dos contactos com os Serviços, dos elementos de trabalho disponibilizados pelos auditores externos e das reuniões de informação que regularmente manteve com o Conselho de Administração. Procedeu às verificações e análises da informação contabilística, com a consulta dos seus documentos de suporte e dos correspondentes registos. Verificou, em particular, as operações contabilísticas referentes ao apuramento dos resultados do exercício.
3. É sua convicção que os procedimentos técnicos seguidos que conduziram à elaboração das demonstrações financeiras apresentadas, e tendo em conta, em particular, as explicitações que se incluem no Anexo às Demonstrações Financeiras, complementadas com o exposto no Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração, reflectem os valores evidenciados nos documentos que lhes servem de suporte, e, no seu conjunto, expressam, em termos financeiros e económicos, uma correcta avaliação do património e dos resultados.
4. Em documento separado, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, procedeu à elaboração da Certificação Legal das Contas, que inclui 4 Ênfases, parecer que deve ser tomado como parte integrante deste Relatório.
5. No Relatório de Gestão que elaborou, o Conselho de Administração descreve a forma como se desenvolveu a actividade ao longo do exercício e os principais factores que estiveram na origem dos resultados alcançados.
6. Foram seguidos os princípios orientadores constantes no artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, extensivo ao cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado (Decreto Lei n.º 33/2013), designadamente, a observância do cumprimento das orientações relativas às remunerações previstas para 2014, e na Lei do Orçamento de Estado para 2014. Verificámos também o cumprimento das exigências constantes no n.º 1 do artigo 54.º do RJSPE, com a apresentação do Relatório de Boas Práticas de Governo Societário adoptadas em 2014.
7. A actividade da EDM no decorrer do ano de 2014, caracterizou-se por um bom desempenho global, sendo de salientar:
 - a continuidade das acções de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas, bem como a promoção e reforço da intervenção da EDM na fase de prospecção e pesquisa de recursos minerais preferencialmente através da participação em consórcios com empresas nacionais e internacionais;
 - os investimentos realizados no âmbito da concessão para a recuperação ambiental e no âmbito da segurança e manutenção de obras realizadas em diversas áreas mineiras degradadas no valor global de 6.429.500 euros;

- o desenvolvimento de trabalhos de prospecção e pesquisa em 3 áreas contratadas com o Estado, nomeadamente Argozelo, Monte das Mesas e Escádea no valor global de 229.365 euros. Em 2014 foram ainda solicitados 3 novos pedidos de atribuição de áreas de prospecção e pesquisa, nomeadamente, Alcácer, São Pedro das Cabeças e Macedo de Cavaleiros; e
 - no final de 2014 a Almina manifestou o seu interesse, mediante a comunicação à EDM e ao Estado Português, em adquirir os direitos da EDM sobre a concessão do projecto do Gavião, no âmbito do consórcio celebrado em 2012, entre ambas as partes.
8. Relativamente aos valores expressos nas demonstrações financeiras do exercício devem salientar-se os seguintes indicadores:
- a obtenção de um resultado líquido positivo de 539.036 euros;
 - a diminuição registada de 62.753 euros (10%) nos fornecimento e serviços externos, derivado essencialmente da diminuição verificada nos serviços diversos, quando comparados com igual período de 2013;
 - o peso dos fornecimentos e serviços externos e gastos com pessoal, que representam cerca de 87% do total dos gastos globais;
 - o decréscimo dos trabalhos para a própria empresa em cerca de 6,4% (56.168 euros), face a igual período de 2013, os quais apresentam o valor de 873.900 euros;
 - a obtenção de um resultado operacional de 319.987 euros, registando um aumento relativamente ao exercício anterior no valor de 214.028 euros;
 - a redução verificada nos juros e rendimentos similares obtidos, que passaram de 615.149 euros em 2013, para 370.885 euros em 2014, em grande parte devido à redução das taxas de juros e do valor das aplicações;
 - os rendimentos totais da EDM registando uma diminuição de cerca de 342.573 euros, em relação aos valores de 2013, tendo os gastos globais registado um decréscimo de 334.061 euros, que se traduziu numa ligeira redução do resultado líquido (8.512 euros), justificado essencialmente pelas diminuições dos juros e rendimentos similares obtidos e dos trabalhos para a própria empresa;
 - a realização de investimentos acumulados no âmbito da concessão para a recuperação ambiental no valor de 6,3 milhões de euros;
 - o recebimento acumulado no exercício do montante de 1,9 milhões de euros referente a investimentos elegíveis dos projectos de recuperação ambiental;
 - a utilização global de 3,9 milhões de euros em 2014 de verbas do protocolo EDM/DGEG;
 - o recebimento de 1.362.656 euros a título de adiantamentos por parte do QREN, referente ao financiamento de candidaturas, dos quais 409.778 euros dizem respeito ao ano de 2014;
 - até finais de 2014, registam-se investimentos próprios de prospecção e pesquisa no domínio dos recursos minerais no valor de 2.175.228 euros, nomeadamente no jazigo do Gavião, Gralheira/Jales, Estanho/Argozelo, Monte das Mesas, Escadia Grande, São Pedro das Cabeças e Alcácer;
 - o grau de autonomia financeira em cerca de 74%, traduzindo uma estrutura de capitais estável; e
 - distribuição de dividendos ao accionista da EDM no valor de 215.198 euros.

9. Face ao exposto, e como consequência das análises desenvolvidas no decorrer do exercício, o Fiscal Único, agradecendo a colaboração prestada pelos trabalhadores da Empresa com quem teve necessidade de contactar e ao Conselho de Administração, a sua colaboração e disponibilidade, e tendo presente as perspectivas da actividade que se antevêem para o ano de 2015, é de

PARECER

- a) que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração, Balanço e Contas, relativos ao exercício de 2014;
- b) que seja aprovada a proposta de aplicação do Resultado Líquido do exercício, de 539.035,56 euros, apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 13 de Março de 2015

O FISCAL ÚNICO



Joaquim Patrício da Silva
(ROC n.º 320)
em representação de
PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE E ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 21

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA**, (adiante também designada por EDM ou Empresa), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de € 70 792 335 e um total de capital próprio de € 54 102 469, incluindo um resultado líquido de € 539 036), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Exceto quanto ao referido no parágrafo 7 seguinte, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. O ativo intangível em curso engloba as intervenções incorridas com o desenvolvimento de trabalhos de prospeção e pesquisa no domínio dos recursos minerais (Projetos do Gavião, Argozelo, Jales e Monte das Mesas), os quais visam a determinação da pré-viabilidade da exploração mineira nas referidas áreas. Os gastos com aqueles trabalhos de prospeção ascenderam a cerca de € 2 175 000 (2013: € 1 680 000), sendo que a sua recuperação depende da futura viabilidade e exploração das referidas áreas mineiras.

Opinião

8. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo anterior, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA**, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as situações seguintes:

9. Dada a forma que veio a ser determinada pelo Estado para financiamento da Concessão de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas e de outros trabalhos solicitadas à EDM, a Empresa reconhece as intervenções efetuadas naquele âmbito como ativos intangíveis em curso, reconhecendo os financiamentos quando efetua os respetivos pedidos de pagamento, por amortização direta dos correspondentes intangíveis em curso.

10. Com a liquidação da ex-ENU - Empresa Nacional de Urânio, SA, a responsabilidade pelos passivos supervenientes daquela ex-participada transitou para a EDM. Esta responsabilidade cujos impactos futuros não são possíveis de prever e quantificar, nomeadamente em termos de reposição ambiental, tem vindo a ser parcialmente enquadrada no âmbito do Contrato de Concessão da Recuperação de Áreas Mineiras Degradadas.

11. Encontra-se registado como uma dívida do Estado, enquanto Concedente, no âmbito do Contrato de Concessão da Recuperação de Áreas Mineiras Degradadas, parte da remuneração do capital e custos incorridos com intervenções efetuadas até 2004, no montante de cerca de € 3 300 000. A anulação, ajustamento ou recuperação deste saldo depende de decisão do Concedente.

12. Baseados no nosso exame aos suportes dos pressupostos assumidos nos documentos de prestação de contas, nomeadamente os inerentes ao valor das avaliações de imparidade efetuadas aos imóveis detidos pela EDMI - Empresa de Projetos Imobiliários, SA, subsidiária responsável pela gestão e valorização de património imobiliário cuja participação financeira e suprimentos ascendem a cerca de € 6 600 000, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a crer que esses pressupostos não proporcionam uma base aceitável para aquela prestação de contas. Contudo, não podemos deixar de referir que as características muito específicas de parte do património imobiliário da EDMI, proveniente de empresas mineiras entretanto encerradas, adicionadas ao contexto de crise económica e a vicissitudes várias ocorridas no mercado imobiliário que reduziram substancialmente a sua liquidez, podem afetar materialmente os suportes e previsões constantes das referidas avaliações e, desta forma, a valorização dos investimentos efetuados pela EDM na EDMI.

BDO & Associados, SROC
A Administração



Lisboa, 13 de março de 2015



**RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE O
DESEMPENHO DOS GESTORES EXECUTIVOS**

Introdução

1. Em cumprimento do preceituado no número 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, cumpre ao Órgão de Fiscalização da **EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.** elaborar um relatório, baseado no relatório de boas práticas de governo societário adoptadas em 2014 pela Empresa, o qual aprecia o cumprimento das exigências previstas no Capítulo II (Princípios do Bom Governo), do referido Decreto-Lei.

Responsabilidades

2. As empresas detidas pelo Estado devem ter um modelo de governo que assegure a efectiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização.
3. A nossa responsabilidade consiste em analisar o relatório de gestão no que se refere ao governo da sociedade onde deve constar os regulamentos internos e externos, uma análise de sustentabilidade e uma avaliação do grau de cumprimento pelos gestores dos princípios de bom governo.

Parecer

4. Com base no trabalho efectuado somos de opinião que o desempenho de gestão dos membros do Conselho de Administração da **EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.**, pode considerar-se adequado tendo por base a forma como foram desenvolvidas as correspondentes acções durante o exercício de 2014, e expressamos uma opinião favorável sobre as estruturas e mecanismos de gestão em vigor na entidade.

Lisboa, 13 de Março de 2015

O FISCAL ÚNICO

Joaquim Patrício da Silva

(ROC n.º 320)

em representação de

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, n.º 21



RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2014

RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO ADOTADAS EM 2014

Março 2015

Índice

I. MISSÃO, OBJETIVOS E POLÍTICAS	3
II. ESTRUTURA DE CAPITAL.....	11
III. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS.....	12
IV. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	14
A. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	14
B. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO.....	15
C. FISCALIZAÇÃO.....	30
D. REVISOR OFICIAL DE CONTAS (ROC)	33
E. AUDITOR EXTERNO.....	35
V. ORGANIZAÇÃO INTERNA.....	37
A. ESTATUTOS E COMUNICAÇÕES.....	37
B. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS	39
C. REGULAMENTOS E CÓDIGOS	44
D. DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO	46
E. SÍTIO DE INTERNET	47
F. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO OU DE INTERESSE GERAL	47
VI. REMUNERAÇÕES.....	50
A. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO	50
B. COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES.....	51
C. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES	51
D. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES	55
VII. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E OUTRAS.....	57
VIII. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICOS, SOCIAL E AMBIENTAL.....	58
IX. AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	66

I. Missão, Objetivos e Políticas

1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.

A missão da EDM é suportada nas seguintes linhas de atuação:

- Proceder, na qualidade de representante do dono da obra, o Estado, à recuperação ambiental de antigas áreas mineiras abandonadas, tendo em vista a sua reabilitação e valorização económica, atuando no âmbito da Concessão que para o efeito lhe foi outorgada (Decreto-Lei nº198-A/2001, de 6 de julho).
- Conceber e executar, por si só ou em *joint ventures*, projetos de prospeção, pesquisa, avaliação e aproveitamento de recursos geológicos da Base de Recursos correspondente ao território nacional.
- Desenvolver estudos e prestar serviços nos domínios das geociências, ciências da engenharia, energia e ambiente, bem como cooperar com outras entidades, no país ou no exterior, em projetos de investigação de interesse comum.
- Servir de instrumento do Governo na assessoria técnica especializada e em intervenções estratégicas no domínio geológico-mineiro, no país e no estrangeiro.

2. Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida

- a) O atual Conselho de Administração prosseguiu durante 2014 as linhas de ação do mandato, que oportunamente apresentou no início do mesmo no documento “Plano Estratégico EDM 2013-2015” e respetiva Tabela de

Objetivos de Gestão 2013-2015 e apresentou ao Acionista o Plano de Atividades para 2015. A estratégia que se encontra a ser desenvolvida pela EDM tem em conta os seguintes objetivos:

- Otimizar a gestão de ativos da empresa e criar valor para o acionista.
- Continuar a intervenção que vem sendo realizada no domínio técnico-ambiental, desenvolvendo esforços no sentido de garantir a sustentabilidade futura desta atividade, condicionada contudo aos meios postos à disposição da EDM para esse efeito pela tutela;
- Alargar e intensificar as ações de valorização do conhecimento e potencial do território nacional ao nível de recursos minerais;
- Desenvolver ações que visem a internacionalização dos serviços técnicos da EDM quer ao nível da atividade Técnico-Ambiental quer ao nível da vertente dos recursos minerais, nomeadamente estabelecendo e aprofundando parcerias técnicas com os Países da CPLP;
- Garantir a adoção das melhores práticas de gestão, segundo os princípios de bom governo das empresas públicas;
- Garantir a sustentabilidade financeira da empresa em articulação com o Estado Português.

b) Não foram definidos objetivos e resultados estratégicos e setoriais de forma quantificada pelo acionista, relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros que permitam aferir do seu cumprimento, no entanto o atual CA tem desenvolvido a sua atividade seguindo os pressupostos que apresentou no referido Plano Estratégico para o mandato. Assim é permitido concluir, pelas candidaturas apresentadas aos Programas Comunitários e pelo volume de investimentos em curso face aos meios disponibilizados para o efeito pelo Concedente, que os

objetivos foram alcançados no quadro do cumprimento das orientações específicas.

Assim, em relação à atividade da EDM na área da “Recuperação Ambiental das Áreas Mineiras Degradadas”, que se insere no âmbito do contrato de concessão com o Estado Português, o principal objetivo foi de tentar garantir, em concertação com o Governo Português, a sustentabilidade desta atividade, designadamente ao nível da sua continuidade no futuro quadro comunitário de apoio Portugal 2020, assim como ao nível da garantia do plano de financiamento da concessão, cuja cobertura financeira só se encontra assegurada para os projetos em curso relativos ao atual quadro comunitário de apoio.

Ainda nesta vertente serão desenvolvidas, em paralelo com a atividade em Portugal, ações que visam a internacionalização dos serviços prestados pela EDM tendo em conta o enorme know how e experiência acumulados durante os mais de 10 anos de intervenções, abrindo assim a possibilidade de se capitalizarem novas receitas operacionais, ao mesmo tempo que a EDM desempenha o papel de pivot e alavanca para a exportação de serviços de empresas portuguesas nas áreas de engenharia, e de novas tecnologias e de soluções ambientais inovadoras.

No que diz respeito à área dos Recursos Minerais, o objetivo principal do mandato é o de continuar e reforçar a aposta no desenvolvimento de ações de valorização do conhecimento e potencial do território nacional, criando condições para que a EDM se assuma como dinamizadora e catalisadora de novos projetos de prospeção e pesquisa assim como de revelação do potencial de exploração mineira, prioritariamente em Portugal, identificando e mobilizando, sempre que possível, outras empresas ou investidores portugueses ou estrangeiros para a constituição de parcerias para estes projetos, servindo de alavanca à promoção e divulgação do potencial nacional, desempenhando assim um papel dinamizador na persecução dos objetivos traçados pelo Governo na Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos (ENRG-RM), que visa

tornar o setor mineiro competitivo e garante de abastecimento de matérias-primas, numa perspetiva de sustentabilidade do todo nacional, consagrando os necessários equilíbrios entre as vertentes económica, social, ambiental e territorial, em face dos impactos diretos e indiretos da atividade.

Apesar da prioridade que será dada ao desenvolvimento da atividade em Portugal, a EDM não deixará de aprofundar o relacionamento com os Países da CPLP ao nível da internacionalização dos seus serviços técnicos, em especial com Moçambique e Timor, país onde foi assinado um Protocolo de Cooperação, quer ao nível da cooperação técnica quer ao nível da identificação de oportunidades e desenvolvimento de projetos na área de recursos minerais. Este é também um dos objetivos identificados na política traçada pelo atual Governo e plasmada na Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos (ENRG-RM).

No decorrer do período que vai desde o início (2001) da concessão de recuperação ambiental, que tem sido a atividade principal da empresa nos últimos anos, até ao final de 2014, foram submetidas 51 candidaturas aos fundos comunitários, 29 das quais obtiveram aprovação do QCA III e 22 do QREN, sendo que 5 destas últimas são correspondentes aos projetos aprovados na 4ª fase ao POVT, em regime de overbooking já durante o ano de 2014. De destacar ainda que, neste período, foram concretizados, com fundos próprios, 2 relevantes projetos para o desenvolvimento e cumprimento dos objetivos da concessão, designadamente o “Estudo Base para a Reabilitação de Áreas Mineiras Degradadas” e a “Recuperação da Escombreira da Barragem Velha da Área Mineira da Urgeiriça”.

Até ao final de 2014, o investimento acumulado nos projetos especificamente associados à concessão ascendeu a 64M€ sendo que em 2014 o investimento realizado totalizou € 7.122.129,87 distribuído pelos seguintes projetos:

Handwritten initials and signature:
E N
RAP

- no âmbito da concessão para a recuperação ambiental no valor de € 6.252.421,74;
- no âmbito da segurança e manutenção de obras realizadas em áreas mineiras degradadas no valor de € 177.023,25;
- no âmbito dos projetos das áreas de prospeção e pesquisa, (Monte das Mesas, Gavião, Argozelo e Escádea Grande), investimentos de € 493.670,17;
- outros projetos (Roteiro de Minas, Promoção do setor mineiro) no âmbito do Protocolo com a DGEG, € 199.014,71.

Assim no final de 2014 e no que se refere aos projetos que têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito do POVT, são referenciados no quadro seguinte as 4 fases de candidatura, assim como as perspetivas de evolução até final de 2015 dentro do atual quadro comunitário. A sua concretização encontra-se como referido anteriormente sujeita aos montantes globais que possam ser consignados a esta medida de atuação pelo POVT.

R M
EF

CONCESSÃO PARA A RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS MINEIRAS DEGRADADAS
PROJETOS E OBRAS CONCLUÍDOS E EM CURSO NO ÂMBITO DO QREN/POVT
 Eixo Prioritário II: Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos
 Domínio de Intervenção: Recuperação de Passivos Ambientais

euros

MINA / PROJETO	INVESTIMENTO		
	2007 - 2014	2015 ^P	TOTAL
1ª Fase de Candidaturas			
Prevenção de Riscos de Passivo Ambiental: Recuperação de Antigas Áreas Mineiras de Urânio Abandonadas			
Monitorizações de Controlo Periódico e Ações de Tratamento de Efluentes 2007-2009	1.167.750		1.167.750
Projetos de Execução e Estudo de Incidências Ambientais em 20 Áreas Mineiras dos Radioativos	734.353		734.353
Recuperação Ambiental da Área Mineira da Senhora das Fontes	2.238.805		2.238.805
Projetos nas Envolventes à Escombreira da Barragem Velha e Zona Industrial da Urgeiriça - 2ª Fase	728.779		728.779
Prevenção de Riscos de Passivo Ambiental: Recuperação de Antigas Áreas Mineiras de Polimetálicos Abandonadas			
Recuperação Ambiental na Área Mineira do Lousal - 1ª e 2ª Fases	4.800.780	1.127.459	5.928.239
Recuperação Ambiental na Área Mineira de Aljustrel - 3ª e 4ª Fases	3.823.676	4.734.894	8.558.569
2ª Fase de Candidaturas			
Prevenção de Riscos de Passivo Ambiental: Recuperação de Antigas Áreas Mineiras de Urânio Abandonadas			
Monitorizações de Controlo Periódico e Ações de Tratamento de Efluentes 2009-2011	505.790		505.790
Remediação Ambiental na Área Mineira da Cunha Baixa	5.803.420	184.369	5.987.789
Obras de Remediação Ambiental na Área Mineira da Bica	3.910.408	285.287	4.195.695
Trabalhos na Ribeira da Pantanha e Selagem Final da Barragem Nova - Mina da Urgeiriça	8.094.927		8.094.927
3ª Fase de Candidaturas			
Prevenção de Riscos de Passivo Ambiental: Recuperação de Antigas Áreas Mineiras de Urânio Abandonadas			
Remediação Ambiental na Área Mineira do Barrôco I	583.541		583.541
Remediação Ambiental na Área Mineira da Freixiosa	682.630		682.630
Remediação Ambiental na Área Mineira da Rosmaneira	637.587		637.587
4ª Fase de Candidaturas			
Prevenção de Riscos de Passivo Ambiental: Recuperação de Antigas Áreas Mineiras de Urânio Abandonadas			
Obras de Descont.Envolv.às Escombreiras p/Requal.Ambiental Final da Área Mineira da Urgeiriça	323.678	5.162.683	5.486.362
Obras de Remed.Ambiental nas Áreas Min. Prado Velho, Forte Velho e Antiga Fábrica do Barracão	296.796	5.257.676	5.554.472
Obras de Remediação Ambiental na Área Mineira de Freixinho	29.009	566.709	595.718
Obras de Remediação Ambiental na Área Mineira de Fontinha	53.309	2.379.260	2.432.569
Monitorização Ambiental nas Áreas Mineiras dos Radioactivos 2012-2014	837.981	515.484	1.353.466
TOTAL	35.253.218	20.213.822	55.467.040

3. Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa.

A estratégia de diversificação adotada com o reforço da intervenção na vertente de Recursos Minerais visa, também, proporcionar à empresa melhores condições de sustentabilidade face à tarefa principal até agora desenvolvida assente na área de remediação ambiental, no quadro do contrato de concessão celebrado com o Estado ao abrigo do decreto-lei nº 198-A/2001 de 6 de julho, renovado em 21 de agosto de 2012 por mais 4 anos nos termos da RCM nº62/2011, de 15 de dezembro.

P H
RAP

Importa ter presente que o lançamento de novos projetos de remediação ambiental já anteriormente identificados e integrantes do documento acordado com os Ministérios da Economia, Inovação e Desenvolvimento e do Ambiente e Ordenamento do Território (Documento Enquadrador - Recuperação do Passivo Ambiental Eixo Prioritário III- POVT, Grupo de Trabalho Despacho 28176/2007 de 14 de dezembro, MAOTDR e MEI), está condicionado à afetação que seja possível garantir de recursos financeiros para cobrir as componentes nacionais e as despesas não elegíveis aos fundos estruturais.

Desta forma o principal objetivo é de tentar garantir, em concertação com o Governo Português, a sustentabilidade desta atividade, designadamente ao nível da sua continuidade no futuro quadro comunitário de apoio (Portugal 2020), assim como ao nível da garantia do plano de financiamento da concessão. Sublinhe-se que a EDM participou ativamente nos trabalhos referentes à preparação do Novo Quadro Estratégico Europeu Portugal 2020, designadamente no que respeita ao novo instrumento enquadrador do futuro período de programação (Acordo de Parceira entre Portugal e a Comissão Europeia).

4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais, designadamente quanto à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível do serviço público a prestar pela empresa

A atividade desenvolvida nos últimos anos pela EDM quer ao nível da vertente da “Recuperação Ambiental das Áreas Mineiras Degradadas” quer ao nível do desenvolvimento de ações no domínio da valorização e promoção dos recursos minerais encontra-se em conformidade com as orientações definidas pela tutela setorial nomeadamente quanto à política setorial a prosseguir, aos objetivos a alcançar e ao nível de serviço

público a prestar. A área de atuação relativa à vertente ambiental encontra enquadramento nas orientações vertidas no contrato de concessão para a “Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Degradadas” atribuído pelo Estado, sob a forma de Concessão e em regime de exclusividade, à EXMIN/EDM por Decreto-lei nº 198-A/2001 de 6 de Julho, com uma duração inicial prevista de 10 anos e renovada por mais 4 anos em 2012, (Resolução do Conselho de Ministros nº 62/2011, de 22 de dezembro), reafirmando assim o Governo Português o seu interesse no prosseguimento do objetivo de Recuperação Ambiental de Minas Abandonadas. O desenvolvimento de ações no domínio da valorização dos recursos minerais encontram enquadramento estratégico na recente Resolução de Conselho de Ministros (RCM nº 78/2012) que aprova a “Estratégia Nacional para os Recursos Geológicos-Recursos Minerais” (ENRG-RM), e que constitui o referencial para todas as intervenções públicas que incidam sobre os recursos geológicos. De realçar ainda que na vertente ambiental o objetivo subjacente à atribuição do contrato de concessão se prende com a realização da reabilitação ambiental das áreas mineiras abandonadas que constam do inventário efetuado desde que adequado ao plano de financiamento disponibilizado pelo Estado Português em complemento ao financiamento comunitário, pelo que anualmente são revistos os objetivos em consonância com a tutela setorial de modo a adequar às fontes de financiamento existentes.

Refira-se ainda que o atual CA se encontra a cumprir de forma estrita a deliberação do acionista aquando da aprovação do Plano de Atividades para 2014 na última Assembleia Geral e que indica que a participação em novos investimentos, contratação de recursos humanos, utilização e afetação de receitas e recursos financeiros, projetos e matérias no âmbito dos recursos minerais e no domínio da estrutura e organização estará dependente de autorização casuística da tutela acionista e setorial.

E
K
BAP

II. Estrutura de capital

- 1. Estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.**

O capital social da EDM é de 30.000.000,00 euros, representado por 6.000.000 de ações de valor nominal de 5 euros cada uma, encontra-se integralmente realizado.

Ações/Tipo	Quantidade	%	Valor nominal
A	3 060 000	51	5 Euros
B	2 940 000	49	5 Euros

O capital da sociedade é detido em 100% pelo Estado Português através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Transcreve-se o disposto nos n^{os} 1 e 2 do artigo 4^o dos estatutos da sociedade sobre as ações.

1. “O capital social é de € 30.000.000,00, acha-se integralmente realizado e divide-se em 3.060.000 ações do tipo A e 2.940.000 do tipo B, com o valor nominal de cinco euros cada.
2. As ações que, nos termos do número anterior, representam o capital social, revestem as seguintes categorias:
 - a) As do tipo A são nominativas e delas apenas podem ser titulares o Estado, pessoas coletivas de direito público ou outras entidades que, por imposição legal, pertençam ao sector público, sendo obrigatoriamente deste tipo as ações necessárias para que 51%

R J
RA

do capital social existente em cada momento sejam detidas pelas entidades acima referidas;

- b) As do tipo B são nominativas ou ao portador, podendo delas ser titulares entidades públicas ou privadas, e livremente convertíveis, com ressalva das exceções consignadas na lei.”

2. Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.

De acordo com os estatutos da EDM e conforme referido no ponto anterior, as ações representativas de 51% do capital social existente em cada momento, sejam detidas pelo Estado, pessoas coletivas de direito público ou outras entidades que, por imposição legal, pertençam ao sector público.

3. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a eventuais restrições.

O acionista único da EDM é o Estado Português.

III. Participações Sociais e Obrigações detidas

1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.

A EDM tem uma empresa participada, a EDMI – Empresa de Projectos Imobiliários, SA, na qual detém a totalidade do capital social (100%) no montante de €500.000,00, dispondo portanto da totalidade dos votos.

2. A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.

Presentemente a EDM tem apenas uma empresa participada, a EDMI – Empresa de Projectos Imobiliários, SA. O capital social da EDMI é de 500.000,00 euros e é detido na totalidade pela EDM.

A EDM participa nas seguintes entidades e associações:

Partest – Participações do Estado, SA (€29,93)

Lusitânia Companhia de Seguros

ADRAL – Agência Desenvolvimento Regional do Alentejo (€17.956,72)

UNESUL - (€7.481,97- totalmente provisionado)

LISPOLIS - Património social (€87.289,63 - totalmente provisionado)

CEVALOR – Centro Tecnológico da Pedra Natural de Portugal (unidades de participação €64.843,73 - totalmente provisionado)

ANIET – Associação Nacional da Indústria Extractiva e Transformadora
Associação Valor Pedra

APEMETA – Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais

CEDINTEC – Centro para o Desenvolvimento e Inovação Tecnológicos –
(unidade de participação €2.500,00)

ASSIMAGRA – Associação Portuguesa dos Industriais de Mármore, Granitos e Ramos Afins

3. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da EDM não detêm quaisquer ações e obrigações da sociedade. O Estado Português é acionista único. Não existem obrigações emitidas pela EDM.

4. Informação sobre existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade

Não existem relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade

A EDM prestou contragarantia relativamente a garantia prestada pela Caixa Geral de Depósitos à sua empresa participada, EDMI, no montante de € 101.167,31.

Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da EDM não detêm quaisquer ações e obrigações da sociedade. O Estado Português é acionista único. Não existem obrigações emitidas pela EDM.

IV. Órgãos Sociais e Comissões

A. Mesa da Assembleia Geral

- 1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim), assim como a remuneração relativa ao ano em referência. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).**

Em 19 de julho de 2013 foram eleitos os membros da Mesa da Assembleia Geral para o mandato 2013-2015 e fixados os seguintes valores das senhas de presença:

Mesa da Assembleia Geral

Handwritten initials and signature

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Estatuto Remuneratório Fixado (€) ⁽¹⁾	Remuneração Anual (€)		
				Bruta ⁽²⁾	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
2013-2015	Presidente	Teresa Flor Morais	500	1000	60	940
2013-2015	Secretária	Maria Manuela Salvador	350	700	42	658

Legenda: (1) - Valor da Senha de presença fixada; (2) Antes de reduções remuneratórias

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€) ⁽¹⁾	Bruto (€) ⁽²⁾
2013-2015	Presidente	Teresa Flor Morais	500	1.000
2013-2015	Secretária	Maria Manuela Salvador	350	750

Legenda: (1) - Valor da Senha de presença fixada; (2) - Antes de reduções remuneratórias

Os valores processados em 2014 relativamente às sessões da Assembleia de 31 de março e de 30 de junho foram os que constam do primeiro quadro.

2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Todas as deliberações acionistas são tomadas pelo Estado, que é acionista único.

B. Administração e Supervisão

1. Identificação do modelo de governo adotado.

Nos termos do artigo 7.º dos Estatutos da EDM, o modelo de governo da sociedade é composto pela Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Fiscal Único. O mandato dos titulares dos órgãos sociais tem a duração de três anos.

Handwritten initials and signature

ORGÃO SOCIAIS - Triénio 2013-2015

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente
Teresa Morais

Secretário
Maria
Salvador

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Carlos Caxaria

Vice-
Presidente
Ricardo
Amaral Pinto

Vogal
Jorge
Carvalho

FISCAL ÚNICO

RSMI, SROC

RSM - ROC
Efetivo
Joaquim
Patrício da
Siva, ROC
nº320

RSM - ROC
Suplente
José Carlos
Matos, ROC
nº1034

As regras aplicáveis à sua eleição e funcionamento, nos termos do nº2 do artigo 7º, 10º, 12º e 17º dos estatutos da EDM são os seguintes:

Assembleia Geral

- A assembleia geral será convocada e dirigida pelo presidente da respetiva mesa, sendo esta ainda composta por um secretário;
- A convocação da assembleia geral faz-se com antecedência mínima de 30 dias, com indicação expressa dos assuntos a tratar;
- Só podem fazer parte da assembleia geral os acionistas que tiverem averbadas em seu nome no livro de registo da sociedade até 15 dias antes da data marcada para a reunião, pelo menos, ações correspondentes a € 1.000,00;
- Para efeitos do número anterior, as ações deverão manter-se registadas em nome dos acionistas ou depositadas, pelo menos, até ao encerramento da reunião da assembleia geral;

Conselho de Administração

- O conselho de administração é composto por um presidente, um vice-presidente e no máximo três vogais.

- As vagas ou impedimentos que ocorram no conselho de administração serão preenchidos por nomeação do próprio conselho até que em assembleia geral se proceda à competente eleição.

Fiscal Único

- A fiscalização dos negócios sociais é confiada a um fiscal único, que terá sempre um suplente, devendo ambos ser Revisores Oficiais de Contas ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas.

A gestão da sociedade está assim a cargo do Conselho de Administração. As atribuições estão definidas no Código das Sociedades Comerciais e nos artigos 13º e 14º dos estatutos da EDM, conforme se segue:

Ao Conselho de Administração compete:

- a. Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos e operações relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;
- b. Celebrar contratos de prestação de serviços técnicos de administração e gestão com outras sociedades em que a sociedade detenha participações;
- c. Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- d. Adquirir, vender ou, por qualquer forma, alienar ou onerar direitos, nomeadamente os incidentes sobre participações sociais e bens imóveis, nos termos previstos na lei e com respeito do disposto na alínea e) do número 1 do artigo 9º;
- e. Estabelecer a organização técnico-administrativa da sociedade e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre pessoal e sua remuneração;
- f. Constituir mandatários, com os poderes que julgue convenientes;

- g. Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela assembleia geral.

Compete especialmente ao presidente do Conselho de Administração:

- a. Representar o conselho em juízo e fora dele;
- b. Coordenar a atividade do conselho e convocar e presidir às respetivas reuniões;
- c. Exercer voto de qualidade;
- d. Zelar pela correta execução das deliberações do conselho.

2. Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão.

De acordo com o disposto nos estatutos, artigo 12º nº 2, as vagas ou impedimentos que ocorram no conselho de administração serão preenchidos por nomeação do próprio conselho até que em assembleia geral se proceda à competente eleição.

Dado que a EDM é uma empresa cujo capital é detido na totalidade pelo Estado Português os membros dos órgãos sociais são todos indicados pelo Acionista único.

3. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Os membros do Conselho de Administração para o triénio 2013-2015 foram eleitos através da Deliberação Social Unânime por Escrito tomada pelo Acionista em 19 de julho de 2013, com a nomeação do Presidente e Vice-Presidente e posteriormente a nomeação do Vogal por Deliberação Social Unânime por Escrito de 27 de março de 2014:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2013-2015	Presidente	Carlos Augusto Amaro Caxaria	DUE 19.07.2013	-	
2013-2015	Vice-Presidente	Ricardo Amaral e Belino Pinto	DUE 19.07.2013	-	
2013-2015	Vogal	Jorge Manuel Ferreira Carvalh	DUE 27.03.2014	-	

4. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.

Os membros do Conselho de Administração são atualmente todos executivos e não se encontram associados a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontram em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

5. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos.

Presidente do Conselho de Administração

Carlos Augusto Amaro Caxaria

Data de nascimento – 4 de abril de 1953

Nacionalidade – Portuguesa

Habilitações Académicas

Licenciatura em Engenharia de Minas, Instituto Superior Técnico,
Universidade Técnica de Lisboa

Experiência Profissional

- Maio 2004 - Julho 2013 – Subdiretor Geral – Direção Geral de Energia e Geologia Energia
- Novembro 2001 - Março 2004 – Vice-Presidente do Instituto Geológico e Mineiro
- 1991 - 2001 – Responsável Departamento de Recursos Geológicos da Direção Regional de Economia da região de Lisboa e Vale do Tejo
- 1990 - 1991 – Responsável do Departamento da região de Lisboa da Direção Geral de Geologia e Minas
- 1980 - 1990 – Técnico Superior Engenheiro de Minas – Direção Geral de Geologia e Minas

Outras funções e atividades exercidas

- Presidente da Secção de Minas da Ordem dos Engenheiros
- Responsável pela delegação de Portugal como país líder da União Europeia no “Mining Group” da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2010-2011)
- Membro de comités executivos e científicos de vários congressos europeus e simpósios internacionais
- Colaboração em vários grupos de trabalho relacionados com diversas diretivas da União Europeia

- Autor e/ou coautor de vários artigos em congressos, simpósios e revistas técnicas
- Responsável por várias publicações relativas à promoção dos recursos geológicos

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Ricardo Amaral e Belino Pinto

Data de nascimento - 05 de Fevereiro 1978

Nacionalidade – Portuguesa

Estado Civil: Casado e dois filhos

Educação e formação:

- Curso executivo - "Geophysics for everyone" - PDAC, Toronto (Canadá) - Março 2012
- The Lisbon MBA International (Full time) – Universidade Católica Portuguesa | Universidade Nova de Lisboa | MIT Sloan Management, Lisboa/Boston - Janeiro a Dezembro 2010
- Licenciatura em Engenharia Civil – Instituto Superior Técnico (Lisboa, Portugal) & INSA (Lyon, França) - Setembro 1997 a Julho 2002

Experiência profissional

- Ministério de Economia e Emprego, Lisboa (Portugal) - Julho 2011 a Maio 2013
- Analista - Espirito Santo Capital, BESI – Private Equity – 2010
- Diretor de Produção – Grupo MARTIFER – 2007 a 2009
- Diretor Área de Novos Negócios - GRUPO PROCME - Construção e Manutenção Eletromecânica – 2006 a 2007
- Gestor de Projeto - WALTER TORRE JR (Brasil) / CME BRASIL – 2005 a 2006

- Consultor de Projeto – VIATUNEL PGF – Projetos, Gestão e Fiscalização de Empreendimentos, Lda – 2004 a 2005
- Projetista – VIAPONTE SA

Vogal do Conselho de Administração

Jorge Manuel Ferreira Carvalho

Estado civil: casado, 2 filhas

Naturalidade: Lisboa, 16 de Janeiro de 1962

Habilitações Académicas

- Doutoramento em Geologia Económica e do Ambiente pela Universidade de Lisboa;
- Pós-Graduação em Cartografia Estrutural pela Universidade de Évora;
- Licenciatura em Geologia pela Universidade de Lisboa;

Formação Complementar Relevante

- Análise Exploratória de Dados e Estimção por Krigagem.
- Breve Abordagem à Gestão de Resultados.
- Técnico Especialista en Rocas y Minerales Industriales.
- Short Course in Mineral Deposits: The formation of world-class ore deposits in relation to plate tectonics
- Introduction to the use of GIS for Mineral Exploration Applications

Experiência Profissional

- Prospeção e valorização de recursos minerais (especialização em Rochas Ornamentais), sua integração nos instrumentos de Ordenamento do Território e minimização dos impactos ambientais decorrentes da sua exploração.

Histórico Relevante:

- 2009 – 2014: Membro da Direção da Associação Valorpedra – Cluster da Pedra Natural (COMPETE/SIAC).
- 2010 – 2012: Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação ESTER – Associação para a Formação Tecnológica no Sector das Rochas Ornamentais e Industriais
- 1991 – 2014: Técnico Superior. LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia, IP.
- Prospeção e valorização de recursos em Rocha Ornamentais; Coordenador do Grupo LNEG da "Red Iberoamericana para la aplicación y divulgación de tecnologías limpias enfocadas a la caracterización y aprovechamiento de recursos minerales: Minería del Siglo XXI". Programa CYTED, 2010-2013.
- Membro da "Rede XIII.E – Ordenamento do Território e Recursos Minerais". Programa CYTED, 2002 – 2006.
- Apoio a políticas públicas de ordenamento do território na temática dos recursos geológicos.
- Apoio a políticas públicas de Avaliação de Impacto Ambiental na temática dos recursos minerais.
- Avaliação das Potencialidades em Recursos Minerais Não Metálicos de Timor Leste.
- Coordenador do Núcleo de Prospeção de Rochas Industriais (2001 – 2007).
- 1988 – 1991: EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA.
- Prospeção e pesquisa de minérios de ouro, Valongo, Consórcio Baixo-Douro (EDM – BRGM)
- Prospeção e pesquisa de sulfuretos polimetálicos, Aljustrel, Consórcio Faixa Piritosa (EDM – Anglo American plc).

Trabalhos publicados

- 46 publicações em revistas e capítulos de livros, nacionais e internacionais; 55 Comunicações em congressos nacionais e internacionais.
- Títulos mais relevantes:
 - Carvalho, J.M.F.; Lisboa, J.V.; Casal Moura, A.; Carvalho, C.; Sousa, L.M.O. & Leite, M.R. 2013. Evaluation of the Portuguese Ornamental Stone Resources. Key Engineering Materials Vol. 548, pp. 3-9.
 - Carvalho, J. M. F. Carvalho, Cristina I.; Lisboa, J. V.; Casal Moura, A. & Leite, M. M. 2013. Portuguese Ornamental Stones. Geonovas, 26, pp. 15-22.
 - Carvalho, J.M.F., 2012. Rochas Ornamentais do Maciço Calcário Estremenho: Breve Caracterização dos Recursos, dos Centros de Produção e Delimitação Preliminar de Áreas Potenciais. Boletim de Minas, Vol. 47, nº 1, pp. 5-26.
 - Carvalho, J.M.F. & Lisboa, J.V. 2012. Ordenamento da Actividade Mineira num Sítio da Rede Natura 2000 in Edgar Berrezueta Alvarado y Maria José Domínguez-Cuesta (eds); Técnicas Aplicadas a la Caracterización y Aprovechamiento de Recursos Geológico-Mineros, Vol. III: Interacción con la Sociedad. Red Minería XXI, CYTED, IGME, pp. 47-60.
 - Carvalho, J.M.F., 2011. Prospeção de Rochas Ornamentais. Portugal Mineral, nº 3 – Ed. Especial Indústria Extrativa, pp. 97-103
 - Carvalho, J.M.F. (ed) 2008. Cartografia Temática do Anticlinal - Zona dos Mármore. Edição Cevalor, 36 p.
 - Carvalho, J.M.F.; Henriques, P.; Falé, P. & Luís, G. 2008. Decision criteria for the exploration of ornamental-stone deposits: Application to the marbles of the Portuguese Estremoz Anticline. International Journal of Rock Mechanics & Mining Sciences 45, 1306–1319.

- Carvalho, J. & Lisboa, V. 2005. Construction raw materials in Timor Leste and sustainable development in: Marker, B. R., Petterson, M. G., McEvoy, F. & Stephenson, M. H. (eds) 2005. Sustainable Minerals Operations in the Developing World. Geological Society, London, Special Publications, 250, 161–184.

6. Declaração de cada membro do conselho de administração ao órgão de administração, bem como à IGF, de quaisquer participações que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse

Os membros do conselho de administração no início do mandato (julho 2013) cumpriram com os deveres de informação aplicáveis na matéria, nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, apresentando as declarações de rendimentos e de incompatibilidades no Tribunal Constitucional e na Procuradoria-Geral da República.

7. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Não aplicável¹.

¹ A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente e, quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se

8. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

Nos termos dos artigos 14º e 15º dos estatutos da EDM, compete especialmente ao presidente do Conselho de Administração:

- a. Representar o conselho em juízo e fora dele;
- b. Coordenar a atividade do conselho e convocar e presidir às respetivas reuniões;
- c. Exercer voto de qualidade;
- d. Zelar pela correta execução das deliberações do conselho.

Nas suas faltas ou impedimentos o presidente será substituído pelo vice-presidente e, na falta ou impedimento de ambos, pelo administrador que aquele designar.

O Conselho de Administração apresenta as seguintes atribuições nos termos dos estatutos:

- O conselho de administração deve fixar as datas ou a periodicidade das suas reuniões ordinárias e reúne-se extraordinariamente sempre que seja convocado pelo respetivo presidente, por sua iniciativa ou a requerimento de dois administradores ou do fiscal único.
- O conselho de administração só poderá deliberar estando presentes ou representados a maioria dos seus membros, sendo as suas deliberações tomadas por maioria dos votos expressos.

independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontrem alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

- Os administradores podem fazer-se representar nas reuniões por outro membro do conselho de administração, designado por simples carta mandadeira dirigida a quem presidir à reunião.
- Os administradores que não possam estar presentes à reunião poderão, em casos de deliberações consideradas urgentes pelo presidente do conselho de administração, expressar o seu voto por carta a este dirigida.
- As deliberações do conselho de administração constarão sempre de ata, que consignará os votos de vencido.

No entanto estão ainda definidas internamente as respetivas competências específicas nas áreas de atuação operacional, administrativa e financeira da empresa:

Conselho de Administração - Competências

Presidente – Carlos Augusto Amaro Caxaria

Estratégia e Coordenação Gerais;
Representação Institucional;
EDMI;
Comunicação;
Cumprimento de Deliberações.

Vice-Presidente- Ricardo do Amaral e Belino Pinto

Gestão Administrativa, Financeira e Recursos Humanos;
Gestão da Área Técnico-Ambiental e da Concessão de Minas Abandonadas;
Gestão de “Joint-Ventures”;
Substituição do Presidente;
Relações Institucionais na Vertente Ambiental.

L JMF
RA

Vogal - Jorge Manuel Ferreira de Carvalho

Gestão da Área de Valorização e Promoção de Recursos Minerais;

Projetos de Investigação;

Relações Institucionais na Vertente dos Recursos Minerais.

Delegação de Competências – Norma Interna

Competência	Delegação
Relações Institucionais e documentação oficial	Presidente do CA ou, no seu impedimento, Vice-Presidente.
Assuntos não correntes e, em particular, que obriguem a empresa	2 Administradores
Assuntos correntes ou de rotina	1 Administrador ou Diretor competente
Projetos de Investimento <ul style="list-style-type: none">- No âmbito da Concessão de Recuperação Ambiental - Aprovação inicial de projetos de candidaturas e respetivos orçamentos- Recursos Minerais - Aprovação inicial de projetos e respetivos orçamentos- Outros projetos - Aprovação inicial de projetos e respetivos orçamentos	Conselho de Administração Conselho de Administração Conselho de Administração

<p>Recuperação ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> - Início de Procedimentos – Decisão de contratar e decisão de autorização da despesa - No âmbito da Concessão e associados a ações integradas em candidaturas ou projetos previamente aprovados em CA <p>Recursos Minerais</p> <ul style="list-style-type: none"> - Início de Procedimentos – Decisão de contratar e decisão de autorização da despesa - No âmbito de Projetos de Recursos Minerais 	<p>Presidente do CA + 1 Administrador ou 2 Administradores</p> <p>Presidente do CA + 1 Administrador ou 2 Administradores</p> <p>Presidente do CA + 1 Administrador ou 2 Administradores</p> <p>Presidente do CA + 1 Administrador</p>
<p>No âmbito do Protocolo com a DGEG</p> <ul style="list-style-type: none"> - Outros projetos, previamente aprovados em CA 	<p>Presidente do CA + 1 Administrador ou 2 Administradores</p>

9. Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo:

a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas.

Durante o exercício de 2014 foram realizadas 14 reuniões do Conselho de Administração nas quais estiveram presentes todos os membros do Conselho que nas respectivas datas se encontravam em funções.

b) Indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes

exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Os membros do Conselho de Administração da EDM são também membros do Conselho de Administração da EDMI, única empresa participada, exercendo os cargos em acumulação de funções.

A duração do mandato na EDMI é de 3 anos.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2013-2015	Presidente	Carlos Augusto Amaro Caxaria	DUE 29.07.2013	-	
2013-2015	Vogal	Ricardo Amaral e Belino Pinto	DUE 29.07.2013	-	
2013-2015	Vogal	Jorge Manuel Ferreira Carvalh	DUE 03.11.2014	-	

c) Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos.

Nos termos do nº 17 da RCM nº 49/2007, de 28 de março o ROC emite parecer sobre o desempenho dos administradores, relativamente ao exercício em apreço.

d) Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

Não aplicável.

C. Fiscalização

1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da

Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

O órgão de fiscalização na EDM reveste a modalidade de Fiscal Único e o mandato tem a duração de 3 anos.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da atual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2013-2015	Fiscal Único	RSMI, SROC	D.U.E.	2	2007-2009;2010-2012

- ROC Efetivo - RSM - Patrício, Moreira, Valente & Associados - SROC, inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 21 e na CMVM sob o nº 196. A RSMI é representada pelo Dr. Joaquim Patrício da Silva, ROC nº 320. O ROC Suplente – Dr. José Carlos Nogueira Faria Matos, ROC nº1034.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€) ⁽¹⁾	Bruto (€) ⁽²⁾
2013-2015	FU	RSM	12.360	12.360

Legenda: (1) - Valor Bruto Anual fixado; (2) - Antes de reduções remuneratórias

- 2. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se**

considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 Código das Sociedades Comerciais (CSC).

- ROC Efetivo – “RSM - Patrício, Moreira, Valente & Associados”, SROC, representada por Dr. Joaquim Patrício da Silva
- ROC Suplente – Dr. José Carlos Nogueira Faria Matos

3. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos.

RSM - Patrício, Moreira, Valente & Associados - SROC, está inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas, desde 1981, sob o nº 21 e desde 1993, na CMVM, sob o nº 196.

Atividade Profissional

É membro em Portugal, desde 1990, do Grupo RSM International, ocupando o 7º lugar do ranking mundial das empresas de auditoria e consultoria. Na sua carteira de clientes encontram-se representadas todas as atividades empresariais: reparação naval, construção civil, distribuição, farmacêutico, telecomunicações, agricultura, corticeira, plásticos, saúde, financeira, seguradora, formação, energia, rent-a-car, hotelaria, química, serviços em geral e, também associações e cooperativas.

4. Funcionamento do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, consoante aplicável:

a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro.

Não aplicável.

b) Indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Não aplicável.

c) Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

O ROC deve intervir na contratação do auditor externo.

Ainda não teve aplicabilidade.

d) Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Não aplicável.

D. Revisor Oficial de Contas (ROC)

- 1. Identificação do ROC, SROC respetivos números de inscrição na OROC e CMVM, caso aplicável, e do sócio ROC, efetivo e suplente, que o representa e indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato**

2 J
RA

durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou).

Mandato 2013-2015

Efetivo – RSM - Patrício, Moreira, Valente & Associados - SROC, representada por Patrício da Silva, ROC nº 320. A sociedade está inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas, desde 1981, sob o nº 21 e desde 1993, na CMVM, sob o nº 196

ROC Suplente – José Carlos Nogueira Faria Matos, ROC nº 1034

O ROC exerce funções na EDM desde 14 de maio de 2007.

2. Indicação das limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta contas à sociedade.

O ROC da sociedade é indicado pelo Estado, Acionista único da sociedade.

3. Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta sociedade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€) ⁽¹⁾	Bruto (€) ⁽²⁾
2013-2015	FU	RSM	12.360	12.360

Legenda: (1) - Valor Bruto Anual fixado; (2) - Antes de reduções remuneratórias

O ROC exerce funções na EDM desde 14 de maio de 2007.

4. Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável.

Em 2014 foram prestados serviços de revisão/verificação contabilística com vista a eventual participação da EDM num projeto de prospeção (Numão).

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€) ⁽¹⁾	Bruto (€) ⁽²⁾
2013-2015		RSM	3.800	3.800

Legenda: (1) - Valor Bruto Anual fixado; (2) - Antes de reduções remuneratórias

E. Auditor Externo

1. Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim como a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

O auditor externo é a BDO & Associados, SROC, LDA inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o nº 29 e na CMVM com o nº 1122. O ROC que acompanhou a EDM no exercício de 2013 foi Dr. João Oliveira, ROC nº 873.

- 2. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.**

O sócio ROC que representou o auditor externo foi o Sr. Dr. Rui Caseirão.

- 3. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.**

Não houve contratação de outros serviços nem para a EDM nem para a empresa participada, EDMI.

- 4. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços:**

Valor dos serviços de revisão de contas	[€16.440,00]	[100%]
Valor dos serviços de consultoria fiscal	[€ 0,00]	[%]
Valor de outros serviços que não revisão de contas	[€ 0,00]	[%]
Total pago pela empresa à SROC	[€16.440,00]	[100%]
Valor dos serviços de revisão de contas	[€0,00]	[%]
Valor dos serviços de consultoria fiscal	[€0,00]	[%]
Valor de outros serviços que não revisão de contas	[€0,00]	[%]
Total pago pelas entidades do Grupo à SROC	[€0,00]	[100%]

R
for
PAR

V. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

1. Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis

Os estatutos são alterados de acordo com a lei e/ou com as deliberações do acionista.

2. Comunicação de irregularidades - meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

A EDM baseia o exercício da sua atividade em princípios fundamentais como a lealdade, correção, honestidade, transparência e integridade, com pleno respeito pela Lei e pelas melhores práticas internacionais, tendo desenvolvido mecanismos que asseguram a aplicação destes princípios e destas boas práticas de gestão na empresa e sua participada.

Entre as medidas adotadas encontram-se as que atuam ao nível da prevenção de atos incorretos ou irregulares como o Código de Ética e o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção.

A EDM estabeleceu um procedimento afeto à comunicação de irregularidades que tem como objetivo a resposta às irregularidades que lhes venham a ser relatadas e que estabelece um conjunto de regras e procedimentos internos que constituem o sistema de receção, processamento e tratamento das comunicações de Irregularidades ocorridas no seio da EDM apresentadas pelos interessados, e posteriores procedimentos de deteção das irregularidades pelas entidades competentes e sua sanção.

Consideram-se “irregularidades” todos os atos ou omissões, dolosos ou gravemente negligentes, que sejam imputados à conduta de colaboradores da EDM ou empresas participadas no exercício dos seus

R Jy
RA

cargos profissionais, que violem: i) a legislação, normas ou regulamentos vigentes; ii) o Código de Ética e do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção; iii) as boas práticas de gestão; em todos os casos por referência aos domínios da contabilidade, controlos contabilísticos internos, auditoria, luta contra a corrupção e o crime financeiro.

Em conformidade com a alínea j) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, faz parte das competências do Fiscal Único, enquanto órgão responsável pela fiscalização da Sociedade, receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outras entidades, assim como registar, por escrito, as denúncias recebidas, bem como todas as verificações, fiscalizações e diligências feitas e os procedimentos definidos com vista à regularização das irregularidades detetadas.

3. Indicação das políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção da fraude organizacional.

A EDM tem um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção que está disponível no site da empresa. Encontra-se em elaboração para a respetiva publicação do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências, sendo de registar que não se verificaram qualquer tipo de ocorrências em 2014.

R. Jr
R.A.P.

B. Controlo interno e gestão de riscos

- 1. Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes pela empresa).**

A política e a gestão dos riscos da EDM e participadas desenvolvem-se através de um modelo funcional de controlo transversal entre as Áreas Técnicas, a Direção Financeira e o Conselho de Administração.

Os procedimentos internos adotados relativos ao controlo interno, nomeadamente à verificação, conferência, aprovação dos documentos de despesa e respetivo pagamento têm-se revelado adequados à dimensão da Empresa e ao fim a que se destinam. As operações são devidamente autorizadas e registadas nas contas da sociedade. O Fiscal Único e os Auditores externos procedem, trimestralmente, à verificação de procedimentos e à revisão das contas.

A empresa ainda é auditada também pelas entidades financiadoras, ou por entidades por aquelas designadas, relativamente aos projetos de recuperação ambiental.

- 2. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida.**

Dada a pequena dimensão da empresa não existe auditoria interna. Os procedimentos de controlo interno estabelecidos consideram-se adequados à dimensão da EDM.

3. Em caso de existência de Plano estratégico e de política de risco da sociedade, deve incluir a definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificar as principais medidas adotadas.

Os principais níveis de risco definidos encontram-se ajustados em face da dimensão da empresa. Assim definiram-se três níveis de risco e respetivas medidas a adotar discriminadas em impacto e grau de probabilidade de ocorrência.

Impacto:

- Risco fraco – o risco tem um efeito insignificante na reputação da empresa e na sua capacidade de cumprir os seus objetivos - Monitorizar;
- Risco moderado – o risco pode produzir um efeito significativo na reputação da empresa e na sua capacidade de cumprir os seus objetivos - Monitorizar e otimizar controlos;
- Risco grave – o risco é suscetível de ameaçar a estabilidade da empresa e a realização dos seus objetivos, causando prejuízos financeiros - Responder ao risco

Grau de probabilidade de ocorrência:

- Elevado – é expectável que o risco ocorra ou venha a decorrer no decurso da atividade normal da EDM - Responder ao risco;
- Moderado – o risco poderá ocorrer no futuro em alguma fase da atividade da EDM - Monitorizar e otimizar controlos;
- Fraco – o risco poderá ocorrer em circunstâncias excecionais – Monitorizar;

4. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

Não existem comissões da sociedade. As áreas funcionais estão dependentes do Conselho de Administração:

- Área Administrativa e Financeira
- Área Técnica e Ambiental
- Área Recursos Minerais

5. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Não aplicável.

6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

Os principais tipos de riscos inerentes à atividade da EDM são os seguintes:

Riscos Financeiros:

- Garantia da totalidade do financiamento da concessão de recuperação ambiental em que a EDM é concessionária e executa as atividades por conta do Concedente que é o Estado Português. O financiamento assenta na apresentação de candidaturas a fundos comunitários que financiam parte das despesas elegíveis. A contrapartida nacional destas despesas e das despesas não elegíveis tem que ser assegurada pelo Estado Português. A EDM como adianta o capital necessário à execução dos trabalhos e posteriormente apresenta os pedidos de reembolso.

Riscos Operacionais:

- Cumprimento de prazos de execução dos projetos de recuperação ambiental motivados por impugnações e reclamações no âmbito da contratação pública;
- Riscos inerentes ao desenvolvimento de atividades de prospeção e pesquisa de recursos minerais.

Riscos económicos:

- Risco de mercado associado à valorização do urânio.

Riscos jurídicos

- Aquisição de bens e serviços;
- Gestão da Informação;

7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.

A Gestão de Riscos é promovida em primeira instância pelo Conselho de Administração em articulação com a Direção Financeira e com as áreas técnicas, de forma a identificar, avaliar e gerir as incertezas e ameaças que possam afetar a prossecução e cumprimento de objetivos estratégicos.

O Conselho de Administração, em articulação com a Direção Financeira e áreas técnicas, identifica os principais riscos que afetam a empresa, conforme anteriormente descrito, define os intervenientes que irão efetuar a monitorização dos riscos identificados e decide a forma de atuação e priorização de ações de mitigação.

8. Principais elementos do SCl e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

A EDM tem um acionista único que é o Estado Português. A informação financeira é divulgada na base de dados SIRIEF (Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira). Mensalmente são carregados no SIRIEF, os mapas relativos a Gastos Gerais, Fluxos de Caixa, Previsão de Tesouraria Ajustada, Prazo Médio de Pagamentos e Saldo das Dívidas. Trimestralmente são carregados Balanços, Demonstração de Resultados por Naturezas, Demonstração de Resultados por Funções, Investimentos. Também trimestralmente é carregada informação relativa ao Pessoal no SIOE (Sistema de Informação da Organização do Estado). O auditor externo efetua um acompanhamento permanente e emite relatórios trimestrais certificando desta forma a precisão e o detalhe da informação financeira divulgada.

A divulgação pública de informação financeira anual é feita no site da Empresa através dos documentos de prestação de contas após aprovação do Acionista. No sítio da DGTF na internet também consta informação financeira e é também divulgada ao INE através dos Inquéritos a que a Empresa está vinculada.

Dada a dimensão da EDM, a não existência de financiamentos e de produtos financeiros colocados no mercado (obrigações, papel comercial, operações sobre derivados e outras), não se afigura necessário a implementação dum processo de controlo interno de divulgação de informação de carácter financeiro.

C. Regulamentos e Códigos

1. Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade está legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação onde este se encontra disponível para consulta

A EDM, na sua qualidade de empresa do Setor Empresarial do Estado, está sujeita aos diversos procedimentos em vigor para este setor, nomeadamente o dever de informação à Direção-Geral do Tesouro e Finanças e à Inspeção-Geral de Finanças.

Internamente, existem regulamentos relativos à estrutura orgânica, delegação de competências, plano de pensões, despesas de saúde, assiduidade, seguro de vida.

No que se refere ao “Contrato de concessão do exercício da atividade de recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas”, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 93/2001, de 9 de agosto, e renovado por mais 4 anos pela RCM nº62/2011, de 15 de dezembro, a empresa tem as obrigações nele estipuladas.

Os regulamentos internos e normas são divulgados pelos trabalhadores. Alguns estão colocados no site da empresa, www.edm.pt.

2. Referência à existência ou aderência de códigos de conduta e de um Código de Ética com a data da última atualização, em que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como a sua divulgação junto dos seus colaboradores, clientes, fornecedores e a forma como é efetuada. Informação sobre as medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de

Handwritten initials: e jr RAP

interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa (artigo 47.º DL 133/2013).

O Código de Ética, aprovado em 2006, aplica-se a todos os colaboradores de modo a garantir um conjunto de normas éticas, sendo de salientar os seguintes aspetos:

- Atuação pautada por princípios de igualdade, integridade e dignidade;
- Garantia do respeito pelos direitos humanos;
- Cumprimento de determinadas regras no relacionamento com fornecedores e entidades terceiras.

Este Código está disponível em www.edm.pt

3. Planos de Ação para prevenir fraudes internas e externas assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências (vide alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro). Indicação do local no sítio da empresa onde se encontra publicitado o respetivo relatório (vide artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013).

A EDM tem elaborado e implementado na empresa um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção ajustado à sua dimensão e que está disponível no site da empresa para consulta pública, bem como na intranet da empresa, com o objetivo de dotar todos os colaboradores do conhecimento dos riscos que afetam as atividades principais da empresa, de modo a que melhor possam contribuir, no âmbito das suas funções,

para a sua mitigação. Encontra-se ainda em elaboração para a respetiva publicação do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências, sendo de registar que não se verificaram qualquer tipo de ocorrências em 2014.

Este plano é uma ferramenta essencial para o aperfeiçoamento dos processos de gestão da empresa. Neste, são identificados os riscos que afetam as atividades desenvolvidas na organização, é definida a sua criticidade e grau de probabilidade de ocorrência e são estabelecidas as medidas a implementar para eliminar ou minimizar os seus efeitos.

De realçar que a EDM no âmbito da sua atividade principal de recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas aplica obrigatoriamente os procedimentos que constam do Código da Contratação Pública de acordo com as exigências e indicações das entidades financiadoras e Tribunal de Contas.

D. Deveres especiais de informação

A EDM presta informação através da plataforma SIRIEF da DGTF, bem como do SIOE e também através do Webinq do INE. A informação prestada é a seguinte:

- Responsabilidades contingentes (prestação de garantias financeiras) - SIRIEF
- Planos de atividade e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e de financiamento - SIRIEF;
- Orçamento anual e plurianual -- SIRIEF
- Documentos anuais de prestação de contas - SIRIEF
- Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do Fiscal único - SIRIEF
- Contas trimestrais - SIRIEF - Mapas de tesouraria real e ajustada – SIRIEF

- Gastos gerais - SIRIEF
- Convocatória e Deliberações do Acionista - SIRIEF
- N° Trabalhadores e remunerações – SIOE
- Entradas e saídas de trabalhadores, qualificações, grupos etários - SIOE

A EDM disponibiliza informação sobre os projetos que desenvolve no sítio da internet www.edm.pt.

E. Sítio de Internet

Indicação do endereço e divulgação da informação disponibilizada, designadamente.

- a) Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC;
www.edm.pt
- b) Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões;
www.edm.pt e www.dgtf.pt
- c) Identificação dos titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários;
www.edm.pt e www.dgtf.pt
- d) Documentos de prestação de contas anuais e caso aplicável, as semestrais
www.edm.pt
- e) Plano de Atividades e Orçamento
www.edm.pt

F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral

1. A EDM atua como operador sectorial de referência na vertente ambiental, assumindo, como concessionária em regime exclusivo, um papel de relevo na elaboração e condução de projetos de recuperação

- ambiental de zonas degradadas por antigas explorações mineiras. Assim a prestação de serviço público efetua-se através de uma Concessão em regime de exclusividade, atribuída pelo Governo Português do serviço tido por público, para a “Recuperação de Áreas Mineiras Abandonadas”, à EXMIN - Companhia de Indústria e Serviços Mineiros e Ambientais, S.A., por Decreto-Lei nº 198-A/2001 sendo tal atividade atualmente exercida pela EDM após incorporação por fusão daquela sua ex-participada, em Setembro de 2005. O contrato de concessão celebrado em 5 de setembro de 2001 por um período de 10 anos, viria, por resolução do Conselho de Ministros nº 62 de 2011, a ser renovado em 22 de dezembro daquele ano, por um período de 4 anos, reafirmando assim o Governo Português o interesse no prosseguimento daquele Plano de Recuperação.
2. Não foram apresentadas nenhuma novas propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e à tutela setorial uma vez que ainda se encontra a decorrer o prazo da referida concessão. No entanto durante o presente ano vai ser apresentado nova proposta para prorrogação do referido contrato de concessão para prolongar o seu prazo de vigência em consonância com o novo quadro comunitário de apoio 2020.

Relativamente à forma de prestação do serviço público a mesma encontra enquadramento no Decreto-Lei nº 198-A/2001 que define a tipologia das ações a desenvolver e o respetivo âmbito, complementada pelo consequente contrato de concessão assinado. De acordo com o referido contrato de concessão, as fontes de financiamento da concessão são constituídas por participações e subsídios atribuídos à concessionária por quaisquer entidades (públicas ou privadas, nacionais ou comunitárias) e por quaisquer outras receitas que lhe sejam devidas por lei, contrato ou a qualquer título. Neste contexto, a atividade da concessão e o modo como foi organizada desde o início, passaram a ser enquadrados pelas disposições associadas aos Programas Operacionais do Ambiente e da Economia. Nessa

conformidade as despesas referentes ao cumprimento do objeto da concessão relativas à realização de estudos, de projetos e obras de reabilitação e de monitorização ambiental, desde que consideradas elegíveis no âmbito dos regulamentos das medidas dos Programas Operacionais da Economia e Ambiente, no âmbito do QCA III, foram suportadas por fundos comunitários (FEDER e Componente Nacional). Por sua vez, a componente nacional e as despesas consideradas não elegíveis foram suportadas neste período pelos Institutos do Ambiente (IA), Nacional dos Resíduos (INR) e de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI). Com a entrada em vigor, em 2007, do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), o desenvolvimento das atuações ficou subordinado ao montante de 45 milhões de euros do Fundo de Coesão atribuídos pelo POVT-Eixo III. A correspondente componente nacional e as despesas não elegíveis destes projetos foram suportados numa fase inicial apenas pelo IAPMEI, através de inscrição no seu orçamento do projeto PIDDAC “Recuperação Ambiental de Áreas Mineiras Degradadas” e com verbas ajustadas à sua dotação orçamental, sendo que após 2011 deixaram de inscrever a respetiva rubrica no seu orçamento. Refira-se a este propósito que a EDM é credora do IAPMEI em cerca de 1.13 milhões de euros.

A celebração em 2007 de um protocolo de cooperação entre a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) e a EDM permitiu compensar o financiamento que deveria ter vindo do IAPMEI para este período e, após 2010, garantir por si só a viabilidade desta atividade através da garantia de financiamento da componente nacional e das despesas não elegíveis correspondentes. As verbas provenientes deste protocolo são variáveis anualmente pelo que a EDM não tem a garantia do seu valor de forma regular ao longo da sua atividade neste âmbito.

VI. Remunerações

A. Competência para a Determinação

1. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou Administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

A competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais é do Acionista.

Os diplomas que regem esta matéria são o Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, que aprovou o Estatuto do Gestor Público (EGP), da Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 9 de fevereiro, e da Resolução do Conselho de Ministros nº 36/2012, de 15 de março.

Remuneração dos membros dos órgãos sociais	[Assembleia Geral]
-----------------------------------------------	--------------------

2. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesse entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas

Os procedimentos internos adotados relativos à verificação, conferência, aprovação dos documentos de despesa e respetivo pagamento têm-se revelado adequados à dimensão da Empresa e ao fim a que se destinam. As operações são devidamente autorizadas e registadas nas contas da sociedade. O Fiscal Único e os Auditores externos procedem, trimestralmente, à verificação de procedimentos e à revisão das contas.

Os mecanismos adotados encontram-se expressos no Código de Ética e no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, oportunamente, aprovados pela EDM e divulgados no seu site (www.edm.pt), e nas normas a que os membros dos órgãos sociais se encontram obrigados.

De acordo com as recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção, a EDM aprovou um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção que se encontra também disponível no site da Empresa.

3. Apresentação de declaração dos membros do conselho de administração

Declarações em anexo

B. Comissão de Fixação de Remunerações

Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio.

Não existe Comissão de Fixação de Remunerações.

C. Estrutura das Remunerações

1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.

Em 19 de julho de 2013 através da Deliberação Social Unânime por Escrito tomada pelo Acionista nessa data, a qual também nomeou o novo Conselho de Administração, o Acionista procedeu à fixação das remunerações dos membros do Conselho de Administração nos termos do DL n.º 71/2007, de 27/03, alterado e republicado pelo DL n.º 8/2012,

R
J
SA

de 18/01, que aprovou o Estatuto do Gestor Público (EGP), da RCM n.º 16/2012, de 9/02, e da RCM n.º 36/2012, de 15/03, que se transcreve:

“Presidente:

Valor mensal ilíquido: €4.578,20, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de €1.831,28, pago 12 vezes por ano;

Vice-Presidente:

Valor mensal ilíquido: €4.120,38, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de €1.648,15, pago 12 vezes por ano;

Vogal:

Valor mensal ilíquido: € 3.662,56, pago 14 vezes por ano, acrescido de 40% a título de abono mensal para despesas de representação, no montante de € 1.465,02 pago 12 vezes por ano.

Os membros do Conselho de Administração auferem ainda as seguintes regalias ou benefícios remuneratórios:

- a) Benefícios sociais de aplicação generalizada a todos os trabalhadores da empresa;
- b) O valor mensal de combustível e portagens afeto às viaturas de serviço é de um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação fixadas, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 33.º do EGP;
- c) Abono para despesas com comunicações, onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet, cujo valor máximo global mensal não pode exceder €80,00 , nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 32.º do EGP;
- d) Durante o período de execução do PAEF não podem ser atribuídos prémios de gestão, de acordo com o disposto no artigo 4.º do DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro e com o n.º 4 da RCM n.º 36/2012, de 26 de março.

Aos membros do Conselho de Administração não é permitida:

- a) A atribuição de subsídio de refeição de valor superior ao fixado na Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 1458/2009, de 31 de dezembro, conforme o previsto no n.º 1 do artigo 39.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;
- b) A utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público; e
- c) O reembolso de quaisquer despesas que possam ser consideradas como despesas de representação pessoal nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público.

Estes valores são ilíquidos, sendo-lhes aplicáveis as reduções previstas no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, no n.º 1 e na alínea o) do n.º 9 do artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, bem como outras reduções que vierem legalmente a ser determinadas.”

Relativamente à Fiscalização a Deliberação Social Unânime por Escrito de 19 de julho de 2013 estabeleceu que:

“A remuneração anual ilíquida do Fiscal Único efetivo será a constante do contrato de prestação de serviços a celebrar entre o conselho de administração desta entidade e o respetivo Fiscal Único, com o limite máximo equivalente a 22,5% da quantia correspondente a 12 meses da remuneração global mensal ilíquida atribuída, nos termos legais, ao Presidente do Conselho de Administração de acordo com o estabelecido nos artigos 59.º e 60.º dos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.”

Os valores fixados são ilíquidos, sendo-lhes aplicável a redução prevista no n.º 1 e na alínea o) do n.º 9 do artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, bem como outras reduções que vierem legalmente a ser determinadas.”

- 2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade.**

Não aplicável.

- 3. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.**

Não existe componente variável.

- 4. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.**

Não existe componente variável.

- 5. Parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio.**

Não foram celebrados contratos de gestão.

- 6. Regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.**

Os Administradores executivos eleitos para um segundo mandato estavam abrangidos pelo Regulamento do Complemento de Pensões de Reforma existente na empresa, tendo essa situação cessado em maio de

2007, de acordo com o Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, que no artigo 34º referia que os administradores gozam dos benefícios sociais conferidos aos trabalhadores com exceção dos respeitantes a planos complementares de reforma. Não foram feitas quaisquer contribuições posteriormente e não foram admitidos novos administradores.

D. Divulgação das Remunerações

1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser remetida para ponto do relatório onde já conste esta informação.

No Relatório de Gestão e Contas de 2014, no ponto Governo da Sociedade são divulgadas as remunerações pagas aos membros do órgão de administração da sociedade.

Não existe componente variável.

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Variável	Fixa **	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor após Reduções (3) = (1)-(2)
Carlos A Caxaria	n.a.	86.070,16	86.070	10.584	75.486
Ricardo A Pinto	n.a.	77.463,12	77.463	9.525	67.938
Jorge F Carvalho	n.a.	54.157,02	54.157	6.600	47.557

Nota: Redução de anos anteriores: refere a remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a nos anteriores

* Indicar os motivos subjacentes a este procedimento

** Incluir a remuneração + despesas de representação (sem reduções)

2. Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeita a um domínio comum.

Em 2014 não foram pagas pela EDMI quaisquer remunerações.

3. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

Não foram atribuídos nem pagos prémios nem participação nos lucros.

4. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não aplicável.

5. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual	
			Fixada (€) ⁽¹⁾	Bruto (€) ⁽²⁾
2013-2015	FU	RSM	12.360	12.360

Legenda: (1) - Valor Bruto Anual fixado; (2) - Antes de reduções remuneratórias

Handwritten signatures and initials in blue ink.

6. Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Estatuto Remuneratório Fixado (€) ⁽¹⁾	Remuneração Anual (€)		
				Bruta ⁽²⁾	Reduções (Lei OE)	Bruta após Reduções
2013-2015	President	Teresa Flor Morais	500	1000	60	940
2013-2015	Secretária	Maria Manuela Salvador	350	700	42	658

Legenda: (1) - Valor da Senha de presença fixada; (2) Antes de reduções remuneratórias

VII. Transações com partes Relacionadas e Outras

1. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

No exercício de 2014, a EDM não realizou qualquer negócio ou operação com empresas participadas que se possam considerar relevantes em termos económicos.

2. Informação sobre outras transações:

a) Identificação dos procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços;

No âmbito dos processos formalmente administrativos como os projetos de recuperação ambiental a empresa seguiu os procedimentos relativos à legislação sobre contratação pública, os quais a partir de 29 de julho de 2008 seguem o disposto no Código dos Contratos Públicos.

Nas outras aquisições de bens e serviços os procedimentos adotados variam conforme a relevância e o montante das aquisições, sendo usadas quer a adjudicação precedida de consulta prévia, quer o ajuste direto

simplificado ou por convite. Foi decidida a adesão aos serviços centralizados da ESPAP.

b) Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado;

As transações ocorridas verificaram-se em condições de mercado.

c) Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (superior a 1 M€).

Em 2014 registaram-se transações superiores a 1 milhão de euros, associadas a empreitadas relativas aos projetos, com a entidade FR3E – Energia e Novas Oportunidades, Lda, conforme atrás referido.

VIII. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.

- No domínio técnico-ambiental:
 - Prosseguir, no quadro do contrato de concessão, renovado em 21 de agosto de 2012 por um período de mais 4 anos nos termos previstos na RCM nº 62/2011, de 15 de dezembro, as ações de recuperação ambiental das áreas mineiras abandonadas, maximizando o número e montante de candidaturas aos fundos comunitários face aos recursos nacionais afetos;
 - Garantir, em concertação com o Governo Português, a sustentabilidade desta atividade, designadamente ao nível da sua continuidade no futuro quadro comunitário de apoio (horizonte 2014-2020), assim como ao nível da garantia do plano de financiamento da concessão;

e
jr
RA

- Desenvolver as atuações ao nível da segurança em antigas zonas mineiras, de acordo com o plano estabelecido pela DGEG, enquanto entidade com competência na matéria;
 - Promover a valorização e sustentabilidade económica das áreas recuperadas, por via do envolvimento de entidades e associações locais;
 - Desenvolver estudos e prestar serviços nos domínios das geociências, ciências da engenharia e ambiente, bem como cooperar com outras entidades, no país ou no exterior, numa ótica de exportação de serviços.
- No domínio dos Recursos Minerais:
- Promover o reforço da intervenção no aumento do conhecimento do potencial geológico nacional, na fase de prospeção e pesquisa de recursos minerais preferencialmente através da participação em consórcios com empresas nacionais e internacionais;
 - Desenvolver iniciativas na fase de valorização e aproveitamento económico dos recursos minerais, preferencialmente através de consórcios, apostando na avaliação de projetos com potencial identificado e na participação em investimentos com sustentabilidade demonstrada;
 - Estabelecimento de atividades de cooperação preferencial com os países da CPLP nos domínios da prospeção e pesquisa e aproveitamento de recursos;
 - Promoção de programas de formação especializada para a Indústria Extrativa;
 - Participar em ações de promoção e valorização do património geológico-mineiro nacional.

L Jy
RA

- No domínio da estrutura e da organização da empresa:
 - Melhorar a organização reforçando as competências técnicas e as "melhores práticas" de gestão;
 - Identificar, desenvolver e implementar metodologias que permitam a otimização e simplificação do processo de gestão de projetos;
 - Otimizar a gestão dos ativos;
 - Desenvolver uma cultura organizacional orientada para a excelência do desempenho, tendo em atenção as dimensões económica, ambiental, social e ética.

§-“Grau de cumprimento das metas fixadas”

Da confrontação das propostas oportunamente apresentadas e constantes do Plano de atividades e Orçamento para 2014, com os resultados obtidos, conclui-se que, no âmbito estrito das respetivas competências e responsabilidades do Conselho de Administração, os objetivos visados foram alcançados, como se evidencia designadamente pelos valores dos resultados líquidos registados.

Relativamente aos objetivos estratégicos setoriais e organizacionais, a EDM considera que os mesmos estão cumpridos atendendo às disponibilidades financeiras colocadas à disposição da empresa para esse efeito e considerando ainda os prazos estabelecidos para os diversos projetos em curso.

2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade.

A eficiência económica, financeira, social e ambiental tem constituído uma meta da atividade da EDM com vista a garantir a sua sustentabilidade.

Para alcançar este objetivo têm vindo a ser prosseguidas políticas de rigor e contenção na aplicação dos fundos da empresa e de diversificação do seu “core”, cujo enquadramento estratégico se apresenta no ponto relativo a estratégias adotadas.

O seu desenvolvimento em políticas mais detalhadas consta do capítulo VI - Perspetivas futuras deste Relatório e Contas, o qual sintetiza as ações a desenvolver incluídas no Plano e Orçamento para 2015, oportunamente apresentado para aprovação pelos acionistas.

Prevê-se que a EDM reforce o seu posicionamento quer no domínio técnico - ambiental quer no dos recursos minerais, assumindo-se como um centro de competências capaz de aplicar as melhores práticas de remediação ambiental nas áreas mineiras e de mobilizar os agentes internos para uma atuação mais ativa no conhecimento, aproveitamento e valorização dos recursos minerais nacionais.

Especificamente no âmbito da sustentabilidade a EDM tem procurado desenvolver várias iniciativas tais como:

- Igualdade de oportunidades e estabelecimento de políticas de remuneração por categorias profissionais;
- Redução de pegada ambiental pela empresa, nomeadamente ao nível de introdução de medidas de eficiência energética, reciclagem e uso eficiente de recursos;
- Colocação nas peças dos concursos de critérios de seleção de cariz ambiental;
- Cláusulas de salvaguarda de cumprimento de normas ambientais e de segurança;
- Intenção de privilegiar os fatores de emissão de CO2 e consumo na substituição das viaturas;
- Selecionar fornecedores certificados;



- Promover a participação dos trabalhadores em ações de valorização profissional nas vertentes ambiental e mineira tais como, como congressos, workshops, simpósios e jornadas temáticas;
- Fomentar a investigação e a inovação;
- Desenvolvimento de ações que visem a promoção dos serviços e as atividades desenvolvidas pela EDM com o objetivo de angariar novas receitas através da prestação de serviços técnicos nestas vertentes;

3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

a) Responsabilidade social – Política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores.

- **Responsabilidade social**, designadamente, garantia da promoção da igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos e da não discriminação; gestão adequada do capital humano da empresa e adoção de práticas ambientalmente corretas

De facto, a estratégia da EDM:

- Observa os princípios da **responsabilidade social** traduzidos
 - Na garantia de promoção da igualdade de oportunidades e no respeito pelos direitos humanos e de não discriminação;
 - Na gestão adequada do capital humano da empresa, em que a EDM tem procurado valorizar e premiar o desempenho dos seus colaboradores, dentro das limitações existentes. Existe também um conjunto de seguros dos ramos saúde, vida e acidentes. A Empresa tem em vigor, desde 1990, um plano de pensões com o objetivo de complementar a pensão da

segurança social. Este plano, que era de benefício definido, foi alterado em 2006 para um plano de contribuição definida e simultaneamente contributivo;

- E, principalmente, na adoção de práticas ambientalmente corretas;

A EDM dá cumprimento às orientações sobre o princípio da igualdade do género, no âmbito das suas competências, na medida em que a estrutura de pessoal da empresa reflete-se na seguinte repartição: 42% do sexo feminino e 58% do sexo masculino. A Empresa também faculta apoio médico no local de trabalho, seguro de saúde e seguro de vida.

b) Responsabilidade ambiental - Políticas adotadas para promoção da proteção ambiental e o respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável.

- Promove o **desenvolvimento sustentável**, pois os princípios orientadores de desenvolvimento que estão em consonância com os princípios básicos do Desenvolvimento Sustentável, ou seja, éticos e de boa gestão, são os seguintes:
 - Assegurar a eficácia das ações segundo as melhores práticas, garantindo o cumprimento dos requisitos da Concessão que servem de suporte à sua missão, objetivos e gestão.
 - Promover a aprendizagem, adaptabilidade e inovação tendo em atenção a redução, prevenção e minimização dos impactes ambientais das ações.
 - Garantir a transparência e o “Bom Governo” através da comunicação, diálogo e participação com os *stakeholders* da empresa, em particular as comunidades locais, potenciando a salvaguarda dos seus interesses.

- Conciliar os interesses comuns entre os municípios e regiões das áreas mineiras a recuperar e os objetivos da EDM, dado que ambos os interesses se relacionam com as necessidades de conservação da natureza, a segurança e a gestão do bem público, e a gestão e o planeamento do território nacional. A EDM comunica com estas instituições através de reuniões ao longo do todo o ciclo de vida de cada um dos projetos de recuperação ambiental, sendo de realçar a instituição de um diálogo profícuo no sentido da dupla contribuição para a recuperação das áreas mineiras degradadas mas principalmente da valorização sócio-económica das áreas recuperadas.
- E rege-se pelos princípios da **missão de serviço público**, que contribuem para o bem comum e é fonte inequívoca de orientação das práticas de Responsabilidade Social e da sua avaliação, na medida em que na génese da sua principal atividade estão integrados objetivos de Responsabilidade Social associados à recuperação ambiental mineira e valorização socioeconómica das minas abandonadas, que dão consistência inegável à contribuição da EDM para a Sustentabilidade.

c) Adoção de planos de igualdade de tratamento e oportunidades, de forma a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.

Na garantia de promoção da igualdade de oportunidades e no respeito pelos direitos humanos e de não discriminação;

Na gestão adequada do capital humano da empresa, em que a EDM tem procurado valorizar e premiar o desempenho dos seus colaboradores, dentro das limitações existentes. Existe também um conjunto de seguros dos ramos saúde, vida e acidentes. A Empresa

tem em vigor, desde 1990, um plano de pensões com o objetivo de complementar a pensão da segurança social. Este plano, que era de benefício definido, foi alterado em 2006 para um plano de contribuição definida e simultaneamente contributivo;

d) Medidas adotadas pela empresa no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, 23 de fevereiro.

A EDM dá cumprimento às orientações sobre o princípio da igualdade do género, no âmbito das suas competências, na medida em que a estrutura de pessoal da empresa reflete-se na seguinte repartição: 42% do sexo feminino e 58% do sexo masculino. A Empresa também faculta apoio médico no local de trabalho, seguro de saúde e seguro de vida.

e) Políticas de recursos humanos definidas pela empresa, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, fortalecimento da motivação e estímulo da produtividade, tratando com respeito e integridade dos seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional.

Na empresa os colaboradores são tratados com respeito, urbanidade e integridade.

A empresa tem na medida do possível e das restrições a que está sujeita, promovido a valorização profissional através da atribuição de funções, formação e participação em conferências e congressos.

f) Responsabilidade económica - Moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente, pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo. Planos de ação para o futuro.

e jr
PAF

Criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactos ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.).

No Plano de Atividades para 2015, oportunamente apresentado, foram identificados vários projetos e iniciativas de alcance estratégico, com vista a consolidar a atividade da empresa e a garantir a sua sustentabilidade a longo prazo. No item "Perspetivas futuras" do Relatório e Contas de procede-se ao enquadramento estratégico dessas ações.

IX. Avaliação do Governo Societário

1. Cumprimento das Recomendações

Identificação das medidas tomadas, no âmbito de orientações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário. Para cada recomendação deverá incluir:

a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvidamente tratada (capítulo, título, ponto, página).

As características específicas da empresa – acionista único; atividade operacional centrada no cumprimento dos objetivos definidos no "Contrato de concessão para a recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas" (Decreto-Lei nº 198-A/2001, de 6 de julho) e sua "dimensão", levam a considerar que a empresa cumpre com o espírito dos Princípios de Bom Governo previstos na RCM nº 49/2007, de 28 de março sem necessidade de invocar quaisquer exceções.

No âmbito das suas obrigações a empresa prepara e disponibiliza a seguinte informação: Plano de Atividades e Orçamento Anual; Relatório

de Gestão e Contas; Relatório semestral da concessão; Relatório de controlo trimestral de execução da atividade da sociedade.

Esta informação é, sempre que pertinente, acompanhada de pareceres do ROC e dos auditores externos da empresa.

A informação financeira é disponibilizada no site da Empresa através dos Relatórios e Contas anuais.

Toda a informação relativa ao Governo da Sociedade está disponível no site da empresa, incluindo as remunerações dos membros dos órgãos sociais e outros benefícios bem como no site da DGTF.

No que se refere aos concursos públicos, os mesmos são objeto de adequada divulgação conforme estipula a legislação aplicável. A EDM aderiu à plataforma eletrónica de contratação pública www.saphetygov.com.

A empresa disponibiliza ainda, através do seu site, informação detalhada sobre os projetos de recuperação ambiental, nomeadamente no que se refere à tramitação dos respetivos processos administrativos e fases de execução dos mesmos.

b) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.

Não aplicável.

2. Outras informações

A sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

A EDM é uma empresa em que o acionista único é o Estado Português. A atividade principal da empresa nos últimos anos é a recuperação ambiental de áreas mineiras degradadas mediante contrato de concessão com o Estado e outros projetos desenvolvidos e financiados em articulação com a DGEG por verbas provenientes de *royalties*.

Lisboa, 11 de março de 2015

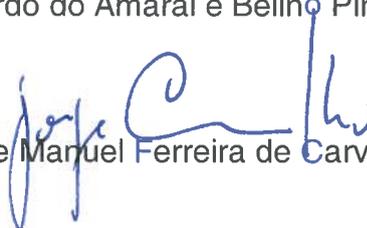
O Conselho de Administração



Carlos Augusto Amaro Caxaria, Presidente



Ricardo do Amaral e Belino Pinto, Vice-Presidente



Jorge Manuel Ferreira de Carvalho, Vogal

Declaração dos membros do órgão de administração de que se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses

Declaro que me abstenho de interferir em quaisquer decisões que envolvam ou possam envolver os meus próprios interesses, direta ou indiretamente.

Lisboa, 11 de março de 2015

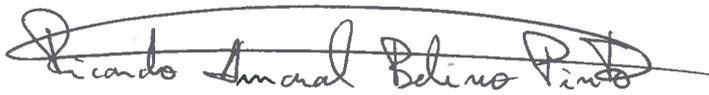


Carlos Augusto Amaro Caxaria,
Presidente do Conselho de Administração

Declaração dos membros do órgão de administração de que se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses

Declaro que me abstenho de interferir em quaisquer decisões que envolvam ou possam envolver os meus próprios interesses, direta ou indiretamente.

Lisboa, 11 de março de 2015



Ricardo do Amaral e Belino Pinto

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Declaração dos membros do órgão de administração de que se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses

Declaro que me abstenho de interferir em quaisquer decisões que envolvam ou possam envolver os meus próprios interesses, direta ou indiretamente.

Lisboa, 11 de março de 2015



Jorge Manuel Ferreira de Carvalho
Vogal do Conselho de Administração

Exmo. Senhor
Inspetor- Geral
Inspeção Geral de Finanças
Rua Angelina Vidal, nº 41
1199-005 LISBOA

CA/0196

23 de março de 2015

Assunto: Deveres de informação decorrentes do disposto no n.º 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e no n.º 1 do art.º 52.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

Nome: Carlos Augusto Amaro Caxaria
NIF: 112 844 499
Cargo para que foi nomeado/eleito: Presidente do Conselho de Administração
Data de início do mandato: 19/07/2013
Data prevista de termo do mandato: 31/12/2015

NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO

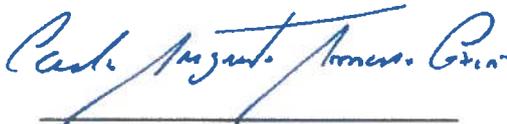
Empresa/Entidade(*) : EDM- Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA
Tipo: Empresa Pública
NIF: 501692983
Código Postal: 1070-248
Telefone: +351 213859121

Morada da Sede: Rua Sampaio Pina, nº1-3º dtº
E-mail: edm.mineira@edm.pt
Fax: +351 213856344

Tendo sido nomeado/eleito para o cargo referido, na empresa acima indicada, declaro, em cumprimento disposto no n.º 1 do artigo 52º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, e no n.º 9 do artigo 22.º, do DL n.º 71/2007, 27 de março que:

1. **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerço funções.
2. **detenho** participações e interesses patrimoniais em:

*Empresa/entidade: HORSFIL-Hortas Finas de Portugal, Lda.
NIPC: 501 818 227
Código postal: 2534-909 Lourinhã
Contacto telefónico: 261 419 181*
3. **não mantenho** quaisquer relações com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerço funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.



Carlos Augusto Amaro Caxaria
Presidente do Conselho de Administração

Exmo. Senhor
Inspetor- Geral
Inspeção Geral de Finanças
Rua Angelina Vidal, nº 41
1199-005 LISBOA

Refª CA/0195

23 de março de 2015

Assunto: Deveres de informação decorrentes do disposto no n.º 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e no n.º 1 do art.º 52.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

Nome: Ricardo do Amaral e Belino Pinto
NIF: 186 271 832
Cargo para que foi nomeado/eleito: Vice-Presidente do Conselho de Administração
Data de início do mandato: 19/07/2013
Data prevista de termo do mandato: 31/12/2015

NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO

Empresa/Entidade(*) : EDM-Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA
Tipo: Empresa Pública
NIF: 501692983
Código Postal: 1070-248
Telefone: +351 213859121

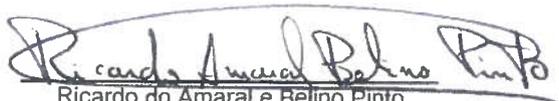
Morada da Sede: Rua Sampaio Pina, nº1-3º dtº
E-mail: edm.mineira@edm.pt
Fax: +351 213856344

Tendo sido nomeado/eleito para o cargo referido, na empresa acima indicada, declaro, em cumprimento disposto no n.º 1 do artigo 52º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, e no n.º 9 do artigo 22.º, do DL n.º 71/2007, 27 de março que:

1. **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerço funções.
2. **detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, em qualquer outra empresa/entidade:

Empresa/entidade: PLUSRAM – Gestão de Projectos, Lda
NIPC: 503822337
Código Postal: 1700-092 Lisboa
Contacto telefónico: 217940979

3. **não mantenho** quaisquer relações com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerço funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.


Ricardo do Amaral e Belino Pinto
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Exmo. Senhor
Inspetor-Geral
Inspeção Geral de Finanças
Rua Angelina Vidal, nº 41
1199-005 LISBOA

CA/0197

23 de março de 2015

Assunto: Deveres de informação decorrentes do disposto no n.º 9 do art.º 22º do DL n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo DL n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e no n.º 1 do art.º 52.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro.

IDENTIFICAÇÃO DO GESTOR PÚBLICO

Nome: Jorge Manuel Ferreira de Carvalho
NIF: 145 384 020
Cargo para que foi nomeado/eleito: Vogal do Conselho de Administração
Data de início do mandato: 27/03/2014
Data prevista de termo do mandato: 31/12/2015

NOMEAÇÃO/ELEIÇÃO

Empresa/Entidade(*) : EDM- Empresa de Desenvolvimento Mineiro, SA
Tipo : Empresa Pública
NIF: 501692983
Código Postal: 1070-248
Telefone: +351 213859121

Morada da Sede: Rua Sampaio Pina, nº1-3º dtº
E-mail: edm.mineira@edm.pt
Fax: +351 213856344

Tendo sido nomeado/eleito para o cargo referido, na empresa acima indicada, declaro, em cumprimento disposto no n.º 1 do artigo 52º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, e no n.º 9 do artigo 22.º, do DL n.º 71/2007, 27 de março que:

1. **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, na empresa/entidade onde exerço funções.
2. **não detenho** participações e interesses patrimoniais, direta ou indiretamente, em qualquer outra empresa/entidade:
3. **não mantenho** quaisquer relações com os fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, da empresa onde exerço funções, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.



Jorge Manuel Ferreira de Carvalho
Vogal do Conselho de Administração

